

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:  
UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES/RJ**

**MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO –UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
AGOSTO/2019**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:  
UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES/RJ**

**MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO –UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
AGOSTO/2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

C355

Castro, Maria Jose Gomes da Silva.

"EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA : UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ" / Maria Jose Gomes da Silva Castro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

121 f. : il.

Bibliografia: 103 - 108.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientador: Gerson Tavares do Carmo.

1. Pessoas com deficiência. 2. Inclusão Escolar. 3. Acesso e Permanência. 4. Educação Inclusiva. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:  
UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES/RJ

MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA CASTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 30 de agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Wânia Amélia Belchior Mesquita (Sociologia Política – UENF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Fernandes Coelho Lemos (Educação – UNESA)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shirlena Campos de Souza Amaral (Ciências Sociais e Jurídicas – UFF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

---

Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo (Sociologia Política – UENF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF  
(Orientador)

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por ter me guiado até aqui, com a sua presença constante e indispensável, iluminando os meus passos nesta caminhada, pela esperança e fé no respeito às diferenças, dignidade e à diversidade humana.

À minha família, pessoas que sempre foram exemplos de coragem, amor, determinação e perseverança.

À Bianca e Isabella, Tom Jobim diz que é impossível ser feliz sozinho, a felicidade é algo que se experimenta individualmente, mas passa ter mais sentido quando é compartilhada com pessoas que fazem diferença na minha vida. Amo vocês!

Agradecimentos especiais ao meu orientador Professor Gerson Tavares do Carmo, por dividir o seu conhecimento, incentivo e paciência na orientação desta Dissertação, sempre buscando oferecer forma e qualidade a este estudo e á apresentação deste.

À Paulo Santos Freitas Júnior, pelo apoio, pelo respeito e pela credibilidade em mim depositados, enquanto estive na instituição. Você é o modelo de profissionalismo a ser seguido. Nossa convivência foi parte essencial para a construção do meu aprendizado profissional.

Às mães que transformam a experiência de ter um filho com deficiência em aprendizado e oportunidade de criar relações sociais significativas e importantes para um mundo melhor e através das reuniões me permitiram colher suas impressões sobre o cotidiano com seus filhos. Foi um momento impar na trajetória deste estudo, de muita emoção, sabedoria e rico em trocas de experiências de vida, com a certeza da grande contribuição que prestam às famílias e à sociedade, ampliando redes de solidariedade e de possibilidades.

Aos amigos e amigas que estiveram próximos durante essa trajetória e que serviram de apoio para minhas angústias e dúvidas, pelos laços de companheirismo construídos, com certeza saudades ficarão dessa etapa de nossas vidas.

Por fim, agradeço à UENF e a FAPERJ pela concessão de bolsa de mestrado que viabilizou a pesquisa, bem como publicações e participação em congressos e eventos.

Meus sinceros agradecimentos

*Pensar a permanência é pensar não no que falta à escola pública, mas no que acontece entre alunos, professores, gestores e famílias que perseveraram por êxito, qualidade, sucesso e outros tantos termos que promovem a inclusão de milhares de pessoas, ainda invisíveis, que desejaram e consolidaram a crença de que o conhecer, 'a relação com o saber' de Bernard Charlot, as eleva ao 'ser mais' de Freire, tanto nas possibilidades de formar-se pessoa, humanizar-se e ascender em uma profissão, em suas relações familiares ou em suas realizações subjetivas.*

*Gerson Tavares do Carmo*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. O PERCURSO DO RECONHECIMENTO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>18</b>
1.1 Histórico da educação no Brasil .....	18
1.2 A educação inclusiva e aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino regular.....	27
1.2.1 O público alvo da Educação Especial.....	27
1.2.2. Direitos e Educação Especial no Brasil.....	29
1.3 Os professores e a formação docente voltada para à inclusão.....	38
<b>2 ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO COMO MECANISMO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR.....</b>	<b>42</b>
2.1 O estigma na instituição escolar: a relação entre a sociologia e deficiência.....	42
2.2 A permanência na escola regular.....	47
2.3 O AEE e a sala de recursos como estruturas para promover permanência.....	49
2.4 A interação entre escola e família no desenvolvimento da criança com deficiência.....	52
<b>3 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>60</b>
3.1 Caracterizando a Instituição de Ensino Municipal.....	62
3.2 Estudantes com deficiência na rede municipal.....	66
3.3 O Projeto “Café com inclusão” desenvolvido na E.M. Lulo Ferreira de Araújo....	67
3.3.1 O perfil dos alunos com deficiência atendidos pelo Projeto Café com Inclusão.....	70
3.3.2 A percepção do Assistente Social coordenador do Projeto.....	74
3.3.3 A perspectiva da direção escolar.....	86
3.3.4 Os professores e a permanência de crianças com deficiência na escola..	88
3.3.5 A percepção da família frente ao processo de inclusão.....	93
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>109</b>

## RESUMO

A Educação Inclusiva na educação básica brasileira constitui uma rica agenda de pesquisa, considerando todos os entraves que as escolas públicas enfrentam para promover a inclusão de estudantes com deficiências no sistema de ensino regular. Sabe-se que a política de inclusão de pessoas com deficiência não se perfaz eficiente apenas como forma de ampliar o acesso desse grupo no sistema educacional regular, como parece estar sendo conseguida a partir da implementação de leis específicas como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o ECA, a LDBEN e a BNCC, é preciso igualmente garantir a permanência dessas crianças nas instituições de ensino. Nesse sentido, consistiu como objetivo geral da presente pesquisa, analisar a inclusão no ensino regular na perspectiva dos gestores, professores e famílias de crianças com deficiências. Para a realização da pesquisa, o método utilizado consistiu em revisão bibliográfica, coleta de dados na Secretaria Municipal de Educação, trabalho de campo na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, coleta de dados junto à Secretaria da referida escola e de entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e pais de crianças com deficiência matriculadas na escola. Verificou-se que, apesar de todas as dificuldades existentes, a instituição preocupa-se com a inclusão dos estudantes com deficiência no âmbito escolar, enfatizando a questão da permanência desses estudantes, utilizando a sala de recursos, o atendimento especializado e o Projeto Café com Inclusão para criar interação entre os estudantes, a equipe escolar e as famílias, fazendo com que exista um sentimento de pertencimento social que vincula as pessoas e faz com que não exista evasão desse público, evidenciando o quanto o comprometimento com a permanência interfere de forma positiva na educação inclusiva.

**Palavras chaves:** Pessoas com deficiência, Inclusão Escolar, Acesso e Permanência, Educação inclusiva.



## ABSTRACT

Inclusive Education in Brazilian basic education is a rich research agenda, considering all the obstacles that public schools face to promote the inclusion of students with disabilities in the regular education system. It is well known that the inclusion policy of people with disabilities is not only effective as a way of increasing the access of this group in the regular education system, as seems to be achieved through the implementation of specific laws such as the Statute of the Disabled, ECA, LDBEN and BNCC, it is also necessary to ensure the permanence of these children in educational institutions. In this sense, the general objective of this research was to analyze inclusion in mainstream education from the perspective of managers, teachers and families of children with disabilities. To perform the research, the method used consisted of bibliographic review, data collection in the Municipal Secretariat of Education, fieldwork in the Lulo Ferreira de Araújo Municipal School, data collection from the Secretariat of that school and semi-structured interviews with managers, teachers and parents of children with disabilities enrolled in the school. Despite all the existing difficulties, the institution is concerned with the inclusion of students with disabilities in the school, emphasizing the issue of the permanence of these students, using the resource room, the specialized service and the Café com Inclusion to create interaction between students, school staff and families, causing a sense of social belonging that binds people and that there is no evasion of this audience, showing how much the commitment to stay interferes positively in inclusive education.

**Key words:** People with disabilities, School Inclusion, Access and Permanence, Inclusive education.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APAPE – Associação de Pais de Pessoas Especiais  
APOE – Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CF – Constituição Federal  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA - Educação para Jovens e Adultos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de desenvolvimento da Educação Básica  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Legislação e documentos  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
SMECE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
PCD – Pessoa com Deficiência  
PNE – Plano Nacional de Educação  
UBS – Unidade Básica de Saúde

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de escolas por dependência administrativa, Campos dos Goytacazes, 2017.....	63
Gráfico 2: Tipos de deficiência.....	70
Gráfico 3: Relação entre o total de ingressantes e estudantes com deficiência distribuídos por segmento.....	71
Gráfico 4: Proporção entre estudantes sem deficiência e com deficiência.....	71
Gráfico 5: Relação entre o total de ingressantes e estudantes com deficiência no Ensino Fundamental.....	72
Gráfico 6: Porcentagem de estudantes com deficiência no Ensino Fundamental.....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativo de alunos com deficiências em Escolas Municipais de Campos dos Goytacazes/ RJ.....	61
Quadro 2: Quantitativo de alunos por segmento.....	66

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pátio da Escola/ Fachada frontal.....	64
Figura 2: Entrada lateral da escola, localizada no alto do Morro .....	74
Figura 3: Reunião de integração entre família e escola promovida pelo Projeto Café com Inclusão.....	80

## INTRODUÇÃO

A sociedade foi marcada pela discriminação desde os primórdios. Na antiguidade as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram tidos como amaldiçoados e por isso eram separadas do convívio social, sendo marginalizadas e privadas de liberdade, passando a sofrer com o preconceito da população. Nessa época não se desempenhava nenhum tipo de atendimento às pessoas com deficiência. Os indivíduos que nasciam, ou adquiriam durante a vida algum tipo de deficiência eram excluídos da sociedade. Na época do cristianismo, essas pessoas eram vistas como demônios, pessoas que eram possuidoras de espíritos malignos e por isso eram tratadas por meio do exorcismo e fórmulas mágicas. No final da idade média esses indivíduos eram considerados como bruxas e muitos foram até queimados, chegando a serem deixados pela família em hospitais e asilos, pois temiam reações da sociedade. Com o surgimento do monoteísmo começou a surgir uma nova forma de se enfrentar a deficiência, que começou a ser tratada através da caridade, mas sem base científica para explicar a causa e os efeitos da deficiência (REIA, 1996).

A política educacional no Brasil tem se consolidado, ao longo do tempo, por meio de mudanças ocorrentes nas Constituições, que delimitam nossa política educativa e garantem direitos e deveres pertinentes a ela. Essas conquistas se deram através de lutas e avanços no âmbito do direito e da política de inclusão escolar, resultando a elaboração de uma ampla legislação que contribui para garantir constitucionalmente os direitos, e ainda faz com que esses direitos realmente sejam efetivados.

A educação é o ponto principal para que se alcance o desenvolvimento humano, e é por meio do respeito e da luta pela melhoria na qualidade da educação especial que será garantida a real cidadania dos alunos com deficiência, visto que o resgate da cidadania se dá pelo respeito à diversidade e às limitações de cada ser.

A educação inclusiva deve buscar a equidade e a justiça social, não se conformando diante de situações de exclusão, mas, juntamente com a sociedade reivindicar por formas mais justas de implementação dessas políticas, trabalhando por uma universalização do ingresso da população em programas e políticas sociais, bem como na prestação de serviços referentes a esses programas.

Sendo assim, a luta da educação inclusiva não está apenas no que está posto, mas no que ainda não foi possível ser democratizado com a população em seu todo, sendo necessária a luta por políticas igualitárias.

Portanto, a importância do tema se dá pela necessidade de se discutir sobre a efetivação da Educação Inclusiva e sobre a permanência de estudantes com deficiência na escola, com o objetivo de destituir a sociedade do preconceito obtido ao longo dos anos, fazendo com que a inclusão desse sujeito na educação, assim como também em outras áreas, possa atender às maiores necessidades do indivíduo, fazendo com que ele desenvolva as suas potencialidades de forma que a educação oferecida atenda suas necessidades.

O trabalho de determinar metas, diretrizes e bases para uma educação nacional tem como responsabilidade organizar um sistema de ensino que será seguido por toda uma nação, isso implica reconhecer as desvantagens historicamente acumuladas pelo público alvo da Educação Especial para que o comprometimento com essa modalidade educacional se torne um problema de caráter nacional, pois apesar de a legislação abranger esta modalidade de ensino, a prática mostra que existe uma lacuna entre a lei e a realidade.

Nesse sentido, acredita-se que é importante a expansão da informação para a consolidação da cidadania e, para tanto, é necessário que a educação prevaleça, já que é através dela que se pode ter acesso ao desenvolvimento social.

Por tal motivo, o presente trabalho pretende desenvolver uma breve retrospectiva sobre a Educação no Brasil, enfatizando a Educação Especial e Inclusiva, centralizando o estudante com deficiência como público alvo dessa modalidade educacional, apresentando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como mecanismo de permanência do estudante com deficiência na escola e, em caráter de estudo de caso, analisando a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo que, contém o maior quantitativo de estudantes com deficiência no município de Campos dos Goytacazes.

Para a realização da pesquisa, o método utilizado consistiu em: revisão bibliográfica, coleta de dados na Secretaria Municipal de Educação, trabalho de campo na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, coleta de dados junto à Secretaria da referida escola e de entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e pais de crianças com deficiência matriculadas na escola.

O ponto inicial foi a revisão bibliográfica, que teve como objetivo percorrer historicamente o trajeto da educação no Brasil, bem como a implementação da educação inclusiva, do AEE e da Sala de recursos.

Foi realizada a análise documental das leis que regem a educação inclusiva, considerando tal análise uma técnica de pesquisa qualitativa capaz de complementar informações obtidas por outras técnicas também utilizadas na pesquisa (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

O campo da presente pesquisa foi definido pelo recorte feito a partir do levantamento realizado na Secretaria Municipal de Educação sobre as escolas com matrículas de alunos com deficiências, onde evidenciou-se que a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo contém o maior quantitativo de estudantes com deficiência no município de Campos dos Goytacazes. Com base nesta informação, foi selecionada a escola que constituiu o campo da pesquisa empírica, considerando o quantitativo de estudantes matriculados.

Assim, foi feita inicialmente a coleta de dados, na qual se utilizou como instrumentos as fichas de matrícula da secretaria da escola, momento em que se levou em consideração a proporção de ingresso de crianças com deficiência, bem como o índice de permanência destes nas instituições de ensino.

A motivação do foco da pesquisa estar centralizado no acesso e permanência de crianças com deficiência decorre da municipalização das políticas sociais relativas à educação que determinam que a prestação educacional voltada à educação fundamental consiste em uma obrigação do governo municipal.

Realizou-se também, entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes, no intuito de compreender as percepções sobre a presença de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas e salas de aula, assim como descobrir se há existência de estratégias institucionais para a permanência desses estudantes.

Essas entrevistas basearam-se em questionamentos apoiados em teorias e hipóteses, que se relacionam ao tema da pesquisa, e favoreceram não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a sua explicação (TRIVIÑOS, 1987), considerando que esse tipo de entrevista caracteriza-se pela necessidade de um roteiro previamente estabelecido pelo pesquisador, a fim de partir de uma hipótese que pode dar ensejo a novas formulações baseadas nas respostas oferecidas pelos entrevistados, favorecendo a compreensão de fenômenos sociais e mantendo a atenção do pesquisador constantemente voltada ao objeto de pesquisa (TRIVIÑOS,



1987). Ressalta-se que, quanto às entrevistas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação, não houve êxito, apesar das sucessivas tentativas de contatá-los para este fim.

O registro das informações ocorreu durante todo o processo por meio de gravação das entrevistas e da utilização do caderno de campo, que segundo Bogdan e Biklen (1994), permite ao pesquisador maior controle sobre os dados que se apresentam, além da visualização de sua hipótese e considerações prévias que podem, ou não, manter intactas durante a pesquisa.

Por fim, utilizou-se como procedimento de análise dos dados qualitativos a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1997), privilegiando a análise categorial, a partir dos indicadores anunciados nos objetivos, no referencial teórico e nas produções discursivas apresentadas pelos sujeitos.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo tenta remontar o percurso do reconhecimento do acesso à educação para o estudante com deficiência, apresentando o histórico da educação no Brasil, a educação inclusiva e aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino regular, bem como o público alvo da Educação Especial, seus direitos e a formação profissional docente para a inclusão desse público na educação básica.

O segundo capítulo apresenta as estratégias de inclusão como mecanismo de permanência de estudantes com deficiência na escola regular, referindo-se à questão do estigma na instituição escolar e também ao AEE e a sala de recursos como mecanismos de permanência, além de ressaltar a interação entre escola e família no desenvolvimento da criança com deficiência.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa, caracterizando a Instituição de Ensino Municipal e fazendo um levantamento dos estudantes com deficiência na rede municipal. Além disso, evidencia o Projeto “Café com inclusão” desenvolvido na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo como um projeto que estreita as relações entre escola e família, verificando o perfil dos alunos com deficiência da Escola atendidos pelo respectivo projeto e, analisando a percepção do Assistente Social coordenador do Projeto e da direção escolar. E ainda, analisa a perspectiva dos docentes sobre a permanência de crianças com deficiência na escola e a percepção da família frente ao processo de inclusão.

## **1 O PERCURSO DO RECONHECIMENTO DO ACESSO À EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

A educação se apresenta como a base de qualquer transformação social. Por isso, destacamos a importância de adotarmos uma educação inclusiva para que práticas discriminatórias sejam abolidas do nosso cotidiano escolar e social.

Segundo Paín (1985, p.12):

[...] a educação tem como função primeira a manutenção, a socialização e a transformação do sujeito, mas ao mesmo tempo, fortalece a repressão que lhe é imposta. A escola tem assumido um papel institucionalizado dessa ambivalência, sob a égide de sua função educativa. As representações da aprendizagem que se dão no seu interior, muitas vezes passam despercebidas em detrimento de um fundamento teórico tradicional.

A responsabilidade pela sistematização da aprendizagem segundo Visca (1988, p.178), é colocada para a escola sendo,

[...] aquela que se opera no interior da sociedade, órgão especializado em transmitir os conhecimentos, atitudes de destrezas que a sociedade estima necessárias para a sobrevivência, capazes de manter uma relação equilibrada entre a identidade e a mudança. Estas instituições, além disso, provêm ao sujeito as aprendizagens instrumentais que irão permitir o acesso a níveis mais elevados de pensamento.

Nesse sentido, a escola é capaz de tornar a inclusão mais eficaz e possível, partindo da perspectiva que todo sujeito é capaz de aprender, mediando as relações do aluno com a aprendizagem, orientando os pais e auxiliando a preparar o professor para a aceitação e a diversidade.

### **1.1 Histórico da educação no Brasil**

Na época em que o Brasil ainda era Império a educação passou a ter autenticidade com a promulgação da Constituição de 1824, em que se consagrou o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros. Desde então o processo de aprendizagem é garantido e decorre sofrendo alterações benéficas.

Desta forma se cultivou nas Constituições Federais dos anos de 1934, 1937 e 1946. Contudo, no ano de 1948 ao se oficializar a Declaração dos Direitos do Homem, sancionada pela Assembleia Geral das Nações Unidas onde se assegurou o princípio da não discriminação e se promulgou o direito de toda pessoa à

educação, vem sendo qualificado o discurso em torno da universalidade do direito à educação.

Transformações importantes a esse contexto ocorreram no ano de 1959 com a admissão da Declaração dos Direitos da Criança, que assegura em seu capítulo 7º a obrigatoriedade e a gratuidade do acesso à educação, com exceção de níveis menos rudimentares, sendo assim mantido nas Constituições Federais dos anos de 1969 e 1976, respectivamente (VIANA, 2007, p.1).

Na Constituição Federal de 1988, que vigora atualmente, o direito à educação, sendo ela especial ou não, é entendido, no artigo 205, como sendo dever do Estado e da família, estando pautada pela sociedade:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p.133).

Essa Constituição ocasionou grandes mudanças para o país, asseverando a sustentação das políticas educacionais e articulando a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Segundo Faria (2006, p.4), em decorrência da Constituição Federal de 1998 o país enfrentou alterações em seu processo político culminando a descentralização e a democratização do Poder maior, acarretando a dispersão do poder político que até então estava concentrado no âmbito Federal e a maior participação dos municípios no âmbito social. Assim, incidiu o rompimento com o paradigma da concentração do poder decisório na Esfera Federal e estabilizou-se um promissor ideal de emancipação político econômico no âmbito Municipal, ocasionando essa quebra como resultado de movimentos políticos e sociais.

A Federação passou a compreender a união, estados, municípios e o Distrito Federal. Com isso os municípios conquistaram uma autonomia político-administrativa e financeira, transformando-se em fundamental ator na formulação e implementação de políticas públicas com o intuito de se desenvolver tanto na área urbana quanto na social, contribuindo para maior expansão dos municípios. Sendo assim, estes possuem um papel determinante nas políticas sociais, passando a obter maior participação decisória na formulação e consolidação das políticas

públicas locais, sendo monitorados pela esfera Federal que desempenha um papel normativo de controle social.

Com o aparato vigente faz-se legal a municipalização das políticas sociais em relação à educação, determinando o acesso à educação fundamental e a educação infantil como obrigação do governo Municipal. Desse modo, os municípios além de se tornarem mais responsáveis pelas políticas educacionais também detêm oportunidade de fazer políticas válidas à realidade vigente, englobando as demandas, as falhas e pontos positivos em cada uma das políticas.

Os estados e o Distrito Federal passam a ser responsáveis pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, tendo o dever de preparar o estudante para a inserção no mercado de trabalho. O estado e os municípios devem atuar conjuntamente, de forma a garantir a universalização do ensino obrigatório (ensino Fundamental e ensino médio). A educação básica passa a ser entendida como a conclusão do ensino regular.

De acordo com a Constituição, em seu art.211, §1º,

a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (BRASIL,1988, p.135).

Dessa forma a educação deixou de ser centralizada e passou a ser responsabilidade de todos os órgãos políticos. Com a quebra de poder os principais preceitos abraçados foram promover o domínio no sistema gerencial e métodos decisórios, garantia de Transparência fiscal e o fortalecimento de práticas de acesso à informação e de participação pública.

Ainda em benefício da esfera educacional se promulgou em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (8.069/90), que se fez por garantir os direitos da Criança e do Adolescente não apenas no âmbito Educacional, mas em integralidade na vida cotidiana. O estatuto abrange desde o direito ao atendimento em creche e pré-escola, a criança de zero a seis anos de idade, até a gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental para aqueles que não obtiveram acesso ao estudo na idade adequada (ECA,1990).

Após várias lutas, movimentos e também progresso, a educação passa a ser parte integrante e inquestionável da vida do cidadão, entretanto fez-se necessário postular leis que a regularizassem, pois antes a luta era para que ela passasse a ser um direito, depois desse direito conquistado houve a necessidade de se fazer um reordenamento da educação em todos os níveis. Com isso surge em 20 de dezembro de 1996 a reformulação da lei nº 9.394 conhecida LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que principia uma reforma institucional que compreende a gerência pública, administração orçamentária e a coordenação dos sistemas de educação acoplada aos entes Federados. A partir desta nova lei foram criados os conselhos de educação, que agora não seriam apenas estaduais, mas também municipais, como marco inicial da descentralização administrativa dos sistemas de ensino no país (LDBEN,1996).

Existem grandes desafios em torno da política educacional, sendo que alguns dos maiores são as exigências ao mercado de trabalho que visa cada vez mais atender às cobranças da produção capitalista, ficando assim necessária a implantação de políticas que se ajustem na preparação para esse mercado, uma vez que a educação se faz necessária para que isso corra.

Segundo a LDBEN no artigo 1º e § 2º “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. A preparação do aluno deve se dar de maneira que ele possa posteriormente se integrar no sistema capitalista, pois a integração do indivíduo na sociedade depende da forma com que ele pode contribuir para esse sistema excludente.

De acordo com Ramos (2002, p.28), “o homem produz sua existência por meio do trabalho e, por meio deste, entra em contato com a natureza e com outros homens, desenvolvendo relações econômicas e sociais”.

A educação tem como objetivo, no sistema capitalista, preparar indivíduo para fazer parte do mercado de trabalho, capacitando-se à exercer uma profissão, seja ela formal ou informal. Esse sistema se caracteriza como excludente, deixando imperar apenas o interesse do capital, mutilando a objetividade humana e explorando cada vez mais o trabalhador. O que interessa no capitalismo é o acúmulo de riquezas, onde ele se torna monopolista, pois quem tem riquezas se torna cada vez mais rico e quem é desprovido dela possui pouca chance de melhorar sua situação financeira.

Nesse sentido, a única forma de se emancipar é através da educação, sendo ela quem provê essa oportunidade de mudança de situação. É através dela que o indivíduo se qualifica e se torna capaz de fornecer mão de obra especializada, sendo com isso melhor remunerada. A relação entre o trabalho e a educação é dada de maneira a fazer com que através dela o homem se forme, e essa formação é essencial para o sucesso no mundo capitalista.

A educação básica é entendida como a forma de socialização do indivíduo de acordo com a sociedade vigente e é, garantida a todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu art. 22º declara que,

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho, em estudos posteriores (LDBEN.; Lei nº 9394 de 20/12/1996).

Esse tipo de educação é expansionista dos conhecimentos científicos obtidos ao longo dos anos. Tal ensino era adquirido no interior das próprias famílias, conquistando com o passar do tempo espaços escolares. No início o sistema de ensino era excludente e seletivo, separando por raça, gênero e classe social. O poder econômico influenciava fortemente o sistema de aprendizagem. A educação moderna vai se moldando de acordo com as imposições sociais e políticas. De um lado ela era usada para expressar a conquista da liberdade e do outro lado era um meio de controle dessa liberdade e uma maneira de subordinação às formas de produção industrial e às relações sociais. Esse conceito de cidadania aplicado na escola e mais de forma a favorecer propriedade privada do que a ideia de cidadão com direitos iguais e livres perante a lei.

De acordo com Adam Smith (*apud* RAMOS, 2002, p.31), seria benefício ao Estado expandir a educação a quase todos os setores da população, pois ela disciplinaria, para a produção, os mais pobres, fazendo com que esses obtivessem apenas o ínfimo necessário para se tornar um cidadão passivo e satisfeito com os mínimos sociais obtido. Sendo assim a educação se torna um instrumento necessário para produzir força de trabalho, limitando os direitos às ordens da burguesia capitalista, deixando de lado uma classe trabalhadora com direitos sociais e políticos. A educação apenas era pensada como cidadania no momento em que os trabalhadores tinham que fazer-se cidadãos livres para o mercado e disponíveis

para o trabalho, se tornando a peça chave para moldar as crianças de acordo com a necessidade da nova ordem capitalista industrial vigente. Sendo assim, entende-se que a escola já não tem por finalidade apenas o ensino, mas abrange a responsabilidade de formar trabalhadores. A capacidade de se relacionar com o trabalho passa a ser entendida como o nível de escolaridade desenvolvido pelo trabalhador, a formação profissional é, então, associada ao grau de escolaridade. (RAMOS, 2002, p.34)

Esse processo contribui ainda mais para a marginalização do trabalhador, pois separa a classe trabalhadora em qualificada e desqualificada, acarretando a má distribuição de renda através do sistema capitalista e concomitantemente a expansão da pobreza. O novo paradigma da produção impõe uma qualificação de conhecimentos que só é validado através do sistema de ensino.

No início do século XX o sistema educacional era acamado por raça, gênero e classe social. Uma série de reivindicações ocorreram para que o ensino se tornasse abrangente e que houvesse um maior acesso às universidades pelas camadas populares.

Após varias conquistas, hoje a escola pode ser considerada uma promotora de conhecimentos e agente de oportunidades de melhoria de vida, atingindo a toda a população, alcançando também as classes subalternas. Por ser um ponto necessário às camadas populares, e por causar divergências políticas, a educação passa a se estabelecer como uma política social necessária, como tantas outras.

Assim ela ainda é um dos grandes aparelhos políticos, pois é promissora de ideias e valores que levam à obtenção da hegemonia, relacionada diretamente ao capital. Fica embutida então uma enorme contradição, onde poucos conseguem analisar o foco político que se dá dentro das instituições de ensino que é mascarado com a falsa intuição de que a educação escolar é um “direito para todos”. Seguindo essa contradição é possível alcançar uma legitimidade nas cobranças políticas onde se pode estar amparado pela LDBEN que regulariza o sistema educacional, concedendo pleno direito de exigir uma maior competência técnica da escola que se nomeia expansiva da educação, sem qualquer rejeição, com o objetivo de abranger a classe excluída. São direitos que precisam ser cumpridos por todos os profissionais da educação objetivando avaliar o integral desenvolvimento da criança e do adolescente em sua formação para o exercício da cidadania (MELLO, 2003, p.34).

Com a criação da LDBEN (1996) foram definidas as responsabilidades dos órgãos educacionais, assim como os direitos e deveres referentes à educação, instituindo-se o ensino médio como educação básica, englobando nele o ensino primário e o ensino fundamental. Definiu-se também a segregação da educação básica da educação técnica, voltando-se à uma prática destinada à construção de competências. O conceito de educação básica engloba não somente a redefinição do ensino fundamental, mas o objetivo de universalizar o ensino na esperança de uma escola unificada na formação de cidadãos plenamente desenvolvidos, trabalhando com as diferenças humanas. Essa meta deve ser alcançada pela União (MEC) (SAVIANI, 2011, p.210).

O ensino fundamental é de extrema importância, pois é através dele que o aluno se insere no âmbito escolar, e é também através dele que se implanta as primeiras noções de cidadania nos indivíduos, com a preparação para dar continuidade aos estudos e enfrentar o mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, o sistema educacional brasileiro está calcado em três bases: a primeira é a ligação existente entre o humanismo e a tecnologia, viabilizada por uma educação voltada à ciência e a tecnologia. A segunda é a preparação para estudos posteriores englobando as principais competências. E por fim, a educação profissional como método de qualificar ou capacitar o indivíduo para o exercício de uma profissão. O ensino médio tem por finalidade o desenvolvimento básico do indivíduo para a propagação do trabalho e o exercício da cidadania, remetendo o ensino técnico.

De acordo com Ramos (2002, p.129), “a formulação básica para o trabalho é defendida como necessária para se compreender a tecnologia e a produção, com o propósito de preparar recursos humanos adequados à realidade do mundo do trabalho”.

O sistema capitalista exige uma dedicada qualificação profissional, de forma que só se obtém sucesso na sociedade se o indivíduo se inserir nele. O cidadão que não se prepara com uma boa qualificação acaba se marginalizando e contraindo dificuldade de vivência em grupo. Essa forma constitucional se refere à uma sociedade pós-industrial. Com o avanço da tecnologia o capitalismo passou a exigir cada vez mais essa qualificação e com isso a educação qualificada passou a imperar nas grandes empresas.



A educação básica é um fator decisivo para a cidadania, entretanto não oferece muitas oportunidades no mercado de trabalho, ela apenas prepara o indivíduo para ela, mas não o insere. É necessário se preparar para um mundo cada vez mais competitivo, onde as ofertas de empregos são poucas, devido ao avanço da tecnologia e concomitantemente da robótica. As máquinas estão imperando a cada dia mais, tendo resultado um grande número de trabalhadores informais, ocasionando o desemprego em massa, fazendo aumentar a miséria, a pobreza da população, devido à falta de oportunidades de estudo. Em certos casos a miséria é tamanha que crianças que deveriam estar nas escolas estão trabalhando para complementar o orçamento familiar, gerando ainda mais miséria e analfabetismo.

Acerca da educação profissional, Ramos (2002. p.145) ainda enfatiza que:

Essa modalidade de educação seria o ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho. Com a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolaridade que possuam no momento de seu acesso. A modalidade é também responsável por habilitar jovens e adultos para o exercício de profissões de nível médio e de nível superior e, por último, atualizar e aprofundar conhecimentos tecnológicos voltados para o mundo do trabalho.

O ensino médio tem por objetivo a orientação do aluno no que diz respeito ao mercado de trabalho fazendo com que o educando possua um conhecimento básico as diferentes áreas profissionais, como iniciação a uma determinada carreira profissional. Sendo assim, nesse nível educativo, habita-se a apreender uma formação técnica em seu currículo, desde que prepare o educando para uma determinada profissão.

Após várias conquistas obtidas no âmbito da educação ainda se obtém a necessidade de se fazer valer todas as leis. Enquanto muita coisa ainda pode ser feita para que esses princípios não fiquem apenas em papeis, mas passem a vigorar com toda competência necessária para se construir um país realmente alfabetizado, independente das especialidades necessárias para que isso ocorra.

A escola é elaborada de forma a atender as demandas dos alunos que visam avançar na aprendizagem educacional para que possam atender às expectativas almejadas no final de cada etapa escolar. Os programas de ensino formulados nessa perspectiva, assim como as metodologias e as formas de ensino sugeridas aos professores. Contudo, não se pode programar e nem prever a forma de aprendizagem, sabendo que cada indivíduo se comporta de forma única, devido à

diversidade de aprendizes e à subjetividade humana, ela deve ser elaborada em longo prazo de acordo com as especialidades e necessidades de aprendizagem de cada aluno. O que se esclarece de forma eficaz nas leis se mostra de forma excessivamente complexa na prática habitual. Os movimentos rumo à individuação das trajetórias de formação e à pedagogia distinta levam a que e reflita sobre a progressão de cada aluno (PERRENOUD, 2000).

Ao indivíduo que não possibilita uma fonte de renda sustentável esse processo se aflora, tornando a metodologia de aprendizagem um mecanismo cheio de complicações, causando até mesmo a desistência dos estudos. Como os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas, o sistema de ensino também se constitui um espaço de concretização dos problemas sociais. O baixo rendimento, o desinteresse pelo aprendizado, a evasão escolar, dentre outros fatores, constituem grandes dificuldades de avanço para os alunos. Observa-se que crianças vindas de famílias carentes são, em sua maioria, as que possuem menor rendimento escolar quando são avaliadas, sendo também as mais complexas no momento da aplicação de métodos tradicionais. Conclui-se, que essa classe estudantil não possui autoridade alguma diante de reivindicações escolares, na tentativa de fazer com que suas necessidades sejam atendidas, sendo elas também a que mais depende da escola para a garantia de um futuro promissor. No seio de instituições, que formalmente são igualitárias, crianças advindas do proletariado desempenham médias inferiores, obtendo conseqüentemente, maior número de reprovações e até mesmo evasão escolar, acarretando oportunidades mínimas de se incluírem posteriormente em uma universidade.

Os elevados índices de pobreza e miséria que abrangem a população brasileira se manifestam de diferentes maneiras. O sistema educacional também se institui como um elemento de consolidação das questões sociais, e o sistema de ensino não pode ficar fora desse contexto de necessidade popular. Algumas das grandes dificuldades de progresso para os alunos, dentre outros, são o baixo rendimento escolar, o desinteresse pelo aprendizado e a evasão escolar.

## **1.2. A educação inclusiva e aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino regular**

A educação inclusiva pressupõe uma real inclusão, ou seja, coloca-se contra a segregação de pessoas em classes ou escolas especiais ou ainda, fora de sistemas de ensino. A educação inclusiva propõe que todos devem estudar juntos, independente de fatores econômicos, gênero, pessoas com deficiência e etc (CROCHIK, 2015).

De acordo com Crochik:

No Brasil, os (as) alunos (as) com deficiência têm se tornado o principal alvo da educação inclusiva. Dados do Inep/MEC (BRASIL, 2003) evidenciam que já há maior número de alunos (as) com deficiência matriculados em escolas regulares, quando comparado ao número de matrículas em escolas especiais (CROCHIK, 2015, p.43).

Há vários modelos de educação inclusiva, mas o objetivo principal é o mesmo, o de promover a integração. A educação inclusiva é aquela que realiza as modificações necessárias para receber alunos com deficiência. Assim, escola, docentes, currículo, métodos de ensino e avaliação são reformulados para atender esses alunos (CROCHIK, 2015).

### **1.2.1 O público alvo da Educação Especial**

O abono do convencionalismo que a sociedade traz sobre conceito de pessoa com deficiência se dá através da informação, onde cada indivíduo destrói seu pré-conceito sobre a pessoa com deficiência, ou pelo menos passa a ter novas informações e descobertas sobre essa singularidade, fazendo com que se quebre a barreira existente entre sociedade e pessoa com deficiência, tornando o olhar da comunidade para o mesmo de forma mais oportuna ao crescimento dessa classe.

O artigo 4º da Resolução CNE/CEB nº4/2009 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica, define o público alvo da Educação Especial:

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de

Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade

Nos tempos atuais, ao falar do conceito de pessoa com deficiência é necessário que se discuta a questão da cidadania e da democracia, assim como a igualdade social e o respeito às diferenças. As pessoas com deficiência sofrem ainda com muitos preconceitos, seja na sociedade, seja na escola, e é essencial que se desenvolva melhor esse assunto para que a compreensão do trabalho seja feita da melhor forma. A população brasileira com deficiência é a parcela mais desassistida da sociedade, pois apresentam limitações decorrentes da deficiência e restrições impostas pelo preconceito existente na sociedade, determinantes essenciais para que haja a exclusão desse grupo. Esse preconceito ocasiona a precariedade no atendimento não só na educação, mas também em outras áreas, como o da saúde, por exemplo, resultando posteriormente, na exclusão do mercado de trabalho (D' AMARAL, 2004).

As limitações não são propriamente proporcionadas pela deficiência ou pela pessoa com deficiência, mais sim, na convivência em sociedade, pois as demandas são variadas no dia-a-dia para todos e principalmente para as pessoas com deficiência a cobrança se torna maior.

Mazzotta (2011) acredita que é o grau ou tipo de deficiência que indivíduo apresenta, bem como e suas consequências, que se define se o aluno necessitará ou não ser integrado aos serviços de educação especial. Para ele nem toda pessoa com deficiência necessita do processo de aprendizagem, auxílios e serviços especiais de educação. Nesse sentido entende-se que não é por apresentar alguma deficiência que a criança será inserida na educação especial, mas que para ela obter esse tipo de serviço deverá se submeter a algumas avaliações prévias do tipo da deficiência, assim como seus efeitos.

Já Silveira Bueno (1993, *apud* RÉIA, 1996) defende que a deficiência é algo criado pela ação humana com seu sentido ideológico, é imposto pelo homem, e não um fato predeterminado que se situa acima das relações sociais. Segundo esse autor já existe, previamente, um conceito de pessoa com deficiência imposto pela sociedade e isso se dá pela evolução da sociedade e pela falta de informação.

Conforme Bartalotti (2006, p.19) argumenta que “encarando-se a deficiência como doença, ou como defeito, as diferenças que este indivíduo apresenta, em relação a um padrão considerado normal, são avaliadas como sintomas que precisam ser tratados para que sejam superados”.

Mesmo após anos de luta contra a desigualdade e o preconceito, a maioria da sociedade ainda conceitua a deficiência como uma doença crônica, um peso para a coletividade, enxergando a pessoa com deficiência como uma pessoa incapaz.

Sendo assim, é preciso refletir sobre a sociedade e o conceito de pessoa com deficiência, pois o preconceito é algo cultivado desde os tempos antigos quando a sociedade não aceitava as pessoas com deficiência e esses eram eliminados, mas essa situação precisa ser revestida por uma maior informação acerca do assunto e uma maior disponibilidade para tratá-lo. É necessário que se entenda a pessoa com deficiência como um cidadão digno de respeito e com o direito de receber uma educação adequada às suas necessidades, sendo imprescindível algumas medidas para que isso se concretize, como veremos nesse trabalho.

### **1.2.2. Direitos e Educação Especial no Brasil**

Em razão dos impedimentos de participação social, gerados pela incapacidade social de adequar-se às necessidades das pessoas com deficiência, foi preciso percorrer um longo caminho para que esse público fosse reconhecido como sujeitos de direitos e pudesse ser integrado ao ambiente educacional e à sociedade como um todo.

O quadro de segregação começou a mudar quando em 1971, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a “Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental”, importante e primeiro marco para reconhecer direitos dessas pessoas. No ano de 1975, foi proclamada a “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes” e, posteriormente, estabeleceu o ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa com Deficiência destacando o lema “Participação plena e igualdade” (ALERJ, 2010, p.13)

Essa modificação foi importante porque:

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada pela sociedade, atingindo significativas

conquistas em pouco mais de 30 anos de militância. (FIGUEIRA, 2008, p.115):

Assim, o ano internacional da pessoa com deficiência teve interferência positiva no Brasil, ao passo que surgiram mais organizações e iniciativas voltadas à essas pessoas, evidenciando a necessidade de discussão sobre a deficiência no país (LANNA JÚNIOR, 2010, p.117). Nesse sentido, Figueira (2008, p.119) esclarece que “boa ou má, a situação das pessoas com deficiência começou a ser divulgada a partir de 1981. Inclusive, pelas mesmas começaram a tomar consciência de si como cidadãs, passando a se organizar em grupos e associações”.

A organização e mobilização pelos direitos das pessoas com deficiência reuniu não só essas pessoas, como também suas famílias, as associações e instituições que as assistiam e integrantes da sociedade civil. Então, passaram a surgir entidades nacionais que alcançaram visibilidade e puderam contribuir com a formulação de políticas públicas para esse segmento social que, inclusive, foi considerado na Constituição Federal de 1988 (CF/88). (BIELER, 1993; LANNA JÚNIOR, 2010).

Como resultado dessa mobilização, a CF/88 preocupou-se em garantir direitos e cidadania para esse público por meio de dispositivos constitucionais que apontaram vários aspectos como saúde, atendimento, educação, entre outros, conforme pode-se verificar no artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

(...)

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988).

No ano de 1999, o Decreto Federal nº 3298/99 estabeleceu a Política Nacional da Pessoa com Deficiência que, convergindo com o Programa Nacional de Direitos Humanos, previa dentre outros princípios e diretrizes:

III- incluir a pessoa com deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

V- ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa com deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho (BRASIL, 1999).

Assim, fica evidente a preocupação do texto legal com a questão da educação e da qualificação profissional da pessoa com deficiência, que foram posteriormente destacadas também por outros documentos legais como a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei 7.853/89, que institui a política de integração da pessoa com deficiência; a Lei 10.098/00, que estabelece normas gerais à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e a Lei 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência; além da BNCC que teve sua primeira versão disponibilizada em 2015 e, contou com alterações em 2016, 2017 e 2018, com a finalidade de atender às demandas dos estudantes para prepará-los para o futuro.

A partir de então, a situação dos estudantes com deficiência passa por modificações, considerando que o ensino segregado, que mantinha crianças e adolescentes com deficiências apenas em instituições especializadas é substituído pela chamada Educação Inclusiva, visando promover a integração e a inclusão nas escolas regulares, reduzir barreiras e eliminar preconceitos.

Nessa perspectiva, a proposta da Educação Inclusiva reconhece estudantes com deficiência “como sujeitos de direitos ao processo escolar, como qualquer outra pessoa. Esse percurso deve oferecer a eles a possibilidade de acesso e permanência nas escolas comuns, com uma educação de qualidade” (SOUZA, 2018, p. 167).

De acordo com Souza:

As Políticas Públicas construídas a partir dessas ideias vêm garantir a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, o ingresso na escola comum, com acesso a um currículo que vai lhes garantir uma aprendizagem que possa desenvolver suas habilidades e potencialidades, possibilitando-lhes atingir uma cidadania plena (SOUZA, 2018, p. 167).

Assim, uma educação para todos deve considerar as diferenças, propiciando a todos os estudantes o acesso ao espaço educacional e aos conteúdos escolares. No entanto, apesar de regulamentada, “ainda é possível identificar lacunas e fragilidades na implementação de políticas que efetivamente lhes permitam o acesso ao conhecimento” (OLIVEIRA, 2017, p.249).

Segundo Oliveira (2017), ainda existe um certo estranhamento por parte das escolas regulares quanto à presença de alunos com deficiência. Para a autora:

Observa-se, com certa frequência, na escola, uma tendência em olhá-los de maneira diferente de como se olham outras crianças e jovens que se encontram nesse espaço. Entretanto, essa diferença não potencializa as práticas educativas dirigidas a esses sujeitos; mais produz a discriminação e a segregação do que permite sua inserção na dinâmica educativa estabelecida em sala de aula e, a partir disso, na apropriação dos conteúdos abordados (OLIVEIRA, 2017, p.235)

De acordo com a autora, isso acontece por uma razão histórica, considerando que “a atuação das instituições especializadas em nosso país, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para reforçar uma concepção do aluno da Educação Especial como incapaz e inferior” (OLIVEIRA, 2017, p. 239).

Assim, podemos compreender que, ainda persistem na sociedade, ideias que demonstram certa “incompetência” e despreparo social para lidar com a inclusão, ignorando as capacidades e potencialidades que podem ser desenvolvidas pelas pessoas com deficiência se suas necessidades educacionais forem atendidas.

Nesse sentido, Sasaki (2010) afirma que o paradigma da inclusão deve considerar as múltiplas inteligências, observando as diferenças e particularidades de cada estudante, promovendo uma educação igualitária.

Face à indiscutível desigualdade, surge no início da década de 1990 o movimento da Educação Inclusiva. Hoje com uma maior abrangência, pois em seu advento era voltada somente para as pessoas com deficiência, atualmente engloba todo e qualquer tipo de exclusão.

A Educação Inclusiva fundamenta-se nos direitos humanos e vai além das igualdades de oportunidades, ela também traz em seu interior o compromisso de atender às necessidades educacionais especiais de seus educandos dentro das instituições regulares de ensino em todos os níveis desde a educação infantil até a educação superior.



O novo paradigma da Educação Inclusiva propõe uma modificação nos espaços educacionais por meio da formação de seus profissionais, do currículo, da metodologia utilizada na relação de ensino-aprendizagem, e principalmente nas mentalidades dos sujeitos envolvidos.

A aceitação e integração de pessoas com deficiência ainda são, nos tempos atuais, muito precárias no Brasil. Apesar de se falar, ainda que muito pouco, em direitos das pessoas com deficiência, a concretização desses direitos ainda é algo que se encontra, em muitos casos, apenas “no papel”. Fala-se em educação especial, inclusão, integração, mas pouco tem sido feito, principalmente por parte do governo, para mudar essa realidade.

É de extrema necessidade que se tenha uma ampla visão da realidade educacional no país, analisando como ela vem acontecendo e se realmente ela está preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade. Trabalhar com essa diversidade é uma das cobranças para a ampliação de uma sociedade democrata e desenvolvida.

A trajetória percorrida até a conquista da educação como direito universal foi longa e conturbada, ocasionando um conflituoso histórico de lutas travadas na busca de fazer com que sejam efetivados os novos direitos adquiridos, mais que nem sempre são postos em prática.

No Brasil, a educação especial teve início no século passado, representada apenas por iniciativas isoladas, compreendendo apenas os mais comprometidos com a deficiência, àqueles indivíduos que mais se distanciavam do padrão considerado normal pela sociedade. A longa trajetória da legitimação da educação especial também teve seu cunho alçado, inicialmente na filantropia. Esse método de educar as pessoas com deficiência foi, com a proclamação da República, ampliando-se e reformulando-se enquanto educação especial. Essa imagem começa a se modificar com o passar do tempo, até surgir no século XX, com o avanço da tecnologia e, concomitantemente, o da medicina, os estudos sobre as mais diferentes patologias objetivando a resolução de cada uma designadamente.

Começou-se, então, a haver uma maior expansão do assunto e com isso os pais passaram a perceber que há possibilidades de explorar melhor a capacidade de seus filhos, apesar de apresentarem algumas limitações. Assim, começam a surgir mobilizações e ações coletivas de pais de crianças com deficiência, exultando no surgimento das primeiras entidades privadas do Brasil (MAZZOTA, 2011).

Após alguns pais se empenharem em tentativas de incluir seus filhos no ensino regular e obterem seus pedidos negados, surge nas décadas de 1950 e 1960 um movimento de inclusão por parte da sociedade que começava a aceitar a possibilidade de inclusão da pessoa com deficiência em determinadas áreas. Essa aceitação se deu pela percepção coletiva da possibilidade de ingresso da pessoa com deficiência no sistema capitalista. Nessas décadas nasce a necessidade de questionar a legitimação dessa educação, visando interagir pessoa com deficiência às condições tradicionais da sociedade questionando a forma apartada e concentrada com que eram atendidas até então.

Assim sendo, a educação especial no Brasil dá início a uma forma de educação com mudança para características educacionais, embora mantendo laços assistencialistas. Nesse contexto, começam as lutas de pais de crianças com deficiência pelo ingresso de seus filhos em escolas regulares, surgindo, com isso, a necessidade de criar algumas escolas especiais, pois com isso se obteriam melhores resultados no que se refere ao aprendizado desses alunos, o que mais tarde se tornariam as chamadas classes especiais e atualmente salas de recursos dentro das escolas regulares.

Na década de 1970, a educação especializada passa a ser uma das prioridades educacionais no Brasil, contudo essa educação sustenta-se na privatização mantendo a deficiência dependente da caridade pública, fazendo com que a cidadania desses indivíduos fosse usurpada. O interesse em oferecer uma educação especial às pessoas com deficiência só surgiu à medida que a sociedade percebeu que podia inseri-lo no mercado de trabalho. Entretanto, só era possível integrar essas crianças com deficiência ao ensino se eles fossem capazes de acompanhar o regime escolar vigente. Não havia adaptação do sistema à pessoa com deficiência, sendo esse o responsável em adaptar-se ao sistema de ensino vigente.

Após várias tentativas, professores e profissionais começam a perceber que esses alunos possuíam necessidades educacionais especiais e que por isso necessitavam de uma adaptação do meio escolar para desenvolverem suas potencialidades.

Conforme Mantoan (2006, p.21) “sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa o que e como a escola ensina, de modo

que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim”.

Por isso, a necessidade de uma melhor preparação desses profissionais, para poderem lidar com os alunos com ou sem deficiência, para que não cometessem o erro de julgá-los como “incapazes” novamente. Assim, deve ser atribuída na grade curricular das instituições de ensino superior, disciplinas que elevem esses profissionais a aprenderem como atuar com os alunos com deficiência e principalmente sob a perspectiva da educação inclusiva.

Apenas na década de 1980 é que se concretiza a necessidade de adaptar o sistema de aprendizagem às especialidades desses alunos, e não mais seria o aluno que deveria se adaptar ao ensino, fazendo com que a educação não fosse excludente, mas tivesse a aceitação de cada diversidade. A partir daí começam a surgir leis que amparam a pessoa com deficiência e regularizam a educação especial no Brasil.

Em 13 de julho de 1990 é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que aprova em seu art. 53 I o direito à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e ainda em seu art. 54 III assegura o “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (ECA, 1990).

Com a promulgação do ECA, às pessoas com deficiência passaram a ter ainda mais direitos garantidos e mantidos em vigor. O Estatuto assevera também em seu art. 66 o direito do adolescente com deficiência em disponibilizar de trabalho protegido (ECA, 1990).

Segundo Réia (1996, p.38), a importância dada pela sociedade em desenvolver uma educação especial só surgiu à medida que essa sociedade careceu de incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A autora relata que o sistema que regulamenta a educação sempre esteve relacionado e empenhado na manutenção da estrutura social e econômica vigente. Com isso, só nasce a necessidade de educar o indivíduo quando surge a essencialidade dessa educação em diversos segmentos dominantes da sociedade.

No entanto, um dos grandes desafios em torno da política educacional são às exigências pertinentes ao mercado de trabalho que visa cada vez mais atender às cobranças da produção capitalista, ficando assim necessária a implantação de políticas que se ajustem na preparação para esse mercado.

Segundo Ramos (2002, p.29), a educação tem a incumbência de formar profissionais para a produção, disponibilizando, para a maior parte da população, apenas o mínimo necessário ao indivíduo. A autora enfatiza que:

A importância da relação trabalho-educação se justifica porque justamente a partir dela a *formação humana* configura-se como processo contraditório e marcado pelos valores capitalistas. Esse processo, à medida que se institucionaliza, forja categorias apropriadas para defini-lo socialmente, como, por exemplo: *educação básica, formação profissional, qualificação profissional*.

De acordo com essa autora, a educação moderna se faz na formação de consciências sociais, sendo essencial na consolidação da cidadania. Essa cidadania se caracteriza, na atualidade, de forma demarcada e formal, no que se refere à liberdade. A educação na sociedade capitalista tem a função de formar trabalhadores capazes de produzir força de trabalho, que se transforme em mercadoria apropriada para o sustento do sistema. Entretanto, o objetivo da educação não deve ser formar profissionais que irão se tornar escravos do sistema capitalista, mas aperfeiçoar cidadãos livres para o mercado de trabalho, para viver uma cidadania justa e igualitária no convívio social (RAMOS, 2002).

Considerando que o sistema capitalista constitui um sistema excludente, onde o cidadão só se insere nele à medida que se pode contribuir para o crescimento, percebemos que o mercado de trabalho se torna cada vez mais competitivo e o indivíduo se vê tendo que se empenhar ao máximo para se manter produtivo. Sendo assim, é necessário que haja o maior nível de escolaridade possível, aumentando, concomitantemente, as chances de emprego. Esse sistema tem um enorme déficit de inclusão, ocasionando uma extensa marginalização social.

A educação se apresenta nesse contexto, contribuindo para a minimização dos problemas sociais e autonomia e emancipação dos indivíduos, intervindo no enfrentamento dos problemas sociais resultantes da questão social.

A Declaração de Salamanca, editada em 1994, reforçou o ideal de práticas pedagógicas atendendo suas necessidades educativas especiais e promovam a inclusão de pessoas com deficiência.

A sociedade está associada a um sistema onde quem não trabalha não é capaz de contribuir para sua expansão acaba se marginalizando no meio em que vive. Isso faz com que muitas pessoas com deficiência sejam excluídas, pois suas

condições os obrigam a necessitarem de tratamento especializado, seja na escolarização ou no mercado de trabalho, fazendo com que o capitalismo não se interesse por sua força de trabalho.

Um dos princípios fundamentais da educação, segundo Mazzotta (2011), é a capacidade de crescimento do ser humano, que é proporcionada por meio da educação escolar, pela qual é estimulado o potencial de cada aluno que se encontra detentor de necessidades educacionais especiais para o aprendizado. A partir do momento em que se tenta prever essa capacidade de crescimento, ela se restringe, pois o estímulo deixa de ser para a expansão e passa a ser restrito por alguém, resultando no conhecimento limitado previamente, concluindo que não se deve pontuar antecipadamente as possibilidades da pessoa com deficiência.

A Inclusão Escolar ou a Educação Inclusiva eclode em meados da segunda metade dos anos de 1980, e principalmente na década de 1990, surgindo com a visão de acolhimento, visando a erradicar a segregação, a exclusão, e garantir a igualdade de direitos para as pessoas com deficiência.

[...] a educação inclusiva tem importância fundamental, pois busca por princípio básico, a minimização de todos e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseadas nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam incondicionalmente uma estrutura hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos temos o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. E que, por isso mesmo, todos precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir. (SANTOS e PAULINO, 2008, p.12)

Raiça e Oliveira (1990 *apud* RÉIA, 1996, p.24) defendem que a educação especial deve objetivar o desenvolvimento integral do aluno capacitando-lhe alcançar ao máximo suas potencialidades, visando um melhor entrosamento social e ressalta que essa educação especial deve estar voltada para os alunos que apresentarem necessidades educativas especiais.

Dessa forma, entende-se o conceito de inclusão como mecanismo que se designa como uma possibilidade de abertura de espaços sociais, uma segurança de direitos de cada indivíduo em ter ingresso aos recursos de uma comunidade, faz com que, se assegure a participação de todos no espaço educacional e na vida social.

### 1.3 Os professores e a formação docente voltada para à inclusão

Um dos principais profissionais atuantes na tentativa de melhoria da qualidade de vida das crianças com deficiência dentro dos sistemas educacionais são os professores. Eles deveriam ser capazes de contribuir para identificar os problemas que estão colaborando para o mau rendimento do aluno em sala de aula.

O professor é o profissional que mais está ligado ao aluno, segundo Mello (2003, p.36):

Aquilo que se faz e diz e a maneira como se relaciona com o aluno, que podem ser investigados de fora, então de algum modo associados à natureza de suas representações a respeito da escola, do aluno e de seu próprio papel. Estas, portanto, fazem parte integrante de sua prática e permitem conhecer esta última tanto quanto a observação de sua conduta efetiva em sua sala de aula.

Segundo Mello (2003, p.36), o trabalho desse profissional dentro da sala de aula é essencial para determinar o rendimento do aluno pois o mesmo se transforma naquilo que o professor projeta nele. Com base na autora, tende-se a pensar que quando um professor cogita para o aluno um bom desempenho, ele aumenta a perspectiva de que isso aconteça, do mesmo modo ocorre o inverso, quando o professor cogita o fracasso sobre o aluno ele também contribui para que esse fracasso venha a ser real.

Connell (2002, p.29) ressalta que:

podemos não querer culpar os/as professores, mas não podemos ignorá-los. A educação como um empreendimento constitui-se em e através de seu trabalho. Esse trabalho é a arena onde se condensam as grandes contradições em torno da educação e da justiça social.

É inquestionável a influência que um profissional da educação tem sobre o educando. A boa formação do profissional é validada quando este profissional coloca em prática tudo o que foi aprendido. Sendo assim, se um profissional recebe uma má formação vai projetar em sua vida profissional tudo o que foi apreendido, assim podendo criar um círculo vicioso.

Por tal motivo, Freitas afirma que:

A formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialistas, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional. (FREITAS, 2006, p.161-181).

De acordo com Mello (2003, p.37) as relações entre aluno e professor tendem a ser mais passivas quando o aluno se encontra inserido em um grupo de melhor situação econômica e social. Sendo assim o professor apenas reforça o papel vigente, não contribuindo para modificar a realidade e destruindo qualquer possibilidade de mudança social na vida do indivíduo. Dessa maneira forma-se um segundo círculo: as características e comportamentos dos alunos, assim como sua situação econômica e social, determinam quem ele é diante do professor. E o professor, por meio do constitutivo do aluno determina o que ele vai ser mediante o sistema educacional.

Por isso, ressalta-se a importância de uma boa formação profissional, com uma ampla visão de sociedade e uma política de mobilização de conhecimentos, a solicitação de atividades e obras de acréscimo do debate das expressões da questão social na educação, o acompanhamento, a participação, o controle e a avaliação dos programas sociais existentes na educação formam elementos importantes para os profissionais da educação.

No âmbito escolar, é preciso considerar o contexto social vivido pelos alunos, ressaltando as principais dificuldades e necessidades, levando saberes sobre a comunidade em que estão inseridos. É indispensável que se conheça a dinâmica das relações sociais, a realidade social e o controle social existente, onde a maioria dos alunos (principalmente em instituições públicas) estão inseridos, e, após conhecer essa realidade, formular atuações de políticas educacionais na expectativa de solucionar os diversos problemas que atingem o sistema de ensino em pauta.

A importância da observação do professor na sala de aula e sua comunicação com outros profissionais se dão na tentativa de resolver possíveis problemas que venham interferir na aprendizagem do aluno com deficiência pois, em alguns casos, não são apenas as limitações motoras e psíquicas dificultam o aprendizado, mas também problemas sociais.

De acordo com o que explica Reia (1996), é de extrema importância que os sujeitos sociais, estejam atentos aos problemas da pessoa com deficiência, considerando a situação econômica, social e política da sociedade vigente, levando em conta as pequenas ações realizadas na instituição em que o aluno está inserido, pois esses são fatores que podem ser cruciais para diminuir o grau de aprendizagem do aluno acarretando o mau rendimento escolar.

Assim, o professor deve observar o rendimento do aluno na escola e identificar se há algum fator social interferindo em sua aprendizagem, assim como promover projetos em que a família possa interagir com a instituição, visando um conhecimento da real necessidade apresentada por cada família e uma melhor elaboração dos trabalhos, de acordo e com a demanda obtida. O profissional da educação deve trabalhar consciente de tais fatores sociais, sempre com muito respeito às diferenças e entraves.

A criança com deficiência exige cuidados maiores na hora do aprendizado, tanto na vida social quanto no contexto escolar. Sabe-se que a pessoa com deficiência pode apresentar algumas limitações ou precisar de recursos que torne possível seu pleno desenvolvimento. Por isso, é necessário que existam professores especializados para trabalhar com cada limitação apresentada, para que o estímulo seja maior, assim como os resultados.

Os professores da educação especial devem trabalhar com as diferenças, pois é a partir dela, e para atendê-la, que se constrói a educação especial, sendo necessário também que se instrua a comunidade sobre cada especificidade e o melhor modo de lidar com elas, para que assim se viabilize o maior vínculo da pessoa com deficiência com a sociedade em geral, eliminando qualquer forma de preconceito e exclusão social.

No entanto, o professor, na maioria das vezes é o único profissional que atua na educação da pessoa com deficiência, se sentindo isolado e discriminado, sem o apoio de uma equipe técnica que possa lhe oferecer suporte fora da sala de aula, cuidando de problemas externos que influenciam na aprendizagem.

Por tal motivo, Réia (1996, p.29) diz que são necessárias:

Mudanças urgentes na legislação, incentivos aos professores, no sentido de estimulá-los a participarem dos projetos de educação especial, apoio de uma equipe multiprofissional, um trabalho de conscientização e incentivo também à comunidade, para que esta oportunize uma maior participação do deficiente no campo profissional, como também o desenvolvimento de programas de apoio e esclarecimento aos pais, quanto à importância de sua contribuição no processo educativo.

Dessa forma, o profissional na sala de aula poderá atuar de modo a explorar ao máximo as possibilidades do aluno com deficiência, que na maioria das vezes são limitadas pela sociedade, não olhando para ele como um ser incapaz, mas defendendo seu posto de cidadão com grandes probabilidades de desenvolver suas potencialidades e com isso conquistar o seu lugar no meio social, onde na maioria



das vezes é visto como uma pessoa limitada e não com os mesmos direitos de uma pessoa comum, apenas por apresentar algumas diferenças.

É reconhecida a necessidade de um ensino especial para alunos com deficiência, do mesmo modo que também se alerta para a urgência de capacitação de profissionais para atuarem na área. Esse assunto ainda é pouco explorado no âmbito municipal, por se abordar singularidades de pessoas com deficiências diferentes exigindo um conceito mais minucioso quando se trata de pessoas com deficiência. No entanto, isto não quer dizer que o ensino deve ser outro. A proposta é que o corpo docente se especialize para ministrar aulas qualificadas para todos, obtendo recursos para pessoas com deficiência, pois compete aos profissionais trabalharem a verdadeira concepção de pessoa com deficiência não apenas dentro das instituições, mas, sobretudo com a sociedade, visando assim diminuir o preconceito e promover a inclusão social.

Na sociedade, espera-se que esse profissional possa contribuir para a socialização de informações sobre as pessoas com deficiência e com projetos que possam integrá-los, como elaboração de oficinas, com o intuito de abolir o preconceito. Sendo assim, a educação se apresenta como a base de qualquer transformação social. Por isso, destaca-se a importância da adoção de uma Educação Inclusiva para que práticas discriminatórias sejam abolidas do nosso cotidiano escolar e social.

Dessa forma, é preciso atuar tendo por base leis e políticas que visem promover a inclusão do indivíduo, principalmente daquele sujeito que por apresentar alguma deficiência se situa à margem da sociedade, fazendo com que vigore o atendimento e o respeito às necessidades localizadas, principalmente na educação, tendo como meta atenuar as dificuldades encontradas para a aprendizagem.

## **2 ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO COMO MECANISMO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR**

A Educação Especial se conceitua como um modo de aprendizagem que dispõe de métodos adequados àqueles que não podem se beneficiar apenas do ensino regular, pois necessitam de adequações para que possam atingir ao máximo suas potencialidades. Essa forma de educação deve também oferecer condições ao educando de integração na sociedade contando com atendimentos individualizados e obedecendo aos mesmos princípios e objetivos da educação regular, não se desvinculando dela.

Como ressaltamos no capítulo anterior, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, 1996), a “educação é direito de todos e dever do Estado”, para que por meio dela sejam formados cidadãos aptos ao exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho. Essa educação é abrangente, sendo assim universal e não discriminatória. Contudo, é preciso verificar se as leis têm sido suficientes para que pessoas com deficiência sejam realmente inseridas nesse contexto, onde o que se prega é igualdade de oportunidade e a universalização dos direitos, mas que ao mesmo tempo se percebe ainda preconceito e discriminação.

### **2.1 O estigma na instituição escolar: a relação entre a sociologia e deficiência**

Durkheim já mencionava, que a ciência da sociedade não deve ficar restrita a preconceitos tradicionais, mas espera-se que essa ciência “mostre as coisas de uma maneira diferente da encarada pelo vulgo” (DURKHEIM, 1987, p.15), de forma que exista uma desnaturalização do senso comum, já enraizado nas mentalidades dos indivíduos pertencentes às sociedades, principalmente por meio da cultura, costumes, hábitos e normas preexistentes. É preciso considerar ainda que ao falar em “ciência das sociedades” não está em questão apenas uma sociedade, motivo pelo qual deve-se despir dos padrões de “normalidade” para compreender que, em cada sociedade, existirão padrões diferentes, de acordo com a cultura vigente.

É importante salientar ainda, que Durkheim afirma que “ainda estamos por demais acostumados a decidir todas as questões de acordo com o senso comum para que possamos mantê-lo facilmente à distância nas discussões sociológicas” (DURKHEIM, 1987, p.15), ou seja, fica clara a importância e a interferência do senso comum nas vidas, escolhas e consciências individuais. Nessa perspectiva, pode-se

considerar que o próprio senso comum pode fornecer muitas informações sobre uma sociedade, sua cultura e seus indivíduos, como no caso das terminologias e simbolismos.

Além disso, é preciso compreender que parte-se das referências socialmente estabelecidas para entender e analisar o desconhecido. Por isso, aqueles que destoam do padrão social acabam sendo vistos como aqueles que fogem da normalidade.

No caso das pessoas com deficiência, mesmo que a própria pessoa com deficiência se considere capaz de desempenhar determinada atividade, se capacite, se qualifique para desempenhá-la, supere as barreiras existentes para que isso aconteça e de fato consiga desempenhar a atividade a que se propôs, não raro estará sob o julgo de pessoas que subestimarão e questionarão sua capacidade e ainda, irão considerá-la não adequada para aquela função.

Isso acontece porque quando existe algo internalizado, estabelecido como normal, não é incomum que não se consiga refletir sobre as possibilidades da pessoa – ou de determinado fenômeno –, sendo assim, é frequente que a capacidade da pessoa com deficiência não seja socialmente reconhecida e/ou valorizada. É nesse sentido que se entende que Durkheim esclarece que “as maneiras de pensar mais habituais são antes contrárias do que favoráveis ao estudo científico dos fenômenos sociais” (p.16).

Tal pensamento pode ser exemplificado com o caso da educação inclusiva que, apenas recentemente passou a configurar questão de pesquisa nas ciências sociais. O fato de o senso comum considerar a pessoa com deficiência como um indivíduo incapaz deixou, por muito tempo, essas pessoas a margem da sociedade, de forma que elas não tivessem participação social e status de cidadania.

No entanto, deve-se evidenciar a existência da diversidade cultural e de identidades subjetivas – e coletivas – presentes na sociedade, que acabam ressignificando a liberdade, a justiça e a equidade, ao considerar a demarcação de identidades socialmente construídas e aceitas. Assim, torna-se possível a compreensão acerca da existência de operações de inclusão e exclusão que consideram “o que somos” ou “quem somos”, significa também dizer o “que ou quem não somos”, “quem pertence” e “quem não pertence”, o “eu” e “o outro” dentro de uma matriz identitária (HALL, 2006; 2007).

A pessoa com deficiência vive em um mundo regado por preconceitos, em que predomina a diferença e a discriminação. Nesse sentido, Honnet (2003) escreveu sobre a existência de “identidades mutiladas”, vulneráveis aos consecutivos processos de exclusão social, pelos quais depreende-se que reconhecer que “o outro” é tão legítimo de direitos quanto “nós”, é o núcleo desta concepção, além de constituir um compromisso de vigilância com a forma de compreender conflitos e propor soluções.

É necessário que se tenha uma política de inclusão de pessoas com deficiência em toda a esfera da vida social. Mas o que se define como inclusão? Quais são as expectativas? São perguntas que muitos estudiosos têm tentado responder e que, em muitas das vezes conseguidas, possuem uma perfeita teoria e uma prática decepcionante.

A inclusão tem sido uma meta cada vez mais buscada na sociedade moderna, embora a exclusão consista em uma realidade bem mais concreta. Considera-se como a grande responsável por parte dos problemas sociais, porém, ela é apenas uma forma de designar determinada situação em que se constata a ausência de algo considerado necessário e/ou desejável. Como explica Bartalotti (2006, p.11), “é como se o fato de pertencer de uma determinada categoria, ou classe social, implicasse, necessariamente, o pertencimento à outra: a dos excluídos”.

Entretanto, entende-se que esse conceito não possui nenhuma força ativa capaz de impulsionar a transformação, ao contrário, ele acaba por inalterar qualquer sentimento de inferioridade daqueles a quem a ação se destina. Baseado no campo da deficiência, o assistencialismo, o sentimento de pena e de caridade, são exemplos de situações que, em vez de possibilitar a mudança da categoria apresentada, acabam por fazer com que fique ainda mais difícil reverter o quadro de exclusão apresentado. Percebe-se que apesar de a educação inclusiva passar a fazer parte da vida da população brasileira, ainda existem alguns dogmas a serem quebrados.

Segundo Goffman (1988, p.30), “no estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse está geralmente voltado para o tipo de vida coletiva, quando esta existe, que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular”. A Sociologia Política, diante dessa questão, pode contribuir com uma abordagem que englobe a família, a sociedade e a escola. Essa análise é feita através de uma crítica

às más condições em que se encontra o ensino especializado atualmente, sendo o Estado o maior responsável por essa realidade (PIMENTA e SALVADO, 2010).

Goffman (2015) afirma que o estigma relaciona-se às questões da deficiência, principalmente porque na Grécia Antiga, as deformidades físicas, assim como outros atributos e comportamentos, constituíam estigmas socialmente atribuídos. Para o autor, “atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido liberal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que a sua evidência corporal” (GOFFMAN, 2015, p.11).

Assim, a deficiência caracteriza-se por um estigma evidente, considerando que, assim como a definição de estigma, consiste em “atributo que torna a pessoa diferente dos outros e a coloca como completamente má, perigosa ou fraca. Ela deixa de ser considerada uma criatura comum e total e é reduzida a uma pessoa estragada ou diminuída” (GOFFMAN, 2015, p.12).

No caso das pessoas com deficiência, assim como acontece com outras minorias, a desigualdade social foi acumulada historicamente, é resultado do processo histórico de opressão pelo sistema ideológico capitalista e, a apartação social das pessoas com deficiência foi confinada à esfera doméstica e privada do convívio com as demais pessoas.

Segundo Pimenta e Salvado, “as desigualdades estão presentes no cotidiano das pessoas com deficiências” (PIMENTA E SALVADO, 2010, p. 162). Por tal motivo, a focalização das diferenças interfere diretamente na vida dessas pessoas, uma vez que cria no imaginário social a equivocada relação entre deficiência e incapacidade, fazendo com que muitas pessoas acreditem que os direitos das “pessoas com deficiência” não precisam ser respeitados e que elas não são capazes de participar do sistema educacional.

Conforme Diniz “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência” (DINIZ, 2007, p.10).

Uma das barreiras mais difíceis de serem superadas pela educação inclusiva é a quebra de um preconceito que a sociedade carrega os primórdios. A sociedade está acostumada com um mundo de conceitos que já são pré-definidos socialmente. Tudo o que não se enquadra no padrão social é visto como algo inconveniente, passando a ser excluído da comunidade. Assim, a sociedade padroniza as relações e o conceito, pois tem medo de lidar com o novo, com o diferente, sendo mais fácil

excluí-los do que tentar uma nova forma de adaptá-los. Esse medo do que não está dentro do padrão considerado correto, uniforme, leva um número cada vez maior de marginalização do indivíduo.

As pessoas com deficiência por sua vez possuem peculiaridades que na maioria das vezes são vistas pela sociedade como algo perturbador da ordem social, o que ocorre devido a uma carência de informação, motivada pelo fato de que as pessoas se guiam apenas pelo senso comum.

Segundo Medeiros, Diniz e Squinca (2006), a deficiência será um tema emergente para as políticas públicas, particularmente as de caráter distributivo e de proteção social. As políticas públicas que visam a inclusão devem ser efetivadas com melhores capacitações ao corpo docente atuante na área, incluindo ainda trabalhos que orientem a família na melhor maneira de lidar com a informação que lhe é passada. Dessa forma, a educação enquanto política social deve se efetuar de forma abrangente e não seletiva, dando suporte aos diferentes níveis da sociedade. Assim a educação inclusiva também terá seu cunho calcado para todos, não limitando o número de alunos inseridos e tampouco contar com profissionais despreparados para atender a essa demanda (FÁVERO, 2006).

Nesse sentido, a deficiência não deve ser entendida como limite, mas como um campo de novas conquistas cotidianas, com superação de obstáculos e de preconceitos. As pessoas com deficiência não devem ser vistas como pessoas inferiores por conterem limitações, mas como cidadãos especiais e providos de direitos como qualquer outro indivíduo.

Conforme Diniz *apud* Broek, “o mundo em que os deficientes têm o direito de viver é o das ruas, avenidas, escolas, universidades, fábricas, lojas, escritórios, prédios e serviços públicos, enfim, todos os lugares onde as pessoas estão, vão, vivem, trabalham e divertem” (BROEK, 2007, p.71).

Por isso, é indispensável a desconstrução de certas concepções obtidas pela sociedade, que são adquiridas apenas da vivência e do senso comum, fazendo com que se implemente a verdadeira concepção do real, aquela que deve ser fundamentada em estudos que nos proporcionam o legítimo desvendamento do problema. Isso não significa eliminar de forma brutal a concepção adquirida no dia-a-dia, mas através dessa concepção trabalhar para que haja uma superação dos falsos rótulos resultando em uma melhor explicação e interpretação dos fatos.

Para que se obtenha essa superação do senso comum é necessário que haja informação, assim como profissionais aptos a expandi-los à sociedade. À medida que o profissional está inserido em uma sociedade democrática ele tem a liberdade de conhecimento de valores que o permeiam. Entretanto, é necessário que esses valores sejam reais e verdadeiros para que a sociedade seja acima de tudo justa. A partir daí, surge a necessidade de profissionais que objetivem superar o padrão implantado pela sociedade e fazer com que se instaure a democracia, a cidadania, e, sobretudo a justiça, para a construção de sujeitos que transponham a realidade posta e desvendem o verdadeiro conceito de pessoa com deficiência.

Dessa forma, apesar de todo o status de exclusão ao qual a pessoa com deficiência ainda é submetida, é fundamental a percepção de que, com a evolução dos entendimentos sobre a temática, a garantia de direitos e mudanças sociais, a pessoa com deficiência deve ser incluída para exercer, de fato, sua cidadania.

## **2.2 A permanência na escola regular**

Segundo Carmo (2016), estudos sobre a permanência de estudantes mais necessitados nas escolas públicas ainda constitui um campo de pesquisa novo e pouco explorado.

No que se refere ao estudante com deficiência, apenas ofertar vagas não é suficiente. Faz-se necessário oferecer condições para que ele permaneça na escola e que sua aprendizagem ocorra de forma eficaz, caso contrário haverá exclusão dentro do próprio ambiente escolar, que tem por meta oferecer a inclusão.

Assim, existe a necessidade de

questionar o tipo de escola ou de curso que está sendo ofertado; ir mais fundo: não é o perfil do alunado que não se encaixa no modelo de escola existente ou no tipo de curso ofertado. Na verdade, esse modelo não só não foi pensado para eles, como está inadequado para todos (FÁVERO, 2016, p.9).

Observar questões voltadas à permanência é indagar sobre o tipo de instituições de ensino que temos hoje, compreendendo que os modelos existentes não estão preparados para a diversidade.

A permanência do aluno com deficiência na escola regular é um processo que exige respeito, dedicação e compreensão ao próximo, tanto das instituições de ensino, quanto dos indivíduos que recebem este aluno, aceitando as diferenças de cada um. Saber enfrentar as diferenças do sistema educativo, e saber como intervir

para a aquisição do conhecimento no interior da instituição educacional, é poder compreender a importância da inclusão nos processos do ensino da instituição e considerar que:

A superação desses limites exige outra escola. Nela devem ser incorporados, pelo menos em parte, os ganhos da educação popular: receber os educandos com a experiência que trazem da vida e os rudimentos de aprendizagem escolares anteriores, quando existirem; entendê-los e dialogar com eles; respeitar o ritmo de cada um; aceitar as interrupções no estudo, por problemas ou necessidades pessoais ou familiares; fazer da avaliação momento fértil de aprendizagem (FÁVERO, 2016, p.10).

Nessa perspectiva, Mantoan (2006, p.41) afirma que:

(...) é preciso mudar a escola, mais precisamente a o ensino ministrado. A escola aberta a todo é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais, são as que seguem. Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência. Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Compreende-se então que não basta apenas inserir o aluno com deficiência na rede regular de ensino, mas também é preciso preparar a sociedade para a diversidade, incluindo-o de fato nesta unidade escolar, para que esse aluno não se sinta excluído e discriminado e que isso não venha intervir no seu processo de aprendizagem, prejudicando-o no seu desenvolvimento integral.

Segundo D' Amaral (2003, p.31):

É preciso desenvolver estratégias que insiram o problema da pessoa portadora com deficiência na discussão e no encaminhamento das principais questões brasileira. Precisamos produzir modelos inovadores de ação conjunta da sociedade organizada e do Estado, com o objetivo de tirar essa questão da marginalidade e, finalmente, trabalhar pela integração social da pessoa portadora de deficiência e por sua cidadania, contando com a participação essencial e suas instituições de luta e de atendimento.

Por isso, o AEE e a sala de recursos podem ser entendidos como estruturas para promover a permanência dos estudantes com deficiência na educação básica porque criam “situações que levam o discente ao envolvimento com a instituição escola” (LIMA, 2016, p.88).



A preocupação com a permanência significa também uma preocupação em prevenir as dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, o fracasso escolar. Atualmente, em função do novo contexto educacional do ensino regular, que recebe as crianças com deficiência, é importante a interação entre os professores, os pais e a equipe escolar no trabalho com a chamada inclusão, gerando envolvimento com a escola e um desenvolvimento de pertencimento social.

Segundo Carmo (2016, p.14):

pensar a permanência é pensar não no que falta à escola pública, mas no que acontece entre alunos, professores, gestores e famílias que perseveram por êxito, qualidade, sucesso e outros tantos termos que promovem a inclusão de milhares de pessoas, ainda invisíveis, que desejaram e consolidaram a crença de que o conhecer, a relação com o saber, as eleva ao “ser mais” de Freire, tanto nas possibilidades de formar-se pessoa, humanizar-se e ascender em uma profissão, em suas relações familiares ou em suas realizações subjetivas.

Dessa forma, reafirma-se que não basta garantir a matrícula da criança no ensino regular, é preciso observar a permanência de forma que a educação especial passe a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

### **2.3 O AEE e a sala de recursos como estruturas para promover permanência**

De acordo com Paula (2004) a escola inclusiva deve estar preparada para a diversidade de alunos que irá atender. Precisando assim de uma profunda reformulação na estrutura das escolas regulares não inclusivas, capacitação dos professores, diretores e demais profissionais que trabalham no âmbito escolar, para que haja uma melhor interação desses profissionais com os novos alunos.

Nessa perspectiva, Crochik esclarece que:

As propostas de educação inclusiva estão em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL/ UNESCO, 2009) e com a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), no que se refere, sobretudo, à defesa da democracia, da participação de todos, do respeito à diversidade (CROCHIK, 2015, p.49).

A proposta da educação inclusiva trouxe também transformações para as escolas especiais, após o movimento de inclusão, passaram a complementar ou suplementar o atendimento nas escolas regulares por meio do AEE.

O AEE contribui para a formação do aluno, visando à sua autonomia na escola e fora dela, construindo oferta obrigatória pelo sistema de ensino.

O atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/ SEESP, 2009, p.10).

Além disso, os sistemas de ensino devem disponibilizar os recursos da Educação Especial para que os alunos tenham os recursos e as condições de acesso ao currículo, promovendo os materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Nessa perspectiva, o artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº4/2009 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica, esclarecendo que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial, é preciso fornecer:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício da docência do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.

g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008 p. 2).

No entanto, o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular pode se deparar com alguns entraves que talvez possam ser solucionados por meio de capacitação dos professores e demais profissionais da educação, considerando que, na escola inclusiva o professor deverá trabalhar de forma reflexiva e criativa, não se limitando somente a transmitir um conteúdo e sim incentivando a participação dos alunos para que estes além de aprenderem o conteúdo, saibam também construir suas opiniões a respeito deste, o que tornará as aulas mais dinâmicas e divertidas.

Assim, é preciso que a escola ofereça ao professor muito além de um quadro e uma caneta. Os docentes precisam de materiais auditivos como som e livros em *braille* para trabalharem com estudantes com deficiência visual; precisam de recursos visuais e da linguagem brasileira de sinais (LIBRAS) para se comunicarem com os alunos com deficiência auditiva; precisam de materiais para montar peças teatrais pois os alunos com paralisia cerebral tendem a ser mais vagarosos e terem algum comprometimento motor e por isso se identificam com atividades como esta; já os alunos com deficiência mental apreendem o melhor conteúdo com a utilização de métodos musicais, versos, poesias e com historinhas, sendo indispensável a qualificação profissional dos professores nesse processo para que o sistema educacional dê respostas educacionais com qualidade ao conjunto das pessoas.

A prática profissional deve se iniciar com o desvendamento da realidade do campo em atuação. Segundo Vasconcelos (1997, p.142) a construção do espaço institucional deve se dar pela:

Organização, preparação e treinamento técnico operatório da equipe; construção, acumulação e/ou preparação de material, recursos necessários à prestação de serviços; criação e organização das rotinas (articuladas ou não à rotina da instituição como um todo); definição dos instrumentos e atividades tendo em vista a relação demanda/recurso humano; viabilização do local necessário.

As pessoas com necessidades educacionais especiais necessitam em seu processo de aprendizagem de cuidados e recursos especiais de educação, pois mesmo estando em uma escola regular, esses indivíduos precisam contar com uma sala especial que disponibilize recursos especiais de ensino.

Para que aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais seja integrado ao ensino especializado ele tem a necessidade de dispor de

atendimento e de aprendizado de forma singularizada, de acordo com as normas estabelecidas pela lei. Esse atendimento deve ocorrer dentro uma escola regular, mas também em salas de recursos, onde ficam os equipamentos para se trabalhar com as crianças com deficiência, sua parte motora, sensorial, sua percepção entre outros aspectos que possam favorecer suas potencialidades enquanto aluno.

Por isso, é necessário ressaltar que o trabalho da sala de recursos refere-se ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, sensoriais, afetivas e comunicacionais, não constituindo um espaço de reforço escolar (SOUZA, 2018). As salas de recursos multifuncionais:

cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (BRASIL, 2008, p.6)

Nesse sentido, pode-se entender que a escola precisa estar preparada para atender a cada tipo de particularidade. E ainda, é preciso considerar que nenhum tratamento pode ser só, seja ele médico, social, pedagógico ou psicológico. É necessário que haja um trabalho profissional em conjunto para que os resultados sejam satisfatórios. Diante disso o Estado deve se posicionar visando condições que possam levar à integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Dessa forma, a equipe escolar deve trabalhar de forma a minimizar ao máximo os problemas que permeiam a vida dos educandos, para que estes se sintam propícios ao desenvolvimento de suas capacidades. Essa equipe deve interagir com a família para que essa esteja ciente e todo o processo de aprendizagem, em prol da melhoria da vida em sociedade das pessoas com deficiência, assim como projetos, programas e benefícios existentes na comunidade que podem beneficiar e amparar as pessoas com deficiência e sua família.

#### **2.4 A interação entre escola e família no desenvolvimento da criança com deficiência**

A partir do entendimento de que a educação tem como propósito emancipar e dar autonomia às pessoas com deficiência é preciso compreender que o processo educacional das crianças com deficiência não fica restrito ao âmbito escolar, fazem-se necessárias estratégias de inclusão que contam não só com os profissionais da

escola, mas também com a participação da família para que a criança de fato consiga desenvolver suas potencialidades e habilidades.

É essencial a participação da família na aprendizagem do aluno, uma vez que problemas familiares também interferem no aprendizado e, com a participação escolar, a família fica ciente do aprendizado do aluno e de como pode ajudar em casa para que sua potencialidade seja explorada da melhor forma possível.

Compreende-se a família como uma estrutura dinâmica que não funciona isoladamente, tem seus laços de ligação com a sociedade e reproduz internamente os valores precedentes desta. Por esta razão, não encontra-se preparada para lidar com situações como a chegada de uma criança com deficiência, a qual constitui-se um impacto, desorganizando toda a dinâmica familiar. Qualquer que seja sua religião ou status socioeconômico, saber que seu filho possui uma deficiência pode constituir uma experiência traumática. Os pais ficam igualmente angustiados, se sentem fracassados, frágeis o que acaba levando-os, de início, a rejeição à comprovação da deficiência.

A família pode ser entendida como “uma estrutura social básica” (SOIFER, 1983, p.23) composta por pessoas que convivem por um tempo prolongado e se inter-relacionam reciprocamente com a cultura e com a sociedade. É considerada, segundo Ogama (2003, p.35), peça essencial no processo de desenvolvimento, socialização e integração do indivíduo. A chegada de uma criança com deficiência numa família, na maioria dos casos é complicada devido ao fato de que:

Durante toda uma existência, homem e mulher se preparam para gerar filhos dos quais queiram se orgulhar. Seres humanos capazes de se perpetuarem através da procriação. Há o desejo inconsciente de exibi-los até como se neles estivesse a prova irrefutável do quanto se saíram bem na vida [...]; como se na aparência física estivesse o segredo do sucesso. De repente, aquele sonho infantil acaba abruptamente, e o casal se vê diante de uma realidade que lhe parece dolorosa demais: eles não geraram um super bebê, mais sim uma criança da qual, pensam, a princípio, não tem nenhuma razão de se orgulhar. (WERNECK, 1993, 118).

Isso pode levar os pais a reagirem mal e rejeitar o próprio filho porque:

[...] o período de gestação, assemelha-se a uma viagem por um caminho fantástico a um país de sonhos e anseios. A família, e em especial os pais, costumam envolver-se nessa viagem, arquitetando projetos para o futuro membro que está por chegar [...]; independente de questões sociais ou econômicas, desde que a gestação passa a ser assumida e conseqüentemente o bebê passa a ser esperado [...]. (VIEIRA, 1998, p.15).

Quando esse bebê tão esperado chega, há casos em que a família se frustra e rejeita a criança. Werneck (1993, p.122) diz que “Cada casal tem seu próprio tempo de reclusão, necessário para amortecer o impacto da chegada desse filho [...]”. Diante da presença de um filho “anormal”, em uma família, as reações ocorrem de diferentes formas, como resultado das próprias expectativas criadas.

Segundo Telford e Sawrey (1988, p.176), acredita-se que:

[...] alguns dos padrões reativos mais comuns ao advento de uma criança defeituosa numa família, são o enfrentamento do problema, a negação da realidade da deficiência, a autocomiseração, a ambivalência em relação ou a rejeição dela, a projeção da dificuldade como causa da incapacidade, os sentimentos de culpa, vergonha e depressão e os padrões de dependência mútua.

Muitas famílias sofrem forte abalo emocional, face ao conhecimento da deficiência do filho. A notícia representa muitas vezes a perda do sonho do filho “perfeito”. O impacto sentido pela família com a chegada de uma criança com algum tipo de deficiência é intenso. Segundo Brito e Dessen (1990, p.430), esse momento é traumático, podendo causar uma forte desestruturação na estabilidade familiar. O momento inicial é sentido como o mais difícil para a família, a qual tem que buscar a sua reorganização interna que, por sua vez, depende da estrutura e funcionamento enquanto grupo e, também, de seus membros, individualmente.

Alguns pais atravessam um período de negação que a aceitação chegue a um ponto em que possam mobilizar seus recursos e dar início a um trabalho sério que contribua para um bom desenvolvimento da criança com deficiência.

Há uma diferença para os pais, que obtém o conhecimento imediato ou tardio, no que refere-se ao estabelecimento do vínculo entre a criança e o grupo familiar. Quando há o diagnóstico tardio, os pais já se adaptaram ao convívio com a criança e na maioria das vezes inconscientemente, já entraram em contato com o conhecimento sobre o problema, facilitando ou amenizando de alguma forma, o processo de aceitação e muitos reagem negando as dificuldades do filho.

Segundo Casarin (1999), a reorganização familiar fica mais fácil quando há apoio mútuo entre o casal. Nesse caso, o ambiente familiar pode contribuir para o desenvolvimento da criança com deficiência. Contudo, o ambiente pode também dificultar essa reorganização interna da família, principalmente porque o nascimento de uma criança, por si só, já acarreta alterações que constituem um desafio para todos os membros familiares.

Saad (2003, p.112) coloca que a superação do “luto” vivenciado pela família, por causa da perda do filho que almejavam ter recebido, “[...] não se dará naturalmente, mas por meio de sucessivos percalços e respectivas ‘superações’ que se farão presentes no decorrer de seu desenvolvimento”.

Amaral (1995) aponta do “luto”, ou melhor, a “morte” do filho idealizado como parte essencial da experiência emocional de ter um filho com deficiência. A presença de uma deficiência traz em seu bojo a vivência de perdas, que podem ser reais ou fantasiosas, presentes ou virtuais.

Como alerta Buscaglia (1997), praticamente inexistem um aconselhamento educacional ou psicológico aos pais dentro ou fora do hospital, após receberem a notícia que seu filho possui algum tipo de deficiência. São raros os hospitais e maternidades que possuem procedimentos rotineiros de aconselhamento e informação aos pais. Na maioria dos serviços, a orientação e o acompanhamento psicológico inexistem ou ficam a critério de profissionais não habilitados. De resto, a maior parte do que os pais fazem por seus filhos logo após a notícia se baseia no instinto.

Esse estado emocional constitui-se o padrão predominante de respostas afetiva das famílias afetadas. Neste sentido, Telford e Sawrey (1988) lembram que, de modo geral, os pais se sentem ambivalentes em relação aos filhos com deficiência ou não, em função das responsabilidades e decepções sofridas na experiência de criá-los. Sendo assim, eles amam e aceitam, bem como desgostam e rejeitam. As reações negativas variam desde o desejo consciente e declarado de que a criança morra, ou de que jamais houvesse nascido, até a hostilidades e rejeição reprimidas. Contudo, os sentimentos ambivalentes dão lugar a reações de culpa, na qual resultam frequentemente na superproteção, numa tentativa de negar ou compensar os sentimentos hostis dos quais a pessoa se envergonha.

Famílias com crianças com deficiência têm uma sobrecarga adicional em todos os níveis: social, psicológico, financeiro e também, nos cuidados com a criança. Essa sobrecarga pode estar relacionada aos sentimentos de ansiedade e incerteza quanto à sobrevivência da criança, ao seu desenvolvimento, ao cuidado a longo prazo e ao próprio impacto desse cuidado sobre a vida da família.

Portanto, a aceitação por parte da família é um dos fatores imprescindíveis para o desenvolvimento das crianças, pois favorecerá para a evolução de sua personalidade e de seu potencial. Esta criança precisa ser aceita, compreendida e auxiliada. Para que a criança chegue a sua vida adulta madura e autossuficiente na

sociedade, precisa contar com a presença dos pais compreendendo e sabendo aceitar suas capacidades e suas limitações. “Os pais devem saber o que podem esperar da criança para não exigir dela o que não pode dar, não subestimando sua capacidade. A família pode colaborar muito para ajudar a criança a ter um melhor desempenho”. (SANTOS, 2005, p.63)

A família é importante no desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência, pois é a partir da própria família que a criança se integra no mundo adulto, recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade “[...] a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e socialização dos indivíduos [...]; ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais” (CARVALHO, 1994, p.93).

A chegada de uma criança com deficiência pode acarretar mudanças na dinâmica familiar, em outras podemos constatar o oposto, onde a união se consolida, no ambiente familiar, no qual alguns sentimentos como preconceito e discriminação não se fazem presentes, deixando transparecer harmonia no lar. E neste ambiente harmônico, acreditamos, a criança sente-se querida e amada.

No seio familiar, muitas vezes constatamos que os que são considerados “anormais”, pela sociedade, apresentam maior capacidade e habilidade, dos que são reconhecidos como ditos “normais”. Começamos a observar que aquele paradigma de que a família da pessoa com deficiência é constantemente “enlutada” pela perda do filho “sadio” começa a se desfazer e começamos a ter conhecimento de que este “modelo” de família começa a dar lugar a um outro tipo de família: aquela que vê a pessoa com deficiência de forma positiva e que mesmo em meio a tantos problemas podem encontrar potencialidades em seu filho, ao contrário de como era visto até pouco tempo atrás, sempre de modo negativo, estigmatizado, discriminado.

Cavalcante (2003, p.17) consegue exemplificar essa questão e nos mostra que a pessoa com deficiência pode desenvolver suas potencialidades e superar seus limites com dignidade quando é “devidamente assistido, estimulado e ancorado por um núcleo familiar e um sistema social”. Sendo assim, dependerá necessariamente do apoio da família e do acesso a bens e serviços como saúde, educação, habitação, assistência e lazer.

A família pode ser capaz de se “reinventar”, fazendo com que o medo e as angústias se tornem possibilidades de superação dos desafios postos. Muitas famílias



“conseguiram dar respostas inovadoras aos complexos problemas” de seus filhos com deficiência promovendo integração e inclusão social (CAVALCANTE, 2003, p.15).

Para que as famílias cumpram com o seu dever de cuidado e proteção com seus membros, especificamente com a criança, seja ela com deficiência ou não, o Estado deve proporcionar condições dignas e humanas de sobrevivência e garantir a efetivação dos direitos sociais, contemplando todo o processo de definição e implementação de políticas públicas/sociais que forneçam instrumentos de sustentação necessários para o bem estar das famílias.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, 13 de julho de 1990, ressalta no art. 4º (BRASIL, 2003, p. 76) que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

A tendência das políticas públicas/sociais é de reforçar a centralidade do papel familiar no cuidado, na formação e educação das crianças.

É preciso considerar também que nem sempre a família sofre e deixa de viver com o fato de ter uma criança com deficiência, mas que há famílias em que a tranquilidade se faz presente, possibilitando que a rotina familiar não seja penosa. A literatura, portanto, começa a desmistificar a família da pessoa com deficiência até então vista como sofredora e incapacitada de prover possibilidades à criança com deficiência, mas sim, a família como possibilidade de contribuir na socialização de pessoas com deficiência. Cavalcante (2003, p.17) coloca que:

A versatilidade, a criatividade, a engenhosidade, e a capacidade de superação das famílias demonstram que elas, ao invés de se comporem de pessoas ignorantes no sentido que os especialistas costumam dar aos 'leigos', 'doentes', e carentes de ajuda, devem ser redescobertas e incluídas nos processos de produzir e promover saúde.

Para que a pessoa com deficiência tenha oportunidade, é necessário que tanto a sociedade quanto a família a aceitem enquanto pessoa que tem possibilidades e que depende desta aceitação para que tenha oportunidades na vida. Portanto, “é fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadores de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes

construídos e a ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos” (SASSAKI, 2005, p.41).

O amor da família para com a pessoa com deficiência é um fator essencial, visto que o amor leva a aceitação da deficiência, assim, fortalecendo a estrutura familiar.

Segundo Cavalcante:

O amor se tornou uma palavra desgastada, vulgarizada e desmoralizada como fenômeno interpessoal. No entanto, é essencial porque faz que os seres estejam interconectados uns aos outros, ora como garantia de sobrevivência, ora por puro prazer de viver. Sem amor, o social se destrói. Com amor, sempre há uma abertura ao outro, uma ‘convivência’ e uma ‘comunhão’ com o outro. (CAVALCANTE, 2003, p.18)

Reconhecemos, portanto, que a família desempenha um papel importante no processo de inclusão da criança com deficiência no contexto sociocultural e no desenvolvimento de suas potencialidades, constituindo-se esse papel ao conjunto de possibilidades fundamentais a uma convivência saudável. Entretanto, as estruturas familiares sozinhas não dão conta de sustentar tais situações, necessitando do apoio de diferentes profissionais e políticas públicas para intervir em suas demandas.

Dessa forma, é importante que a escola se atente à família, às suas dificuldades e expectativas, assim como também é necessário que a família siga as orientações e diretrizes da educação para um melhor atendimento às demandas.

A LDBEN (1996) se pauta em uma política que visa à universalização do acesso à educação, devendo garantir o desenvolvimento dos alunos para o exercício da cidadania, a articulação com as famílias e a sociedade, gerando a coerência entre a sociedade e a escola e, resultando na redução da evasão escolar, com o incentivo de ações paralelas às de responsabilidade estadual.

O artigo 2º. Da LDBEN dispõe que:

a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (L.D.B., Lei nº 9394 de 20/12/1996).

Nesse propósito, o Estado tem o dever de oferecer uma educação igualitária dando condições a seu acesso e a gratuidade desses serviços, garantindo a qualidade dos mesmos. Contudo, também há uma enorme responsabilidade (um dever) dos pais em manter seus filhos no ensino regular, realizando a matrícula dos

menores de sete anos de idade no ensino fundamental. Ou seja, o Estado tem o papel de disponibilizar o ensino e garantir o acesso de todas as crianças às escolas, sendo dos pais o dever de matriculá-las e o compromisso de encaminhá-las à instituição, de acordo com a necessidade de frequência.

Percebe-se então que, no âmbito escolar, a importância da informação é de extrema relevância no momento em que a família passa a interagir com a instituição proporcionando uma amplitude de intervenção na relação escola/família.

A necessidade do acompanhamento familiar na educação, não só especial, mas como um todo, tem em sua finalidade que o trabalho desenvolvido na escola seja contínuo também em casa. Dessa forma, a necessidade de interação entre família e escola é importante para o melhor desenvolvimento e desempenho da criança com deficiência na escola e na sociedade.

### **3 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: RESULTADOS DA PESQUISA**

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que no Brasil existiam 45,6 milhões de pessoas que possuíam algum tipo de deficiência em 2010, representando 23,9% da população total. Esse número varia se considerarmos os diferentes tipos de deficiência e o nível de dificuldade para realização de algumas ações. Segundo o próprio instituto,

[...] considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira (IBGE, 2010, s/p).

O município de Campos dos Goytacazes (RJ), localizado na região norte-fluminense, possui uma população acima de 448.995 mil habitantes e, de acordo com o Censo 2010, o município tem 1.409 pessoas com deficiência visual total; 15,8 mil com deficiência visual de grande dificuldade e 67 mil tem alguma deficiência. Ainda sobre deficiências, há em Campos dos Goytacazes (RJ) 999 pessoas com deficiência auditiva total; 3,9 mil com grande deficiência auditiva e 15,7 mil com alguma deficiência auditiva. Sobre deficiência motora total, são 24 mil; 11,4 mil têm deficiência motora com grande dificuldade; 2,3 mil com deficiência motora com alguma dificuldade. No ranking dos municípios com pessoas com deficiência, Campos dos Goytacazes (RJ) aparece em 19º lugar pelo Censo 2010 do IBGE. Estes dados são importantes para se pensar políticas públicas que incluem pessoas com deficiência à sociedade.

O campo da presente pesquisa foi definido pelo recorte feito a partir do levantamento realizado na Secretaria Municipal de Educação sobre as escolas com matrículas de alunos com deficiências. A partir dessa informação, coletou-se dados do Censo da Educação Básica, para identificar qual a Escola Municipal com o maior quantitativo de estudantes com deficiência no município de Campos dos Goytacazes.

Evidenciou-se então, que a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo possui o maior número de alunos com deficiências no município, conforme demonstra o quadro 1 abaixo:

**Quadro 1:** Quantitativo de alunos com deficiências em Escolas Municipais de Campos dos Goytacazes/ RJ.

<b>ESCOLAS MUNICIPAIS</b>	<b>ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>ALUNOS COM DEFICIÊNCIA</b>
EM Lulo Ferreira de Araújo	621	41
EM Wilson Batista	1017	37
EM Joao Batista De Azeredo	263	31
EM Jose Do Patrocínio	866	29
EM Pequeno Jornaleiro	236	28
EM Maria Lucia	369	27
EM Sebastiao Ribeiro De Deus	444	23
EM Sagrada Família	317	21
EM Farol De São Tome	486	21
EM Professora Eunice Ferreira Da Silva	476	20
EM Professor Walter Siqueira	383	19
EM Santa Maria	188	19
CIEP Brizolão 142 Maestro Villa Lobos Municipalizado	455	17
EM Manoel Coelho	319	16
CE 29 De Maio (municipalizada)	408	15
EM Francisco De Assis	169	15
EM Leopoldino Maria	248	15
EM Francisco Ribeiro Siqueira	121	10
EM Joao Borges Barreto	173	10
EM Manoel Ribeiro Do Nascimento	469	9
EM Tarcísio Siqueira Cordeiro	89	7
EM Rotary I	234	6
EM Presidente Castelo Branco	72	4

**Fonte:** Dados da pesquisa. Adaptado do Censo da Educação Básica, 2018.

A partir do levantamento dos dados, foi selecionada a escola que constituiu o campo da pesquisa empírica, considerando o quantitativo de estudantes com deficiências matriculados. Assim, passou-se a coletar novos dados na secretaria da escola, utilizou-se como instrumentos as fichas de matrícula, momento em que se levou em consideração a proporção de ingresso de crianças com deficiência e o índice de permanência destes na instituição de ensino, bem como outros dados que serão apresentados no presente capítulo.

### 3.1. Caracterizando a Instituição de Ensino Municipal

A escola estudada é a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, se situa em Morro do Coco, 12º distrito localizado na zona rural na região norte do município de Campos dos Goytacazes situado na região Norte fluminense, possui uma extensa área territorial, com 4.026,696 km<sup>2</sup> e que, de acordo com as estimativas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, possui população aproximada de 503.424 pessoas.

A localidade de Morro do Coco encontra-se a 47 quilômetros da sede municipal e a 318 quilômetros do Rio de Janeiro. Tem uma área de 187 km<sup>2</sup> e uma população de 4.683 habitantes, distribuídos nas localidades de Areia Branca, Sesmaria (ou Seis Maria), São Luiz de Mutuca, Pedra Lisa e outros povoados menores. Destaca-se pela produção agrícola e pela centenária Festa de Nossa Senhora da Penha que ocorre entre os meses de abril e maio. O distrito conta ainda com indústrias e um bom centro comercial, sendo referência para a região norte de Campos.

O distrito de Morro do Coco surgiu a partir das deliberações estaduais de 11 de outubro de 1857 e 10 de agosto de 1891 e decretos estaduais números 01 de 28 de maio de 1892. Vale ressaltar que, tal distrito possui, aproximadamente, uma população de 12.000 habitantes e, um território de 238.400 km, considerado como zona rural. De acordo com Freitas (2012), essa região possui atrativos turísticos em virtude de ter sido colonizada por belgas e possuir diversas cachoeiras na região de Pedra Lisa, além de possuir terras férteis para o plantio, o que favorece o desenvolvimento da agricultura no local, onde desenvolvem-se produções de café, algodão, feijão, cana-de-açúcar, entre outros gêneros da região. Por esse motivo, o distrito encontra-se cercado por Estradas de Ferro pelas quais os produtos eram enviados para outros locais para posterior comercialização (FREITAS, 2012).

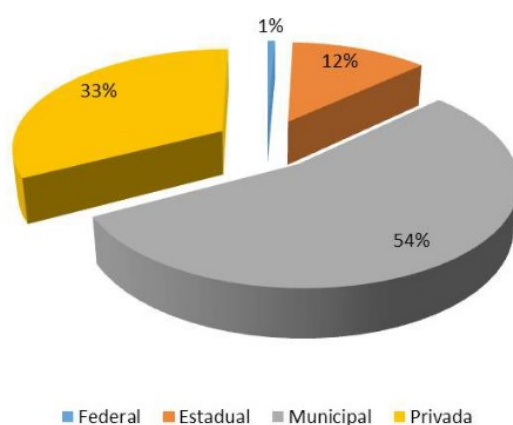
Uma personalidade brasileira nascida em Morro do Coco foi o estadista Nilo Peçanha que governou o Brasil no período compreendido entre junho de 1909 e novembro de 1910, o que o tornou conhecido popularmente como “mestiço de Morro do Coco”. Fato que marcou seu governo refere-se a implementação de políticas de saneamento básico na Baixada Fluminense (FREITAS, 2012).

Freitas (2012) afirma ainda que, a região de Morro do Coco se caracteriza por certa “pobreza intelectual”, em razão dos poucos espaços sociais de convivência como praças públicas, áreas de lazer, bibliotecas públicas e cinemas, o que acaba

reforçando a dependência econômica do distrito em relação à sede municipal ou ainda, ao município vizinho, Bom Jesus, localizado no Estado do Espírito Santo (FREITAS, 2012).

No que se refere ao âmbito educacional, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir do Censo Escolar 2016, Campos dos Goytacazes possui 443 escolas, considerando todas as dependências administrativas. O município conta com 3 escolas federais, 55 estaduais, 240 municipais e 145 estabelecimentos na rede privada de ensino, de acordo com o gráfico abaixo:

**Gráfico 1: Número de escolas por dependência administrativa, Campos dos Goytacazes, 2017.**



Fonte: INEP, Censo escolar 2016. CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018.

Dentre as 443 escolas situadas na cidade de Campos dos Goytacazes, das quais 240 pertencem a municipalidade, no distrito de Morro do Coco, encontra-se a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, local da presente pesquisa.

A Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo foi fundada em 1965 e iniciou suas atividades em 1966. No dia 26 de setembro de 1992, a escola passou a pertencer à municipalidade, quando a administração da mesma passou a ser vinculada à Secretaria de Educação Municipal, responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ).

A manutenção da escola é feita por meio de recursos públicos oriundos do Governo Municipal e também, do Governo Federal, além de existirem mecanismos de obtenção de recursos próprios, como por exemplo, a xerox escolar.

A estrutura da escola conta com 14 salas de aula, sala de diretoria, laboratório de informática, sala de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes coberta, cozinha, parque infantil, banheiro com chuveiro, auditório, pátio coberto e pátio descoberto, conforme demonstra a imagem abaixo:

**Figura 1:** Pátio da Escola/ Fachada frontal.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Dentre os recursos disponíveis apresenta: iParabolica parabólica, iAdm para uso administrativo, 3 equipamentos de TV, 2 videocassetes, 2 aparelhos de DVD, 2 copiadoras, 2 retroprojetores, 4 impressoras, 3 aparelhos de som, 2 projetores multimídia - datashow, 18 computadores na escola, dos quais 17 se destinam para uso dos alunos, 124 funcionários, acesso a internet e banda larga, além de oferecer alimentação escolar para os alunos, atendimento educacional especializado e atividades complementares.



No que se refere à estrutura funcional da instituição, existem direção, vice-direção, professores e técnicos administrativos, além de auxiliares de serviços gerais e merendeiras que são serviços terceirizados. A participação desses profissionais é percebida nas decisões de possíveis demandas que surgem dentro da escola, uma vez que existe democracia presente nesse ambiente, possibilitando a formação de uma equipe multidisciplinar atuante.

Segundo Freitas (2012), a escola visa proporcionar acesso e permanência à educação para as crianças da região que, geralmente, por serem residentes na área rural, possuem carência de recursos financeiros, dificuldade de conclusão escolar, bem como outros problemas sociais como desemprego, alcoolismo, uso de drogas, violência doméstica e ainda uma grande dependência das políticas públicas (FREITAS, 2012).

Dessa forma, mesmo com as dificuldades existentes, a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo conta com projetos que almejam contribuir para a permanência dos estudantes, como projetos de leitura, reforço escolar, aceleração (PA II) e, o projeto que será objeto da presente pesquisa, o Projeto Café com Inclusão.

O funcionamento da escola ocorre em três turnos: manhã, tarde e noite. O primeiro turno atende os alunos matriculados do 6º ao 9º ano (Fundamental II), o segundo turno atende os alunos matriculados entre o 1º ao 5º ano (Fundamental I) e, o turno da noite funciona com a Educação para Jovens e Adultos (EJA).

O IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica), que funciona como indicador de avaliação da educação básica que varia de 0 a 10, ao considerar o fluxo escolar e a média do desempenho dos alunos nas disciplinas de português e matemática, obteve no ano pesquisado o resultado de 5,7, evidenciando que, apesar de representar um crescimento se comparado aos anos anteriores, ainda não atingiu a meta (6,0).

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2018, a escola possui 72 funcionários e 718 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2018) distribuídos entre Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA., conforme o quadro abaixo:

**Quadro 2:** Quantitativo de alunos por segmento

<b>Segmento</b>	<b>Número de alunos</b>
<b>Anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano)</b>	280
<b>Anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano)</b>	341
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	97
<b>Educação Especial</b>	41
<b>Total</b>	<b>718</b>

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

É preciso considerar que, a análise de indicadores da educação pode contribuir para a compreensão do desempenho escolar, contribuir nos debates sobre inclusão, bem como direcionar a implementação de novas políticas públicas, voltadas à proporcionar melhorias no contexto educacional e, conseqüentemente, em toda a sociedade.

### **3.2. Estudantes com deficiência na rede municipal**

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, popularmente conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dispõe no inciso I de seu artigo 3º que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A rede pública municipal de ensino em Campos dos Goytacazes é responsável por 63,65% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental. Já nos anos finais do ensino fundamental, a rede estadual comporta quase 50% do total do número de matrículas do município, seguido da rede municipal com 25,54% e da rede privada com 25,37% (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Segundo dados do Censo Escolar do INEP, no ano de 2018, Campos dos Goytacazes registrou 44.291 matrículas de estudantes no Ensino Fundamental. 30.027 matrículas ocorreram na rede municipal de ensino, sendo 18.623 na zona urbana e 11.404 na zona rural (INEP, 2018).

Os dados sobre as matrículas da Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) no Ensino Fundamental revelaram que, no

mesmo ano, o município registrou 951 matrículas de estudantes com deficiências, das quais 802 foram realizadas na rede municipal, sendo 533 na zona urbana e 269 na zona rural (INEP, 2018).

Destes 269 alunos, 41 encontram-se matriculados na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, fazendo com esta seja a escola municipal com o maior número de estudantes com deficiência e seja atendida por 2 professores especializado em salas de recurso.

Sobre a questão da permanência, a pesquisa de campo revelou que os alunos permanecem na escola pelo fato da mesma ser considerada referência no atendimento de estudantes com deficiência na região, além de consistir na única opção do distrito que conta com sala de recurso e atendimento educacional especial, não registrando assim dados de evasão escolar.

A questão da educação inclusiva é considerada como um desafio dentro das escolas, motivo pelo qual é possível compreender “a escola só se tornará inclusiva quando garantir a universalidade e a qualidade de seu atendimento” (CFESS, 2001 p.12). Dessa forma, entende-se que garantir o acesso e permanência de estudantes com deficiência nas escolas constitui um direito e uma necessidade da população, sendo necessário que a escola promova ações que viabilizem a inclusão no espaço escolar. Nesse contexto, foi criado o Projeto Café com Inclusão, como um mecanismo de promoção de permanência escolar na referida instituição.

### **3.3. O Projeto “Café com inclusão” desenvolvido na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo**

Para atender os alunos com deficiência da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, foi criado o Projeto Café com Inclusão que constitui-se como um instrumento de intervenção do Serviço Social Escolar junto a Sala de Recursos, com o objetivo de criar um espaço permanente e contínuo de debate e reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação com pais ou responsáveis por alunos que são acompanhados pela referida sala. A implementação do projeto tem como responsáveis: professoras da Sala de Recursos, o Assistente Social e ainda os estagiários de Serviço Social (FREITAS, 2013).

Como escola municipal que possui o maior número de estudantes com deficiência, a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo possui uma das 17 Salas de Recursos existentes no município e se dedica a atender estudantes que tenham algum tipo de deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é legalmente assegurado para estudantes com deficiência e consiste em oferta obrigatória dos sistemas de ensino. O AEE, geralmente é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, objetivando promover acesso, interação e participação daqueles alunos nas atividades escolares (ROPOLI *et al*, 2010).

As Salas de Recursos foram implementadas por meio da Portaria nº 13, de 24 de Abril de 2007 e organizadas com mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para atender as demandas de estudantes com necessidades educativas especiais (ROPOLI *et al*, 2010, p. 31). No entanto, “o AEE não pode ser um mero apêndice da vida escolar ou da competência do professor que nela atua” (ROPOLI *et al*, 2010, p.10).

Nessa perspectiva, fica evidente que a escola deve ser um espaço destinado à todos os alunos, independentemente de suas particularidades e, para isso, são necessárias mudanças e adaptações, bem como a promoção de espaços de participação da família e a interface com os serviços de Saúde, Assistência Social e outros (BRASIL, 2009).

Para atender a todos, a Escola Municipal Lulo Ferreira construiu um espaço de debate, reflexão e fomentação de práticas inclusivas no ambiente escolar. Foi elaborado pelo Serviço Social Escolar, em janeiro/fevereiro de 2012, o projeto “Café com Inclusão”, desenvolvido com o objetivo de criar um espaço permanente e contínuo de debate/reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação. O projeto vai além dos muros da escola, pois abrange a participação dos pais e/ou responsáveis de estudantes com deficiência da referida escola, visando a efetivação de práticas inclusivas. (FREITAS JÚNIOR, 2012, p. 03).

A participação da família é importante no processo de inclusão, considerando que ela é a primeira instituição social com a qual a criança tem contato, conseqüentemente, desenvolvendo uma visão de mundo particular e, transmitindo valores, costumes e formas de pensar. Assim, a sociedade inclusiva deve ter seu início na família, incentivando, acreditando e auxiliando no processo educacional da criança com deficiência. Justamente por isso, o Projeto conta com a participação da

família no contexto da inclusão escolar, pois considera que ela deve estar presente em todos os momentos do desenvolvimento da criança, colaborando com sugestões e participando das decisões relacionadas ao atendimento das necessidades educacionais especiais de seus filhos (FREITAS JÚNIOR, 2012).

No entanto, existe a possibilidade de a participação familiar ficar comprometida se esta desconhecer os direitos das pessoas com deficiência no que se ao acesso e permanência aos sistemas regulares de ensino (públicos e particulares), em salas comuns, com currículos, metodologias e avaliações adaptadas e recursos e atendimento educacional especializado (AEE), realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (FREITAS JÚNIOR, 2012).

A equipe do Projeto Café com Inclusão é composta por assistente social, estagiários de Serviço Social, mediadoras e professoras da Sala de Recursos, realiza reuniões mensais na própria Sala de Recursos da unidade escolar, que tem duração aproximada de 02 horas, com o objetivo de discutir temáticas relacionadas à inclusão como: Sala de Recursos, Exclusão, Integração, Inclusão, Deficiências, Família. Essas reuniões promovem reflexões coletivas sobre as demandas, angústias e anseios dos participantes, bem como possíveis formas de resolução, consistindo também em um espaço político (SOUSA, 2008).

Essa troca de saberes acaba por se tornar essencial. Pois todos se encontram na mesma situação, na qual a finalidade é proporcionar uma educação de qualidade à estudantes com deficiência. Sendo assim, uma família pode ajudar a outra em determinadas situações, na medida em que as questões forem colocadas em pauta, pois uma solução encontrada por uma família pode ajudar outra. E quando essa solução não for descoberta entre os usuários a equipe pode contribuir com instruções diferenciadas à família em determinadas situações.

Buscando maior interação entre os presentes, as reuniões contam com a realização de dinâmicas de grupo que se utilizam de jogos, brincadeiras e simulações de determinadas situações, para que seja possível refletir sobre determinado tema proposto. Agindo dessa forma é possível captar particularidades de cada família, estando a equipe aberta à novas sugestões, opiniões e acessível à novas formas de intervenção, formas estas que visem atender à demandas em comum e, se necessária para isso, mudando até mesmo sua forma de atuação para obter-se melhores resultados.

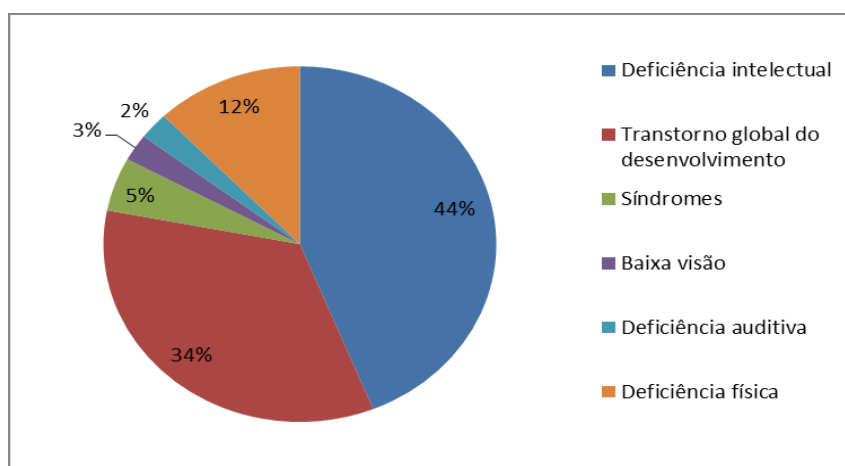
As reuniões contam com a participação regular de cinquenta por cento (50%) dos pais e/ou responsáveis (em sua maioria mães) e, sempre ao final, são propostos possíveis temas para serem trabalhados no encontro seguinte, realizada uma avaliação e servido um café, organizado e custeado pela equipe do projeto, o que deu nome ao mesmo.

Dessa forma, é possível entender que a participação da família dos alunos com deficiência na escola é capaz de contribuir para o desenvolvimento dos processos de inclusão, ensino e de aprendizagem, e também para a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar (ROPOLI *et al*, 2010).

### 3.3.1 O perfil dos alunos com deficiência atendidos pelo Projeto Café com Inclusão.

Com o intuito de conhecer o perfil dos estudantes com deficiência da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, matriculados em 2018, foi feito um levantamento para verificar os tipos de deficiências presentes na escola. Conforme demonstrado anteriormente, a Escola tem 41 estudantes com deficiência matriculados, fazendo com esta seja a escola municipal com o maior número de estudantes com deficiência no município de Campos dos Goytacazes. No entanto, as deficiências presentes são diversas conforme demonstra o gráfico 2:

**Gráfico 2:** Tipos de deficiência



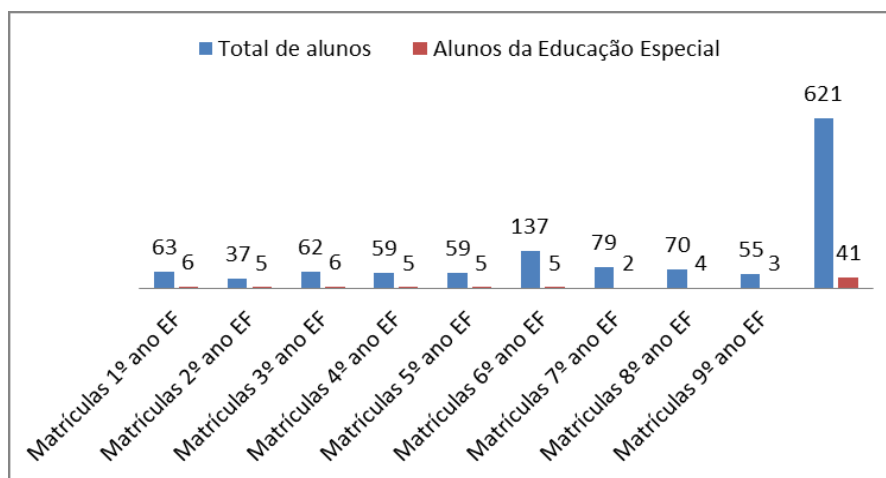
**Fonte:** Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

De acordo com as informações obtidas por meio da coleta de dados realizada na secretaria da escola e na Sala de Recursos Multifuncionais, foi possível verificar

que existem 18 com deficiência intelectual, 14 alunos com transtorno global do desenvolvimento, 5 alunos possuem deficiência física, 2 alunos apresentam síndromes, 1 possui baixa visão e 1 tem deficiência auditiva.

A distribuição dos estudantes por segmento educacional pode ser verificada no gráfico 3:

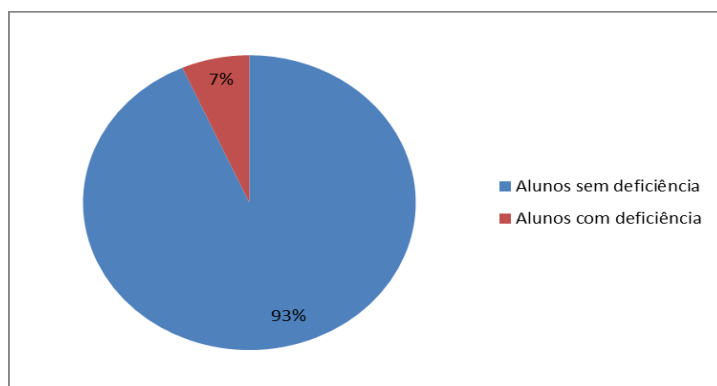
**Gráfico 3:** Relação entre o total de ingressantes e estudantes com deficiência distribuídos por segmento



**Fonte:** Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

Conforme pode-se aferir pelo gráfico 3, do total de alunos, apenas 41 têm deficiências. Assim, a escola conta com 580 estudantes sem deficiências, resultando na proporção demonstrada pelo gráfico 4 abaixo:

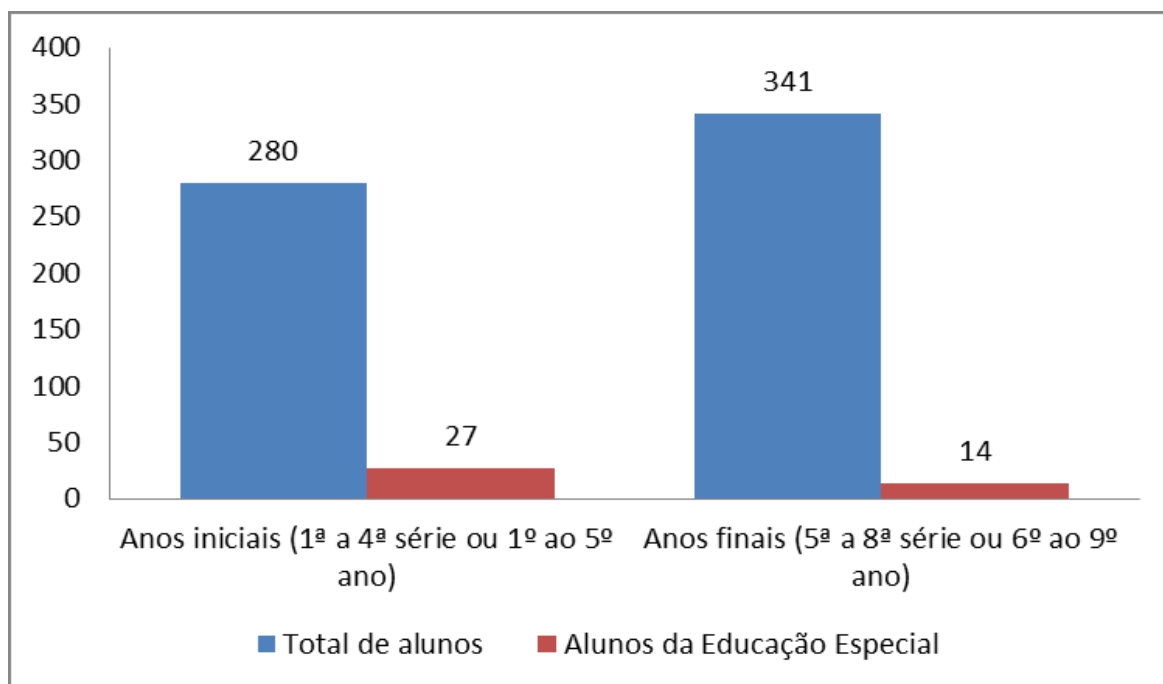
**Gráfico 4:** Proporção entre estudantes sem deficiência e com deficiência



**Fonte:** Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

É possível perceber que, excetuando a EJA, o total de estudantes do Ensino Fundamental é de 621, dos quais 41 apresentam deficiências. Há maior concentração de estudantes com deficiência nos anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, conforme demonstra o gráfico 5 abaixo:

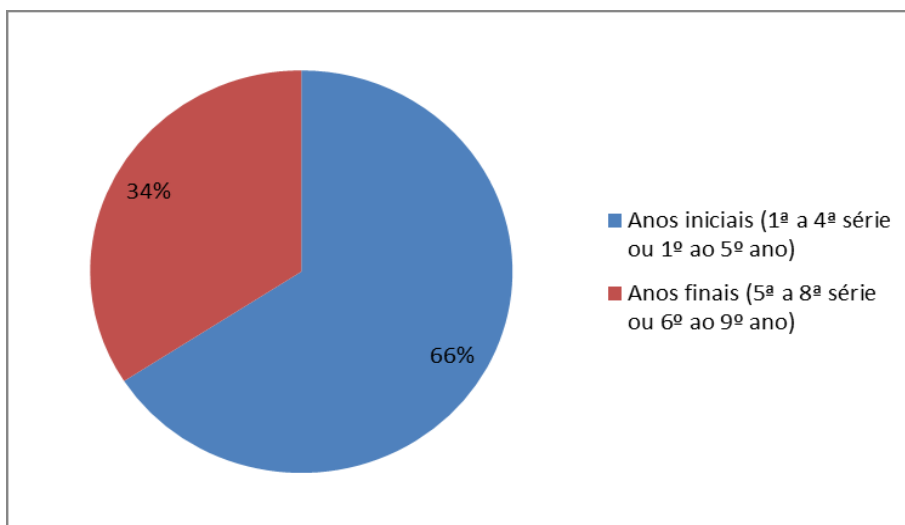
**Gráfico 5:** Relação entre o total de ingressantes e estudantes com deficiência no Ensino Fundamental



**Fonte:** Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

Pode-se verificar que nos anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano), dos 280 estudantes, 27 apresentam algum tipo de deficiência, enquanto que os dados referentes aos anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano) revelam que dos 341 estudantes, 14 possuem deficiências, dessa forma 66% dos estudantes com deficiência matriculados na escola cursam os anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme o gráfico 6:



**Gráfico 6:** Porcentagem de estudantes com deficiência no Ensino Fundamental

**Fonte:** Elaborado pela autora. Dados da pesquisa.

A partir dessas análises iniciais, torna-se relevante, investigar como o coordenador do Projeto Café com Inclusão, gestores, professores e famílias entendem a inclusão escolar, evidenciando possíveis barreiras existentes e as necessidades que surgem com a inclusão de alunos com deficiência em classe comum no ensino regular.

Dessa forma, realizou-se entrevistas semiestruturadas com o coordenador do Projeto Café com Inclusão, com a vice-diretora, e docentes da escola, bem como com as mães acolhidas pelo projeto, no intuito de compreender as percepções sobre a presença de crianças e adolescentes com deficiência na escola e nas salas de aula, assim como descobrir se há existência de estratégias institucionais para a permanência desses estudantes. As entrevistas semiestruturadas se baseiam em questionamentos apoiados em teorias e hipóteses, que se relacionam ao tema da pesquisa, e favorecem não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a sua explicação (TRIVIÑOS 1987).

### 3.3.2 A percepção do Assistente Social coordenador do Projeto

A presença do assistente social na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo se deu a partir do concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ) no ano de 2007. Desde então, o profissional passou a atender as diversas demandas sociais presentes nos dias de hoje nas escolas. Essas demandas são identificadas a partir dos fatores sociais, culturais e econômicos os

quais são os determinantes dos processos que mais afetam o campo educacional, como por exemplo: gravidez na adolescência, drogas, como ainda a questão da evasão escolar, o baixo rendimento dos alunos, atitudes e comportamentos agressivos, considerados de riscos, (indisciplinar e violência) dentre outras. Essas questões são consideradas de grande complexidade, as quais precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (dentre os quais o assistente social), como também pela família e dirigentes governamentais, possibilitando assim uma ação mais efetiva.

Visando conhecer a contribuição do profissional de Serviço Social da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, realizou-se entrevista semiestruturada com o profissional, visando compreender a inclusão sob a sua perspectiva, bem como as particularidades do Projeto “Café com Inclusão”.

Inicialmente, questionado sobre a acessibilidade na escola, o entrevistado destaca as dificuldades existentes que, tem seu início na localização da escola que fica localizada no alto de um morro, o que faz com que alguns estudantes tenham limitações para acessá-la e dependam de outras pessoas para chegar até ela, conforme se verifica nas imagens abaixo:

**Figuras 2:** Entrada lateral da escola, localizada no alto do Morro.



**Fonte:** Dados da pesquisa

Além disso, ele conta que a escola ainda não possui a estrutura física adequada pois não existem rampas ou elevadores que proporcionem o acesso segundo pavimento, o que acaba limitando os espaços escolares.

Durante a entrevista feita ao profissional, ele destacou que em Morro do Coco, a sala de recursos da escola é referência porque pode atender a todas as escolas da região que não dispõem de salas de recursos, mas ressaltou que apesar de os alunos atendidos serem todos da própria escola, ela está aberta a receber alunos de outras unidades, considerando que se tornou referência e também porque a Legislação garante ao aluno que necessite da sala de recursos o atendimento na escola mais próxima. Ele conta que a escola, por enquanto, só não atende alunos com deficiência visual e afirma que a maior incidência é da deficiência intelectual. Conta também que tem estudantes com síndrome de down.

Sobre a forma do atendimento, ele esclareceu que:

Aqui a gente dispõe de duas professoras em dois turnos, de manhã e a tarde por contra do contra turno, o aluno que estuda de manhã é atendido à tarde e vice versa, em algumas exceções por conta distancia, o transporte, e uma serie de dificuldades por ser no interior, o professor atende esse aluno algumas vezes por semana no horário de aula, não é o indicado, mas, a gente até faz, a gente tem o ideal, trabalhamos com o que é possível, mas não temos muitos desses casos. Mas já houve casos em que a criança foi retirada da escola, não teria condições dele ir à casa dele e voltar, então para não prejudicar, pegamos esse aluno no finalzinho da aula e trazemos para cá.

Os alunos da parte da manhã tem essa questão do transporte, eles vem e são atendidos no horário vago para aqueles que moram longe daqui. A gente cria estratégias, não dá para trabalhar com um planejamento tão formatado por conta da realidade, isso nos temos muita clareza e vamos fazendo o que é possível para o aluno, para o professor, para a família, cada caso é um caso.

Quando questionado sobre o números expressivo de alunos com deficiências na escola, ele esclareceu que existe um número elevado de pessoas com deficiência não só na escola como na região e apontou possíveis causas para o fenômeno como, por exemplo, quadro de consanguineidade, visto que na região existem muitos casamentos entre primos; o uso de agrotóxicos, já que o distrito situa-se na zona rural e ainda, a questão genética, como fica claro em sua fala:

Aqui em Morro do Coco, tem uma peculiaridade, eu não conheço outras realidades, mas acredito que não seja muito diferente, precisaria fazer uma investigação em alguns casos o diagnostico vem aumentando, por exemplo,

hoje na creche tem 4 alunos com autismo e que serão nossos alunos automaticamente. Nos temos algumas desconfianças, aqui no distrito, temos um quadro de consanguíneos é um indicativo, por ser uma região agrária e alguns estudos mostram que a deficiência pode estar atrelada a alguns agrotóxicos, famílias com membros que tem ou tinham alguma deficiência, a questão genética.

Então caberia um estudo mais aprofundado, mas, não é disponível no município, embora venhamos alertando para isso. Existe uma proposta hoje no Conselho da Criança e do Adolescente, para promover esse debate e tentar fazer essa investigação, porque algumas realidades tem características bem peculiares, caberia uma investigação por ser, ter um diagnostico e detectar, investigar algumas dessa causas e pensar politicas publicas para esse público que são muito insuficientes.

Sobre o investimento ou a preocupação do Poder Público com a inclusão, ele revela que a demanda é maior que a oferta, evidenciando que as pessoas com deficiência precisam de mais atenção do que recebem, para ele:

A sociedade civil organizada, ONGs tem uma fila de espera muito grande, o poder publico atende, mas a demanda é muito maior que a oferta, e a nossa maior dificuldade é trabalhar com essa criança, é o encaminhamento, é a tentativa e vamos trabalhando com o que é possível.

Segundo o profissional, todas as escolas municipais que têm a presença de um assistente social e que trabalham com a inclusão, verificaram que, dentre os alunos com deficiência, a maior parte possui deficiência intelectual e necessita de melhor atendimento na área da saúde pois:

são atendidos mal e de forma insuficiente por um neurologista, é a questão do medicamento ou quando atendidos são encaminhados para algumas instituições, é a questão das terapias, mas é um quadro preocupante, porque é a única forma de acesso que essas famílias tem tido, é o CAPSi, é a saúde mental com os medicamentos ou com a tomada de processos dessas questões. A gente leva esse perfil para o Conselho da Criança e do Adolescente e também temos a perspectiva de discutir isso no Conselho de Saúde, porque a demanda do CAPSi tem sido muito grande, em que eles alegam que muitos dos alunos encaminhados não são perfil para a saúde mental.

As pessoas encaminham, mas é preciso que esses varios setores, o Conselho que promove a politica da criança no município, a educação que recebe essa criança, a saúde que recebe essa criança encaminhada da educação. É preciso sentar, conversar melhor e tentar encontrar alternativas, mas por enquanto isso está no ponto do ideal, do desejo, mais ainda não tem à nível concreto, o trabalho às vezes é feito meio de forma isolada ou articulado quando um profissional de alguma forma buscar isso, eu sinto muito isso, principalmente o assistente social que conhece a rede e vai lá marca, que orienta a família e vai junto, muitas vezes é quem tenta fazer essa rede, que tem uma serie de problemas, que não funciona da forma ideal, mas como é possível.

Ele ressalta que a localidade não dispõe de um Centro ou Espaço de Saúde para atender essas crianças, conta apenas com uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Conta que foi realizado um movimento para tentar levar profissionais especializados ao distrito para facilitar os atendimentos, mas que por falta de recursos humanos da prefeitura, isso não foi possível. Então, são feitos encaminhamentos para a área de saúde central ou para as instituições que fazem atendimentos como a APAE, APAPE e APOE.

Além da questão da saúde, ele relata também a dificuldade de locomoção dos estudantes com deficiências e suas famílias, principalmente por habitarem em uma área rural e afastada do centro:

Aqui na sala de recursos, nos trabalhamos com mais limites do que possibilidades. É a realidade do interior, a periferia ainda é pior porque, ela é mais distante do centro, se essas crianças, famílias, responsáveis tem dificuldades de acessar essas políticas públicas que estão concentradas equivocadamente isso pode pensar no centro, nos dados. Nós temos um problema em Campos, as próprias instituições que atendem essas crianças detectaram, porque o próprio Conselho da Criança que financia muitos desses projetos e tem que ter uma visita, apresenta dificuldades que essas instituições têm, e umas das maiores dificuldades apresentadas por essas famílias que forma atendidas é a falta de acesso, o transporte. Muitas vezes essa instituição atende, tem a vaga, mas a família não pode ir pela falta, dificuldade de acesso à escola.

Ao contar sobre a questão do transporte, a fala do assistente social revela também os efeitos da desigualdade social na vida das crianças com deficiência, tendo em vista que, mesmo em uma situação de vulnerabilidade própria, existem diferenças relacionadas à questão econômica que acabam influenciando no tratamento e, conseqüentemente, no desenvolvimento dessas crianças. Assim, foi possível perceber que as crianças cujas famílias conseguem promover o deslocamento com recursos próprios, acabam apresentando maior desenvolvimento. Segundo o entrevistado:

Observamos que os pais que tem condições financeira de levar, carro, essas tem um desenvolvimento bem mais satisfatório do que aqueles que ficam aqui. O desenvolvimento daqueles que tem atendimento é muito maior. Mas não são todos, essa não é a nossa realidade, que é uma escola pública, de interior, classificada inclusive como escola do campo, pelas particularidades da escola. Localidades, território, enfim, e que tem essas dificuldades.

Uma outra questão evidenciada na entrevista se refere à existência de capacitação dos professores da escola para o atendimento do estudante com

deficiência e ele revela que não tem muitos problemas com professores do 1º ao 5º ano pois há uma maior participação, capacitação, maior articulação do professor da sala regular com os professores da sala de recursos, para orientar quanto à adaptação de currículo e avaliação, entre outras demandas existentes. No entanto, ele ressalta que isso acontece “muito embora, ainda exista uma cultura de que a responsabilidade desse aluno é da sala de recursos, então quem tem que preparar o conteúdo, avaliação, e que tem que dar conta é o professor da sala de recurso, o que não está certo”.

Como o entrevistado ressaltou os professores do 1º ao 5º ano, perguntou-se se a situação se repete com os professores do 6º ao 9º ano e, então, ele revelou que:

Do 6º ao 9º ano, a coisa fica mais pior, o professor não se vê responsável por esse aluno, ou em qualquer situação, manda para a sala de recurso, e aí enfrentamos outras dificuldades. Houve esse ano, uma tentativa, de uma maior articulação com esse alunos e professores através de reuniões, a partir de estratégias de mostrar para esses professores quem são esses alunos, porque são vários professores, varias matérias e vão surgindo mais dificuldades. Integrar o trabalho do professor ao projeto na sala de recursos é um grande desafio. E na primeira reunião anual com a direção e professores, nós informamos quais os direitos que eles tem, que esse alunos existem, e o seu perfil, e que o alunos é de responsabilidade dele, o aluno da sala de recurso é um aluno como outro qualquer, só que tem que ter um olhar diferenciado por conta da sua condição especifica. E começar a fazer o corpo a corpo, no sentido que o profissional da sala de recursos está a sua disposição para dar suporte, o professor da sala de recursos jamais poderá substituir e não é a nossa postura, professor da sala regular. Não há nenhuma preparação para professores e funcionários, essa também é uma dificuldade e que nós avaliamos no ano passado, a partir desses problemas apontados do 6º ao 9º ano, não adianta a sala de recurso ser intensiva, fazer um trabalho excelente, mas a escola não ser inclusiva, a gente vem consolidando o trabalho na sala de recursos, mas é preciso ampliar para a escola, inclusive ano passado, o professor da sala de recursos em 2017 precisou ceder uma parte do seu horário por conta da falta de professores e esses professores levaram o projeto numa perspectiva muito interessante de trabalhar as turmas com libras, em que uma aluna com deficiência auditiva, não adiantava falar em libras com ela e o resto da turma não, é uma aluna que esse ano até agora não foi matriculada, mas estamos acompanhando esse caso.

Percebe-se então que a sala de recursos, instrumento de promoção de acessibilidade, é vista por alguns professores como o lugar destinado aos estudantes com deficiência, como se eles fossem aprender apenas naquele espaço educacional, enquanto, na verdade, a proposta do MEC com a implementação das Salas de Recurso é apoiar a escola ofertando o AEE de forma complementar ou

suplementar, conforme o disposto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001:

Serviço de apoio pedagógico especializado em alas de recursos, nas quais o professor especializado na educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; (MEC, 2001, p. 02).

Assim, pode-se entender que a sala de recursos não têm o objetivo de segregar o estudante com deficiência dentro da escola e nem de limitar seu espaço no ambiente educacional, ao contrário, ela proporciona a ampliação das possibilidades educativas para esses estudantes, estruturando o atendimento de acordo com necessidades educacionais especiais, disponibilizando os recursos adequados e necessários e promovendo a participação e a aprendizagem desses alunos. Dessa forma, a sala de recursos pode ainda gerar e facilitar a parceria entre os professores das classes regulares e o professor que nela atua (MIRANDA; ROCHA; SANTOS, 2009).

Quando perguntado sobre o Projeto “Café com Inclusão”, ele faz a distinção entre o trabalho feito na sala de recursos e o trabalho do projeto, que é desenvolvido com o foco de gerar reflexão acerca das questões da inclusão, motivo pelo qual ele ressalta que:

Não mudamos o pensamento das pessoas de uma hora para outra, leva um tempo para amadurecer e os próprios pais, temos aqui pais que tem dificuldade de entender a deficiência dos filhos, a superproteção que é justificável, pais que passavam a acompanhar e perceber a perspectiva do trabalho de autonomia e antecipação desse sujeito, e não dependência. E para que a sala de recursos não se torne uma muleta, sala de recursos não é reforço, embora no primeiro momento alguns alunos precisem de reforço escolar.

Ele ressalta que é um trabalho em equipe, feito junto com as professoras da sala de recursos que são muito dedicadas, criativas e socializam seus conhecimentos. Assim, para ele, a equipe está sempre procurando acertar e está conseguindo alcançar bons resultados, sempre pensando nos alunos.

Além disso, ele conta que o Projeto visa uma integração com as famílias:

A gente tem o projeto “Café com Inclusão”, nessas reuniões sempre fazemos lanchinho, é um espaço onde elas colocam suas dificuldades, de se articularem, umas orientam as outras. Apesar das dificuldades temos avançado um pouco, aqui não podemos falar que a família não vem, a família não participa, essa não é a nossa realidade. Essa pode ser a

realidade de outras escolas, e mesmo assim, temos que questionar porque essa família não vem, não é porque ela sempre quer, algumas famílias são negligentes. Aqui se no dia da reunião não podem vim, vem outro dia e procuram, sinalizamos os problemas.

Foi possível ver que a sala de recursos tem registros com fotos das reuniões e festas de confraternização e perguntado sobre as fotos, ele disse que: “nas reuniões e datas festivas, nós arcamos com as despesas, nós não temos apoio da secretaria de educação. É do nosso bolso, cada um dá o que pode e vamos fazendo esse trabalho”. Uma das reuniões foi registrada, conforme demonstra a figura 4:

**Figura 3:** Reunião de integração entre família e escola promovida pelo Projeto Café com Inclusão.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Quanto à participação das famílias no processo de inclusão, ele relatou que para que o estudante com deficiência seja assistido pela sala de recursos, é preciso que o responsável assine um termo de autorização e ainda, revela perceber que muitos pais não conhecem as dificuldades, a deficiência dos filhos, motivo pelo qual faz-se necessário ter um documento que os respaldem. Ele relata que após a primeira reunião feita com os pais, eles sinalizaram a necessidade de reuniões mais



constantes e, em decorrência disso, a escola começou a elaborar projetos, fazendo um acompanhamento mais específico dessas famílias e ressalta que:

Ao contrário do que dizem que as famílias não participam efetivamente, de modo geral, mas também não temos 100% de presença, mas elas procuram, participam, telefonam e quando tem algum problema, nós acionamos e logo eles vem, eles são bem ligados a gente, lógico que tem uma questão ou outra, também por conta da distância, pessoas que trabalham e não tem como estar vindo. Mas de um modo em geral, conseguimos uma participação bem significativa.

Ele destaca que o contato com as famílias é mantido mesmo após a saída das crianças da escola e relata que, em muitos casos, a Escola é procurada pelos pais que buscam orientações, o que ocorre principalmente quando as crianças migram para escolas estaduais que não contam com o apoio disponibilizado pelo município:

Hoje nos temos alguns alunos que saíram do “Lulo”, apesar das dificuldades. Conseguiram ultrapassar o 6º ao 9º, foram para uma escola estadual com o ensino médio, mas conseguimos manter contato com esses alunos e com as mães. O Estado fala que não disponibiliza salas de recursos e que o município as têm com acompanhamento médico, terapias e o uso de medicamentos em casos que sejam necessários. Então, essas mães, apesar desses alunos não serem mais nossos, sabem que nós estamos aqui e volta e meia, nos procuram para tirar dúvidas, orientação e não podemos deixar de atender, fazem parte da comunidade.

Ele ressalta que a equipe se respeita e tem uma boa articulação. Como o serviço social não tem uma sala para funcionamento, ele diz que “caiu de paraquedas” na sala de recursos em que atua há 12 anos, mas afirma que:

a autonomia são das duas professoras que atuam na sala de recursos, eu posso orientar, sugerir, mas não tenho autonomia vocês são professores é um trabalho em conjunto onde a primazia do trabalho pedagógico são elas que fazem. Se o aluno está apresentando resultado, podem fazer o que achar que deve ser feito, de vez em quando querem usar nossa sala para outra coisa e aí brigamos.

(...)

Nós tivemos uma reunião para fechar a sala de recursos e cem por cento dos pais fizeram abaixo assinado, a sala de recursos não fechou, isso é fruto de um trabalho, isso aconteceu no final do governo de Rosinha, onde várias chegaram a ser fechadas, e o Lulo estava nessa lista.

O abaixo assinado feito pelos pais demonstra o reconhecimento e a importância do trabalho desenvolvido pela sala de recursos e pelo Projeto Café com

Inclusão, motivo pelo qual questionou-se como era feito o atendimento antes da implementação dessas atividades e ele contou que:

Antigamente o que tinha aqui em Morro do Coco, era a classe da educação especial, onde os alguns ficavam segregados em uma sala, eram separados dos demais alunos, depois acabou e ficamos sem atendimento. Foi com D. Zilma Boa Morte, é que começou a funcionar a Sala de Recursos, embora com a noção bem diferente da que temos hoje. Ela apesar de erros, não podemos desmerecer o seu trabalho pioneiro de criação das salas, trouxe cursos e recursos e uma serie de possibilidades dentro de uma outra perspectiva, essa perspectiva foi alterada, as coisas evoluem.

Assim, percebe-se que a educação para pessoas com deficiência era feita nos moldes da segregação. No entanto, Rodrigues e Batista (2015) afirmam que:

A utilização dos recursos didáticos presentes na sala de atendimento educacional especializado que favoreçam o ensino, antes de tudo, precisa se expandir para beneficiar a todos os que dele precisam, e não deve nunca substituir o atendimento do aluno na classe regular de ensino, pois essa medida contribuirá para transformar uma educação excludente e seletiva em uma educação inclusiva.

Ele fala sobre a necessidade de efetivar a inclusão e de derrubar barreiras, atitudinais, arquitetônicas, de comunicacionais, e destaca que a mais difícil é a atitudinal pois o preconceito gera a visão equivocada de que a criança atendida com AEE pertence à sala de recursos e ele diz que independente de ser atendido com AEE, “a criança é aluno da escola, ele é aluno independente de qualquer coisa, romper com essa visão, ainda é muito complicado, dentro da própria SMECE inclusive, mas são coisas que vamos avançando aos poucos”.

Ainda sobre sua experiência, relata que quando começou a trabalhar em Morro do Coco, havia uma equipe multidisciplinar própria para escola, composta por um assistente social, uma fonoaudióloga, duas psicopedagogas e duas psicólogas, mas houve uma reorganização e essas profissionais não continuaram. O único profissional que ficou foi ele (assistente social). Ele lembra que aquele foi um momento muito interessante, porque existia um olhar multidisciplinar sobre a mesma questão porque cada caso era analisado a partir de vários olhares, pelo que ele afirma ter sido uma experiência interdisciplinar muito positiva. Diz que hoje essa equipe está limitada e indisponível para as escolas o que representa uma perda.

Para ele, o ideal seria que ter essa equipe para dar suporte, em pelo menos em escolas maiores, porque são problemas que demandam vários aspectos e complementa dizendo que:

Aqui eu tenho um olhar que é limitado do assistente social, a partir da fala do professor da sala regular, da experiência do professor da sala de recurso, a partir da fala dessa família que é muito limitada, e nós temos um posicionamento de buscar aquilo que não sabemos, partindo para onde é possível encontrar recurso. A solução, as vezes, é ir à casa daquela família e buscar aquela criança que não quer ir para a escola à laço. A criança foge pro mato e a professora corre pro mato para tentar convencer. Tudo isso nós fazemos para tentar contribuir, para que ela tenha uma oportunidade.

Pode-se entender que é essencial que haja uma equipe técnica no acompanhamento escolar, e que esta trabalhe não apenas com a prática do ensino, mas também com a saúde, com o psicológico e com o social de cada aluno, pois esses são alguns fatores que podem minimizar o aprendizado. Daí se determina a importância do trabalho em conjunto de uma equipe multiprofissional, corroborando o entendimento de Reis (1996, p.116) quando este afirma que:

O papel de uma equipe multiprofissional não é só dar apoio ao corpo docente da escola, mas integrar-se a ele, integrar-se à família dos alunos, buscando concomitantemente a integração de todos os sujeitos que, de alguma forma ou de outra, estão envolvidos no processo educativo, afim de que haja uma participação real e efetiva de todos na luta por um objetivo comum: a educação integral do deficiente mental educável.

Questionado sobre a permanência dessas crianças na escola e sobre possível evasão escolar, ele esclarece que são poucos os casos de evasão pois quando o aluno frequenta a sala de recursos, ele é sinalizado quando o aluno falta e aciona a família ou o próprio aluno na escola para saber o motivo da falta. Ressalta também que, há casos em que, quando o aluno percebe que está conseguindo caminhar sozinho, ganhar autonomia, deixa de frequentar a sala de recursos e acaba regredindo. Por tal motivo, ele alerta sobre a importância do acompanhamento constante dos estudantes e das famílias para a permanência das crianças com deficiência na escola.

E, segundo o entrevistado, esse acompanhamento requer orientação específica e profissionais especializados pois, mesmo que a equipe esteja sempre buscando orientação e discussões, seria importante um trabalho conjunto com a área da saúde mental que, para ele, é o mais difícil para se trabalhar por conta da sua complexidade.

Nesse sentido, o artigo 9º da Resolução CNE/CEB nº4/2009 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica, reforça a ideia apontada pelo assistente social da instituição, pois ressalta a necessidade de articulação com outros profissionais e serviços:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento

Pergunta-se então se um possível apoio da SMECE faria com que os próprios profissionais já existentes na escola conseguiriam realizar esse trabalho e ele diz que sim, que com uma capacitação mais específica, não somente para a sala de recursos, mas também para os demais professores, talvez fosse possível avançar mais um pouco, considerando que existem casos muito complexos que requerem mais uma atuação mais específica.

Sobre a capacitação para os todos docentes e a participação deles no processo de inclusão, ele diz que precisa ser um “movimento bilateral” pois o professor tem que procurar se qualificar, ter uma relação com a sala de recurso, direção e escola. Ele acrescenta que:

O professor da turma regular que trabalha com o 1º ao 5º ano, ele tem uma excelente percepção, porque ele acompanha o nosso trabalho mais de perto. O professor do 2º segmento já não tem a mesma percepção porque são vários professores, eles vêm em dias diferentes, lecionam em dias diferentes, até mesmo para adaptar o material há dificuldade de vim até a sala de recursos. Este ano eu tenho observado uma melhora, eles tem procurado, pedindo orientação e material na execução da prova para determinado aluno. Está tendo mais procura e compreensão no que tem sido o AEE, porque eles também não tinham muita noção do que seja o AEE, achavam que era uma sala de reforço.

Ele demonstra uma tentativa de articular os recursos internos, conversar com os professores, com a direção e com a família. E diz que nunca foi necessário acionar outros mecanismos, como Ministério Público ou Conselho Tutelar, para que os professores compreendessem o trabalho de inclusão e sua responsabilidade com o aluno com deficiência. No entanto, afirma que existem professores que não se sentem habilitados, precisam ajuda, orientação, recursos e buscam a sala de recurso para atendê-lo, buscando um resultado melhor. Ele esclarece que se um professor viola os direitos da criança com deficiência por algum motivo, ele pode

sofrer sanções e a escola também. A família pode procurar o conselho tutelar ou ministério público, que vão determinar o que seja feito. Dessa forma, eles buscam atuar para que isso não seja necessário.

Quanto à importância do laudo médico para o atendimento das crianças com deficiência, ele esclarece que, segundo o MEC, o laudo não é um impeditivo para que uma criança seja matriculada e atendida, mas um apoio pedagógico para orientar as ações com as especificidades de cada aluno. Ressalta que quando não havia a resolução que define o público do AEE, tinham mais liberdade na hora de trabalhar, podendo atender a todos. Mas, a partir da resolução, a orientação da SMECE, determinou que o atendimento seria realizado somente o público/ perfil do AEE:

Antigamente nós usávamos uma estratégia não tinha o laudo, não tínhamos o diagnóstico fechado, maiores informações a respeito da temática, classificava-se como transtorno e atendíamos, e hoje, nós não podemos fazer mais isso, nós nunca deixamos de atender, criamos uma estratégia interna que entre nós, burlando até as orientações da própria SMECE, a nossa preocupação é sempre com a criança. Hoje, nós não podemos fazer tanto isso, embora não haja uma obrigação legal do laudo, nossa orientação é tentar identificar qual é o problema, é fazer um programa específico para esse aluno, o laudo orienta nesse sentido. Qualquer aluno chegar aqui e apresentar uma dificuldade na aprendizagem, vamos tentar identificar o que está causando isso, e se a sala de recursos pode dar suporte, se o professor pode atender mesmo que seja temporário, vai ser feito o trabalho, e se não der vamos conta vamos encaminhar para a saúde qualquer que seja o caso, e vai ser acompanhado. Anos atrás os alunos da sala de recurso só eram atendidos com laudos, essa era a orientação da SMECE, nós brigamos por isso. Há casos em até diagnosticar essa criança leva anos, nós não podemos limitar o atendimento por falta de papel, e com isso nós estávamos correndo um risco jurídico embora isso nunca tenha acontecido e nós estamos atendendo sim.

Ele pontua que existe, por parte de algumas pessoas da SMECE, um entendimento equivocado de que a inclusão se refere apenas às pessoas com deficiência e ressalta que acredita e trabalha numa perspectiva mais ampla:

Eu acredito que uma sociedade inclusiva vai beneficiar a todos os alunos e todos nós. A inclusão não diz respeito somente ao aluno/sala de recursos; professor/assistente social. É um processo político, é um processo social que tem que ser ampliado, é tempo, é história, é boa vontade. Se o profissional não aderir a esse movimento, não avança, mas não é só com amor que conseguimos fazer a inclusão, precisamos de dinheiro, recursos, e política. Eu entendo a dimensão da acolhida, do envolver-se. Precisamos desse movimento sim, mas precisamos de recursos, a legislação tem que fazer valer. Algumas vezes temos que chegar para o professor e falar "olha professor, se você não fizer a mãe vai para o conselho tutelar, é direito do aluno". Mas, é o meu papel informar isso, e aí, a contragosto ou não, vai ter

que fazer. Tentamos a adesão, mas se a adesão não for possível, vamos por outras vias, a criança não pode ficar sem aprender. A inclusão é um processo societário, não é uma moda, não é uma metodologia, não é uma caridade que você passa a mão na cabeça e nós somos bonzinhos, a ideia é ele o aluno e vai ser tratado como aluno, vai ser tratado diferenciado por conta de suas questões que são diferenciadas. Agora, também fazer vista grossa e não desenvolver um trabalho qualitativo, jamais. “

Trabalhando 12 anos com a temática, ele diz que a escola era considerada um pólo de inclusão e afirma que a equipe continua tentando fazer um trabalho que seja referência, principalmente porque é um trabalho que tem uma certa visibilidade, conta com acompanhamento, participação dos profissionais em eventos e publicações sobre a temática.

### **3.3.3 A perspectiva da direção escolar**

A entrevista com a direção da escola ocorreu no dia 04 de junho de 2019, na própria escola, visando compreender a perspectiva da direção escolar acerca das questões relacionadas à inclusão dentro da escola.

Inicialmente, questionou-se como a professora percebia a presença de estudantes com deficiência na escola, ela respondeu que receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão, mas que esta se refere à oferecer meios que facilitem a implementação de novas políticas públicas.

Quando questionada se a partir da implementação da sala de recursos, ela percebeu uma maior inclusão de estudantes com deficiência, a mesma relatou que sim, visto que a sala de recursos apresenta-se como uma alternativa que procura trabalhar habilidades necessárias ao processo de ensino.

Sobre a existência de obstáculos para o ingresso de estudantes com deficiência na escola, a vice-diretora considera que a escola possui acessibilidade suficiente para recebê-los, motivo pelo qual acredita que não existam obstáculos.

Para ela, a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, entre outros fatores, num redimensionamento da escola no que consiste não só na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Ela ainda afirmou que o projeto “Café com inclusão” contribui para inclusão e permanência de estudantes com deficiência na escola, esclarecendo que seu objetivo é integrar a escola e famílias por meio de debates e experiências. De acordo com a professora, um estudante com deficiência pode ter êxito em sua

formação profissional, desde que ele possa desenvolver suas habilidades no seu tempo e, destaca ainda que, a educação é um direito de todos e que, esse êxito pode ser alcançado se o estudante acreditar e se esforçar para superar suas limitações.

Quando questionada sobre possíveis repercussões, na escola, decorrentes do ingresso desses alunos e sobre a postura dos professores, em relação à presença desses alunos, ela revelou que, apesar de todos manifestarem profundo respeito pelos alunos com deficiência, alguns profissionais ainda não estão preparados para trabalhar com eles.

Em relação às demandas desses estudantes, no que se refere ao currículo, à avaliação da aprendizagem, ao uso de tecnologias assistivas, à organização do material didático, ela diz que todos os funcionários da escola atuam com responsabilidade para que sejam atendidas. Mas, ressalta que considera necessária uma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência, para que possam trabalhar com o atendimento especializado, visto que percebe dificuldade por parte dos professores para trabalhar com esses alunos, principalmente quanto à adaptação das atividades.

Questionada sobre a existência de benefícios na presença de estudantes com deficiência na escola, ela afirma que a interação com os demais alunos é importante e, que para os demais estudantes é importante porque os faz externar solidariedade, ressaltando que a educação é importante para todas as crianças e que, o entendimento sobre a educação inclusiva é representado por uma escola que ofereça aos educandos condições de crescimento.

Sobre o laudo médico, ela diz que ele é importante para assegurar ao estudante o direito de utilizar a sala de recursos. E, sobre a necessidade de mudanças estruturais, diz que a construção de rampas são importantes para que todos possam frequentar todos os ambientes da escola.

Acerca do papel da família dos estudantes com deficiência, ela considera a família muito importante no processo de inclusão escolar e ressalta a necessidade de parceria com a escola.

Por fim, ela afirma ter conhecimento de que sua escola é a escola municipal com maior número de estudantes com deficiências e, acredita que isso se deve ao fato de que a escola faz o possível para incluir todos os alunos nela, inclusive os que apresentam deficiências.

### 3.3.4 Os professores e a permanência de crianças com deficiência na escola

O papel do professor no processo de inclusão é importante pois para construir uma escola inclusiva que, de fato, atenda aos estudantes com deficiência, é preciso que professores e demais funcionários estejam capacitados para não só recebê-los, mas para realizar as adaptações necessárias, respeitando suas limitações e estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades.

Segundo Gazim *et al.* (2005, p.51), o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento”. Assim, enquanto mediador do processo de aprendizagem, cabe ao docente desenvolver atividades que possibilitem a participação de estudantes com deficiência, para que estes possam superar as restrições de participação educacional.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que:

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático (FARFUS, 2008, p. 30).

No entanto, a inclusão dos alunos com deficiência representa um desafio também para o professor que, não raro, não teve em sua formação a preparação necessária para lidar com as diferenças em sala de aula e para fazer as adaptações necessárias para o estudante que tenha necessidades educativas especiais. O professor precisa entender que a educação para todos é uma educação que contemple o universo de diversidades existentes em uma sociedade.

Por isso, buscando entender a percepção dos professores da escola em questão sobre a presença e a permanência de estudantes com deficiências na escola, realizou-se entrevistas semiestruturadas com os docentes que têm esses estudantes em suas salas de aula regulares.

Foram entrevistados 10 professores. Destes, todos afirmaram já ter participado de algum curso sobre Educação Especial e recebido orientações para receber alunos com deficiência em suas salas de aula.

Questionados sobre as maiores barreiras que enfrentam para desenvolver seu trabalho em sala de aula com esses alunos, surgiram respostas sobre a grande



quantidade de alunos em sala de aula, currículo extenso com cobrança para a aplicação do conteúdo mínimo e falta de um profissional específico para atender as necessidades dos alunos com deficiência. Uma das docentes entrevistadas relatou que a maior barreira são os diferentes perfis em sala de aula:

Perfis diferentes. Trabalhar com a alfabetização é uma dedicação que tem que ter né, porque você tem que dar atenção e a criança especial também precisa de atenção. Então, a gente fica sem saber como conciliar os dois, até porque as crianças fazem atividades e a aluna que está comigo agora tem suas limitações e ao mesmo tempo as outras crianças questionam, são exigentes. Em relação a trabalhar com essas crianças, a Prefeitura não fornece nenhum material, temos que nos virar e trabalhar com material reciclado, o que nos toma muito tempo. E, sentimos falta de capacitação. Essa aluna tem paralisia cerebral e a produção do material tátil leva muito tempo, o que nós não temos disponível. Tem um outro aluno da Classe especial que também tem uma dificuldade, mas assim mesmo consegue fazer as atividades. O melhor método é aquele que o aluno aprende e o meu é o tradicional, eu já trabalho a 11 anos com esse sistema na prefeitura.

Sobre os progressos alcançados por seus alunos, os professores ressaltaram a aquisição da leitura e escrita, desenvolvimento da coordenação motora e da linguagem e ainda, mais de um docente apontou a socialização como ponto positivo, uma vez que o convívio de alunos com deficiência com os outros alunos em sala de aula, segundo eles, ocorre de forma natural e tranquila. Exceto uma docente disse que: “as crianças no começo tentavam se aproximar, mas como não tem resposta eles acabam se afastando, criança é muito assim né”.

No entanto, Werneck (1997, p. 58) afirma que “incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente<sup>1</sup> ou não”.

Os professores disseram que oferecem atividades diversificadas e valorizam o trabalho de cada aluno, uma docente ressaltou que, em relação a aprendizagem, busca a inclusão desses alunos por meio da “adaptação de atividades e situações em que possam participar efetivamente da aula, como brincadeiras e jogos”. E, ainda, disseram que é muito importante que a aprendizagem do estudante com

---

<sup>1</sup> Manteve-se o termo “deficiente” como no original. No entanto, ressalta-se que a terminologia correta é “Pessoa com deficiência”.

deficiência seja alvo de um trabalho desenvolvido em conjunto com o projeto na sala de recursos, o qual avaliaram positivamente.

Sobre a estrutura física da escola, uma docente respondeu que “a escola ainda não está totalmente adaptada”, e os demais ressaltaram sobre a importância das escolas apresentarem uma estrutura capaz de atender alunos com necessidades educativas especiais.

Questionados sobre os fatores que favorecem a permanência dos alunos com NEE à classe regular de ensino, os docentes atribuíram a permanência a diversos fatores como: “a legislação municipal e federal”, “reconhecimento por parte do professor das individualidades de cada aluno” e, “necessidade de aprender”.

Quanto a opinião dos professores sobre a inclusão em escolas públicas no município, a maioria afirmou ser “necessária” e disse que deveriam haver formas de desenvolvê-la em cada unidade escolar. Uma das docentes ressaltou que “precisa melhorar muito. O município vem investindo na medida do possível, mas são necessários maiores investimentos, principalmente nos tratamentos de saúde, e também para que hajam mais professores comprometidos com a inclusão”.

Todos os entrevistados disseram que percebem a presença de estudantes com deficiência na escola como algo positivo e, uma ressaltou que “perante a lei, todos somos iguais e temos o direito de ser respeitados nas nossas limitações.

Todos afirmaram também que, a partir da implementação da sala de recursos, perceberam uma maior inclusão de estudantes com deficiência, alguns disseram que isso se deve ao fato de antes os estudantes ficavam espalhados na escola e, outros disseram que isso se deve ao aumento do número de matrículas, o que fica claro na seguinte resposta: “os pais ficaram mais interessados em matricular seus filhos pois vêem que eles serão tratados com respeito e carinho e também são incentivados pelos professores da sala de recursos a se desenvolverem”.

A maioria disse que não considera que existam obstáculos para o ingresso de estudantes com deficiência na escola, mas uma docente pontuou como obstáculo “quando o aluno necessita de acompanhamento pois costuma demorar um pouco porque necessita de contratação profissional”. E outra docente, que possui uma aluna com paralisia cerebral, ressaltou que:

O laudo dessa minha aluna dado pelo médico é considerado um laudo desfavorável, mas eu acredito que tenha que ter profissionais já especializados até porque ela entrou agora e nunca estudou, ela já deveria ter antes profissionais acompanhando para desenvolver a parte cognitiva.

Ela não tem controle motor. é uma criança que usa sonda e fralda. Quando falamos ela vira, dá a sensação que ela percebe a questão da aprendizagem, por isso falam que se eu trabalhar ela vai conseguir aprender, mas é muito complicado. Cada um tem um tipo de deficiência, tem deficiência que você consegue trabalhar e a criança aprende, agora o caso da paralisia cerebral, pelo menos para mim, eu não tenho a qualificação certa para isso. É o que a prefeitura deveria dar, tanto que a aluna vem aqui mais para uma socialização. A mãe às vezes entra na sala e fala “minha filhinha você vai aprender a ler e a escrever” e é muito sofrido porque eu não tenho como atender. Agora, se tivesse algum curso ou algum profissional que me auxiliasse... Isso também seria mudar o quadro médico, até porque ela não pode ficar muito tempo aqui porque tem que trocar fralda. Nós não temos profissionais especializados aqui dentro da escola. Nós temos a sala de recursos para atender, o aluno fica lá um tempo. Às vezes escutamos que tem profissionais que não querem pegar aluno com deficiência, mas é porque nós não temos uma qualificação, nós não temos material para trabalhar não sabemos como interagir. A Prefeitura não nos dá nenhum suporte e a cuidadora faz milagres porque não tem luvas para trocar fraldas e é uma aluna com 12 anos e muito pesada. A prefeitura é ciente da situação, do aluno que tem, ou seja, a lei é efetiva mas na prática não é bem assim que funciona. Eu me desdubro, mas nós também temos nossas limitações, como eu vou conseguir ensinar a uma criança a ler e a escrever com paralisia cerebral? E aí, a secretária veio na escola e falou para que eu abrisse o meu coração e eu falei "Gente, mas eu abrir meu coração? Eu faço o melhor que posso, e ainda tenho uma turma com vinte e poucos alunos para alfabetizar.

Para eles, a escola tem meios que possibilitem a permanência de estudantes com deficiência, mas a falta de capacitação docente e de profissionais especializados é apontada como dificuldade para que isso aconteça. Dentre os fatores têm contribuído para a permanência desses alunos, os professores falam sobre o comprometimento da comunidade escolar e funcionários da escola.

Além disso, os docentes acreditam que o projeto “Café com inclusão” contribui para inclusão e permanência de estudantes com deficiência em sua escola pois “é um espaço onde pais, professores, assistente social e demais pessoas envolvidas com inclusão podem trocar experiências” e, ainda, segundo outra docente, “o Projeto Café com Inclusão proporciona encontros mensais com a família e os professores da sala de recursos para dialogarem sobre suas angústias e conquistas, além de tentar da melhor forma resolver os problemas encontrados pelos pais dos alunos com deficiência por meio do assistente social”.

Os entrevistados afirmaram que consideram possível o êxito de um estudante com deficiência em sua formação profissional e disseram que podem consegui-lo porque “dentro de cada indivíduo há capacidades a serem desenvolvidas” e também porque “quando o aluno com deficiência recebe o devido cuidado e tratamento especializado, ele consegue se desenvolver e superar os obstáculos”. Afirmaram

ainda que a escola contribui para esse êxito por meio da sala de recursos e oferecimento de AEE.

Sobre possíveis repercussões, na escola, decorrentes do ingresso desses alunos, ficou claro que para os professores existe uma divisão na percepção docente pois “uns aceitam com normalidade e outros costumam a aceitar”. Uma das docentes, inclusive, apontou que “a maior dificuldade se concentra nos professores de 6º ao 9º ano pois apenas alguns se comprometem com a aprendizagem dos alunos com deficiência”.

A participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares em geral foi classificada por eles como algo que depende de cada professor e, ainda, houveram docentes que relataram que as demandas do estudante com deficiência são atendidas na sala de recursos.

Todos os docentes consideram necessária formação específica para trabalhar com alunos com deficiência, “mais do que isso, deve haver comprometimento”, disse uma professora. Outra docente contou também que a Secretaria de Educação do Município está oferecendo cursos e capacitações para todos os professores da rede municipal.

Questionados sobre possíveis dificuldades para trabalhar com esses alunos, 50% dos professores disseram não perceber dificuldades, enquanto outros 50% afirmaram ter dificuldades como excessivo número de alunos por série, currículo extenso e falta de tratamento de saúde gratuito para os alunos com deficiência.

Sobre possíveis benefícios na presença de estudantes com deficiência na escola, todos disseram que eles existem e apontaram o desenvolvimento de habilidades intelectuais por parte desses estudantes, socialização e o recebimento de verbas para a sala de recursos que possibilita a compra de jogos, computadores, impressoras e outros materiais.

Quanto à importância da educação/ escola para pessoas com deficiência, os docentes acreditam que o ambiente escolar faz toda a diferença para elas, considerando fatores desde a socialização, aplicação de conhecimentos no cotidiano e o desenvolvimento pedagógico.

Perguntados sobre seu entendimento de “educação inclusiva”, as respostas estavam voltadas à escola capaz de receber alunos com deficiência. Uma docente disse que “incluir alunos com deficiência não só no contexto escolar, mas prepará-lo para a vida”. E, outra docente afirmou que “a educação inclusiva é aquela que

respeita o aluno e suas limitações e o trata como um ser pensante e importante para a sociedade”.

Todos consideram a família importante no processo de inclusão escolar, mas uma docente ressaltou que “temos pais muito comprometidos com os filhos, buscando tratamento e atendimento. E outros que nem se mexem, ficam parados em relação ao tratamento dos filhos e não comparecem a escola quando socilitados.

Por fim, questionados sobre o conhecimento de que a escola em que trabalham é a escola municipal com maior número de estudantes com deficiências, apenas dois professores sabiam de tal fato e, uma docente afirmou que “esta não é uma realidade só da escola, mas de todo o nosso distrito Morro do Coco”, evidenciando que nele habitam muitas pessoas com deficiência.

De acordo com as entrevistas dos docentes, é possível compreender que, para eles, a inclusão escolar está ligada à capacitação profissional, bem como a superação dos rótulos educacionais destinados às pessoas com deficiência, já que consideram importante focar nas capacidades e possibilidades desses estudantes por meio da adaptação e diversificação de atividades que promovam o respeito às diferenças e desenvolvimento de múltiplas inteligências.

Nessa perspectiva, os docentes corroboram a proposta de Minetto (2008) quando o autor afirma que:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Dessa forma, percebe-se que os docentes acreditam em uma educação que contemple os estudantes com deficiência, atendendo as particularidades dos alunos e a diversidade existente na escola, respeitando as diferenças e buscando melhorias para que a educação torne-se, de fato, inclusiva.

### **3.3.5 A percepção da família frente ao processo de inclusão**

Para conhecer as relações entre família e escola, bem como a percepção familiar acerca dos processos de inclusão, realizou-se entrevistas semiestruturadas

com uma amostra de 10 mães cujos filhos com deficiência encontram-se matriculados na Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo.

A família é uma instituição fundamental no desenvolvimento da criança. No que se refere aos processos de inclusão, não seria diferente. Por tal motivo, compreendemos a família como uma estrutura dinâmica que não funciona isoladamente. É preciso que a escola estabeleça uma relação com as famílias, visando ampliar os recursos para o desenvolvimento da criança com deficiência e promover as formas ideais de convivência mútua e o fortalecimento de espaços, possibilidades e condições para que possam pensar a respeito das questões referentes à deficiência.

Segundo Freitas (2013), essas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, são marcadas por várias necessidades e acabam se sentindo sobrecarregadas e excluídas. Assim, a interação com o Projeto Café com Inclusão atua na busca de alternativas propícias para o fortalecimento dos laços familiares e sociais por meio do espaço educacional, considerando que essas famílias vivem em seu dia a dia o estigma por conta da deficiência de seus filhos, a violência, a dependência química de seus membros, a baixa autoestima, a falta de qualificação profissional, o trabalho informal como fonte de renda, entre outros.

A participação no projeto constitui então, uma forma de promover o conhecimento e a reflexão acerca da deficiência, dos direitos das crianças com deficiência, noções de higiene, sexualidade, alimentação entre outros.

Assim, considerando a importância da interação entre escola e família e buscando compreender a percepção familiar acerca dos processos de inclusão, serão analisadas as entrevistas realizadas com 10 (dez) mulheres do universo de 41 (quarenta e uma) mães que participam do Projeto “Café com Inclusão” na instituição.

A primeira pergunta se referia à importância da escola na vida do filho com deficiência e todas as mães responderam que a escola é muito importante. Perguntadas sobre a importância do Projeto “Café com Inclusão”, as participantes responderam que ele representa um caminho para chegar até a direção da instituição, um espaço onde podem se atualizar por tratamentos, recursos e direitos, de sociabilidade ou seja, de criação de vínculos de amizade e de participação em eventos socioculturais, de lazer e de recreação. Um aspecto

importante observado foi a identificação das pessoas no grupo, elas trocavam ideias, davam conselhos a partir de experiências vivenciadas. Uma mãe em determinado dia relatou que achava importante essa troca de ideias, pois quando ela começou a entrar em contato e conhecer outras crianças com deficiência, viu que ela não era a única mãe que estava passando por isso. Assim, ela pôde observar que tinham crianças com maiores limitações que seu filho.

Outra pergunta se referia ao tipo de apoio que elas recebem do Projeto e elas destacaram o apoio dos professores e do assistente social que sempre estão empenhados em atendê-las. Elas ressaltaram ainda que a localização e a estrutura física da escola não interferem no acesso das crianças à escola, pois a mesma conta com rampas que tornam o espaço acessível.

Sobre as possíveis dificuldades apresentadas para que seus filhos permaneçam na escola, a principal causa apontada se refere ao fato de que alguns professores estão despreparados para receber alunos com deficiências e necessidades educativas especiais.

Todas as mães entrevistadas afirmaram que a existência do Projeto contribui para que seus filhos permaneçam na escola uma vez que recebem apoio e informações corretas ofertadas pelos profissionais, bem como encaminhamentos adequados. Além disso, ressaltaram que o Projeto busca alternativas dentro da própria escola, bem como medidas necessárias junto aos órgãos competentes para que a inclusão se efetive.

Questionadas sobre a existência de alguma mudança de vida depois da entrada no Projeto, as mães comentam que sim, relataram que as atividades estão favorecendo condições necessárias à cidadania e à integração familiar, além de representarem uma saída da rotina, uma busca por momentos de prazer e uma ruptura com a tensão dos problemas cotidianos que se coloca em contraposição ao contexto em que elas vivenciam, muitas vezes, desgastante, extenuante e estressante; é uma forma de usufruir de momentos de expressão de criatividade, de trocas de experiência, aquisição de conhecimentos sobre uma melhor qualidade de vida para as crianças e também para a família.

Ainda sobre os apoios sociais, as mães expressaram a importância de receberem orientações profissionais sobre como cuidar dos filhos com deficiência e se fortalecer diante do enfrentamento da realidade social, além de terem mais

facilidade para acessar alguns serviços de saúde por meio do encaminhamento dos profissionais.

Sobre a interação entre família e escola, as mães contaram que são presentes na escola e comparecem às reuniões do Projeto que acontecem mensalmente. Questionadas sobre a satisfação com as atividades do Projeto, as participantes em geral responderam que gostam da forma como são dadas as orientações e através das reuniões elas participam de debates, filmes e palestras educativas, onde as mesmas sugerem temas de interesses do grupo, com profissionais de diversas áreas, tendo a oportunidade de tirar suas dúvidas com o assistente social, professores e outros profissionais, com o objetivo de melhoria da sua valorização no contexto social.

Quando questionadas sobre o que mudariam no “Projeto Café com Inclusão”, responderam que há necessidade de mais encontros, que estes poderiam ser semanais, com a equipe que coordena o Projeto e também com os professores que tem alunos com deficiência em suas turmas regulares. Uma participante relatou que nada mudaria no Projeto e ainda, uma entrevistada respondeu que não têm vontade de realizar nenhuma outra atividade, porque já se sente sobrecarregada. Algumas participantes, no entanto, demonstraram interesse em realizar cursos de capacitação, ressaltando que os mesmos poderiam ser ofertados para elas por meio do Projeto.

De acordo com as entrevistadas, participar das atividades da escola pode ajudar no desenvolvimento dos seus filhos considerando que, além das reuniões oferecidas, as orientações dadas pelo assistente social tem contribuído de forma a enfrentar as dificuldades na sociedade, principalmente porque elas lutam pelo atendimento especializado dos seus filhos e as famílias das pessoas com deficiência estão, cada vez mais, buscando informações sobre esta condição, seus direitos e obrigações, para uma atuação mais eficiente neste papel protetivo.

Finalmente, as mães afirmaram que as orientações dadas pelo assistente social e o trabalho desenvolvido pelas professoras têm contribuído de forma a enfrentar as dificuldades na sociedade pois representam é um suporte que, muitas vezes, não se fez presente quando necessário.

Dessa forma, foi possível compreender que o Projeto agrega pessoas com demandas semelhantes e proporciona uma experiência que pode desenvolver um clima de grande valor terapêutico, pois tal situação pode ajudar as participantes a



quebrarem barreiras criadas por sentimentos de solidão e isolamento, especialmente pela possibilidade de receberem sugestões construtivas de outras pessoas que vivenciaram ou vivenciam os mesmos problemas.

A união de esforços da comunidade escolar, composta por assistente social, estagiários, professores, funcionários e famílias faz com que o Projeto desenvolva ) cada vez mais mães capazes de compreender o mundo que as cerca, tornando-as ativas no processo de inclusão pois ele facilita o diálogo, a participação e a decisão, fazendo com que estas sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução de problemas ou para a criação de novas respostas.

Ponto interessante a ser ressaltado deve-se ao fato de que as mães se sentem satisfeitas com o Projeto, ressaltando a importância da continuidade desse trabalho, que proporciona o suporte adequado aos pais, favorecendo para que eles sintam-se mais fortalecidos e consigam lidar com as exigências cotidianas no cuidado com os filhos.

Diante da análise da situação dessas mães e do acompanhamento de todas as atividades inseridas no Projeto, foi possível observar que ele promove uma melhoria no bem-estar das participantes, minimizando suas ansiedades e preocupações em relação aos seus filhos, além de colaborar com o seu desenvolvimento pessoal, uma vez que elas se encontram, em muitos casos, fragilizadas. É preciso considerar que as famílias com pessoas com deficiência têm um desgaste maior, psicológico, social e também financeiro por conta dos cuidados especializados e medicamentos que as mesmas exigem e poder contar com profissionais é de fundamental importância para essas famílias.

Dessa forma, concretizou-se o objetivo de compreender a percepção das mães com seus filhos com deficiência, visto que o Projeto contribui para ampliar a perspectiva de debate das mães sobre suas situações pessoais, a partir da escuta de relatos sobre situações semelhantes, favorecida pelo conforto da sensação de pertencimento a um grupo, fazendo surgir questões que às vezes não emergem por falta de espaço onde elas se sintam encorajadas a participar, evidenciando o Projeto também como espaço político que manifesta benefícios, no que se refere à conhecimento e autonomia, para os estudantes com deficiência, para a escola e também para suas famílias.

## CONCLUSÃO

No Brasil, o aparato legal foi essencial para evolução do direito à educação. Dentre os documentos que marcam a história da educação no país, pode-se mencionar, dentre outros, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), que tem por base a Constituição Federal de 1988 e ainda o Plano Nacional da Educação (PNE). Esses documentos garantiam por lei a Educação como um direito social e um direito de cidadania, delegando ao Estado a responsabilidade de garanti-los aos cidadãos.

Faz-se necessário ressaltar que, apesar destes documentos significarem grande evolução no que se refere à educação, ainda existe a necessidade de reconhecer e promover atendimento à especificidade de certos segmentos da população, como as pessoas com deficiência.

O Estado tem o dever de manter todas as crianças na escola e garantindo-lhes um suporte para tanto. Contudo, a realidade tem sido um tanto obstante das leis postas, onde a precariedade da educação especial tem se manifestado de forma cada vez mais clara, principalmente em escolas públicas. No Brasil ocorreu a ampliação da política educacional no nível quantitativo, mas não qualitativo, nota-se que as escolas têm quantidade, porém falta a democratização da qualidade e do acesso ao conhecimento.

Após as reflexões sobre a questão das desigualdades presentes no sistema educacional de ensino regular, observa-se que há a necessidade de modificações nas bases dos sistemas educacionais, nas instituições escolares e em seus profissionais que nela atuam, pois legislações para garantirem os direitos das pessoas com deficiência existem, mas são as pessoas que fazem com que estas leis que estão no papel se tornem uma realidade no cotidiano.

Segundo a LDBEN, a educação é direito de todos e dever do estado, para que através dela sejam formados cidadãos aptos ao exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho. Essa educação é abrangente, sendo assim universal, não discriminatória. Contudo, ainda pode-se perceber que a existência de uma visão provida de preconceito e discriminação por parte de algumas pessoas.

A pesquisa realizada Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, localizada em Morro do Coco, distrito de Campos dos Goytacazes - RJ, revelou que, apesar de

todas as dificuldades existentes, preocupa-se com a inclusão dos estudantes com deficiência no âmbito escolar.

A escola tem em seu planejamento a preocupação não só com o acesso, mas com a permanência desses estudantes, utilizando a sala de recursos, o atendimento especializado e o Projeto Café com Inclusão para criar interação entre os estudantes, a equipe escolar e as famílias, fazendo com que exista um sentimento de pertencimento social que vincula as pessoas e faz com que não exista evasão desse público, evidenciando o quanto o comprometimento com a permanência interfere de forma positiva na educação inclusiva.

Apesar de alguns docentes demonstrarem dificuldades em receber estudantes com deficiência em sala de aula, todos os entrevistados convergiram sobre a necessidade de capacitação do corpo docente quanto à trabalhar com estudantes com deficiência em classes comuns, demonstrando que a precariedade de profissionais especializados na área da educação especial ainda é muito ampla, o que também se relaciona com uma insuficiente carga horária de estudos sobre o ensino especial na formação profissional.

A nova realidade educacional, voltada para a diversidade, faz com que os educadores tenham que se adaptar e se organizar para atender as demandas sociais, o que pode ser feito por meio de cursos preparatórios para acolher às necessidades educacionais presentes na instituição em que estão inseridos. Por isso, é necessário que sejam viabilizados ao corpo docente cursos pedagógicos preparando o corpo docente para o enfrentamento de preconceito e medo ao lidar com o diferente. É imprescindível que se encontrem também programas de capacitação, onde o docente passe por supervisão e avaliação.

A essencialidade desse sistema educacional se justifica na viabilidade de alunos com deficiência à educação inclusiva, ainda que seja na atuação de professores que integram esses alunos em suas classes regulares. É preciso compreender que esses alunos existem, não são fictícios ou uma ilusão, eles estão presentes em nosso cotidiano e necessitam de uma resposta mais rápida à sua realidade.

Na escola em questão, percebe-se que a a interação entre a comunidade escolar (Assistente Social, docentes e instituição Escolar de modo geral) pode evitar inúmeras consequências negativas na vida do aluno, dentre estas, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; a evasão escolar e outros.

Nesse sentido, o Projeto Café com Inclusão desempenha um importante papel ao expandir e promover a interação da escola com a família, considerando os desafios em se tratando de famílias que tenham filhos com deficiência, decorrentes da falta de informações sobre a deficiência, a luta constante sobre os serviços especializados, os altos custos dos mesmos, a necessidade de prestar cuidado constante, as inseguranças sobre o desenvolvimento, o futuro da criança com deficiência e tantas outras questões que surgem nas reuniões mensais do Projeto.

Foi possível perceber que é de extrema valia para a vida escolar de uma criança, o trabalho em conjunto entre a instituição de ensino e família, pois esses dois campos passam a interagir um com o outro em busca de um resultado educacional mais amplo. A família é a instituição que se encontra mais presente na vida do indivíduo, onde a criança se desenvolve físico, social e emocionalmente, sendo ela uma mediadora entre criança e o mundo. É a partir da família que a criança constitui sua primeira visão de mundo. Assim a participação da família na escola também é relevante quando socializa esperança, dores, angústias, mas também reflexões e conhecimento.

Esse modelo e prática viabilizam informações necessárias para a construção de um modelo de sociedade, onde a informação é considerada uma peça primordial para o trabalho e desenvolvimento da criança com deficiência, evidenciando que a prática da educação inclusiva é definida no agir, e para isso é necessário que haja trabalhos voltados para a sociedade, viabilizando uma maior participação desta em escolas e projetos, como ocorre no caso da escola em questão.

As diferenças não dão direito à inclusão, sendo equívoco profissional a negação das potencialidades do aluno com deficiência. É imprescindível que se estimule a convivência com a deficiência como um desafio a ser superado a cada dia, tanto pelos profissionais da educação quanto pelos alunos, desencadeando o aprendizado de novas formas de adaptação, não deixando que sensações negativas de acomodação, que levem a criança a se tornar depressiva, angustiada e com baixa autoestima, prevaleçam. A deficiência deve ser tratada de forma positiva, para que a pessoa com deficiência se sinta capaz de conseguir ultrapassar os obstáculos que lhes são apresentados diariamente.

A Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, ao desenvolver o Projeto com as famílias, faz com que os pais também mudem suas perspectivas sobre seus filhos, pois mesmo cientes de que é inevitável que a criança com deficiência tenha que se

esforçar mais em algumas situações postas no cotidiano escolar, junto com a escola, a família assume a missão de explorar e construir a cada dia, juntamente com a criança, caminhos possíveis para que ela possa alcançar ao máximo suas potencialidades, detendo papel essencial na educação escolar.

Uma sociedade que desenvolve uma política inclusiva está implantando uma sociedade desprovida de preconceito, com noções mais igualitárias. Essas políticas devem garantir as pessoas com deficiência uma melhor condição de aprendizagem, para que consigam viver em uma sociedade digna e, com isso, inclusiva.

Para isso deve-se também ressaltar o dever do Estado para com essa questão e a necessidade de políticas inclusivas que venham realmente atingir aos reais objetivos de uma importante parcela da população. Assim, afirma-se que há necessidade de se investir na educação para a construção de uma sociedade mais digna e justa.

No Brasil é necessário que se participe da construção dos direitos, com o objetivo de torná-los realizáveis, isso implica em eliminar o preconceito, ultrapassando barreiras, construindo projetos exemplares com parcerias que possibilitem a normalização, debater, apreçoar e tornar conhecidos os direitos das pessoas com deficiência utilizando para isso meios legais para a alegação e a garantia do seu exercício. Assim, é preciso pensar sobre um novo formato de intercessões com a formulação de estudos e análise da comunidade, da proposição de estratégias e recursos e da formação da ideia e implementação de projetos modelares inovadores e alternativos.

É possível que nas propostas da Educação Inclusiva, ocorram as transformações necessárias para que crianças com deficiência consigam ter uma vida com liberdade, escolhas próprias, autonomia, e principalmente exercer a sua cidadania desejada há longos anos. Mas, para isso, é urgente e necessário que os professores se preparem pedagogicamente, que as escolas se reestrutrem, tenham em seu projeto político pedagógico com ações que contemplem a inclusão de forma a respeitar todos os envolvidos. Esse processo deve ser amparado e viabilizado pelo Estado, que para isso deverá disponibilizar as instituições públicas equipes formadas por especialistas de diferentes áreas que atuem em conjunto com os docentes, objetivando projetos e ações que apontem para a metodologia de inclusão.

A partir desse contexto, a educação inclusiva deve direcionar sua ação de modo a contribuir para a realização de um projeto societário que visa acabar com as diferenças sociais, assim como com qualquer forma de apartamento de determinados segmentos da sociedade, criando estratégias que viabilizem a execução e concretização das políticas criadas para os que dela necessitam.

Nota-se que na escola estudada, a prática dos profissionais passou a ter outro significado, pois o professor não trabalha sozinho em um campo onde ninguém percebe o resultado de sua ação, mas há uma socialização da prática, fazendo com que esta seja reconhecida, pensada e analisada, em prol de melhorias. Essa prática acarreta cada vez mais benefícios à população, que, além, de estar sempre ciente dos objetivos dos serviços prestados, terão conhecimento dos reais conceitos e necessidades que permeiam a demanda posta.

O agir profissional do profissional da educação inclusiva é produto das diferentes relações entre os sujeitos sociais, onde cada um deve estar informado sobre suas diferenciações e o dever de respeitar essas diferenças, dividindo igualmente interesses e responsabilidades.

É fundamental que haja uma prática reflexiva, onde se articule as demandas sociais, os interesses e necessidades da população com as respostas de serviços prestados a essa demanda.

Sabe-se que a luta pela inclusão é longa e complexa, pois a sociedade ainda está inserida em um contexto de discriminação e apartamento social. Além disso, é importante considerar que a educação inclusiva não possui respostas prontas, mas está em meio a um processo de construção junto à comunidade escolar na qual esteja inserida.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTOLATTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo, ed. Paulus, 2006

BIELER, Rosangela Berman. **História nacional e internacional do movimento de pessoas portadoras de deficiência**. Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Corde, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Brasília DF. Ministério da Justiça, CONANDA, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITO, A. M. W. & DESSEN, M.A. **Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. (?). 1999. Ptx: 429-445.

BUSCAGLIA, Leo. **Os Deficientes e seus Pais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARMO, Gerson Tavares & CARMO, Cíntia Tavares. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de caracterização discursiva a partir a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil no Brasil. - *Arquivos Analíticos de políticas Educativas, Dossiê Educação de Jovens e adultos II*, v. 22, n. 63, 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994. Ptx: p. 93- 108.

CASARIN, S. Aspectos psicológicos na síndrome de down. In. SCHWARTZMAN (org.), **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999. Ptx.: p. 263-285.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. **Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, (Coleção Antropologia & Saúde), 2003.

CONNEL, R. W. **Pobreza e Educação**. In: GENTILI, Pablo. (org.) Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 8. ed. Petrópolis/RJ Vozes, 2002, ptl: pg. 11-42.

Curitiba: Ibpe, 2010. (Série Inclusão Escolar). 215p

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Sem Limite – Inclusão de Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho**. 2ª Edição, IBDD [Coord.] – Rio de Janeiro: Editora SENAC-Rio, 2004.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987

FARIA, Cristina Elsner de. **Participação e controle social: a experiência de Conselho de Educação do Distrito Federal**. 2006. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=532](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=532)  
Acesso: 10 jul 2017.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. Ed. Giz Editorial, 2008.

FREITAS, Paulo, S.J. “Café com Inclusão”. Secretaria Municipal de Educação de Campos; Coordenação de Serviço Social Escolar. Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo. 2013.



FREITAS, S. N. A formação de professores na Educação Inclusiva construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, Summus 2006, p. 161-181

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais** (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades@ - Perfil da Cidade de Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 16 de abr.de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades@ - Pesquisa sobre Ensino – Matrículas, Docentes e Rede Escolar da Cidade de Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=156&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em 16 de abr.de 2019.

LANNA JÚNIOR. Mário Cléber Martins (Comp.) **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. A Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 1ª edição 2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Brasil, 1996.

LIMA, Francisco J. e Silva, Fabiana Tavares dos Santos. **Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola**. Disponível em:

[http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Barreiras% 20 atitudinais.pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Barreiras%20atitudinais.pdf) Acesso em : 10 jul 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo. Moderna, 2006

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5.ed .São Paulo: Cortez, 2011.

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º Grau: da competência técnica ao compromisso político.** 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OGAMA, Maria Aparecida Guerra. Família e Instituição para portadores de deficiência mental – da experiência do primeiro contato à realidade. In: MARQUESINE, Maria Cristina [et al.] (org.). **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais.** Londrina: Eduel, 2003. Ptx: p.35-44.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. O aluno da Educação Especial, a escola regular e as práticas pedagógicas. In: OLIVEIRA, Ivone Martins de; RODRIGUES, David; JESUS, Denise Meyrelles de. Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar. Vitória, Edufes, 2017.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1985.

PAULA, Jairo de. **Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio social.** 2ª. Ed. São Paulo: Jairo de Paula Editora, 2004.

PIMENTA, Alexandra, Salvado, Ana (2010), “**Deficiência e desigualdades sociais**”, Sociedade e Trabalho, 41, pp. 155-166 (acessível em [http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41\\_11.pdf](http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_11.pdf)).

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

RÉIA, Sílvia Rios M. e Silva. **Os Sujeitos sociais no cotidiano institucional: a equipe multiprofissional na educação especial do deficiente mental educável.** PUC/SP - Núcleo de estudo e Pesquisas sobre identidade n. 3. São Paulo. 1996.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down.** São Paulo: Vetor, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. Rio de Janeiro. ed. WVA, 2010

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação (LDB): trajetórias, limites e perspectivas.** 12º ed. Campinas: Autores Associados, 2011

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.**  
SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SOUZA, Sandra Freitas de. Atendimento educacional especializado: sala de recursos promovendo uma educação inclusiva de qualidade. *In:* ALVES, Fabíola Fernanda do Patrocínio. **O que as escolas precisam saber sobre a diferença? Reflexões sobre a inclusão de estudantes com deficiência.** Belo Horizonte, Crivo Editorial, 2018.

TELFORD, Charles W., SAWREY, James M. **O Indivíduo Excepcional.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. *In:* BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara, orgs. **Um olhar sobre a diferença: interações, trabalho e cidadania.** Campinas: Papyrus, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Serviço Social e prática reflexiva.** Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 10, jul. 1997.

VIANA, Vânia. **Os caminhos da inclusão no Brasil.** Disponível em: [http://www.autistas.org/caminhos\\_inclusão.html](http://www.autistas.org/caminhos_inclusão.html) Acesso em: 10 jul 2017.

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1991.

WERNECK, Cláudia. **Muito Prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down**. 2. Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

**APÉNDICES**

**APÊNDICE I**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DO SETOR**  
**MULTIPROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

<p><b>1. Dados da entrevista</b></p> <p>Data _____</p> <p>Hora de Início _____</p> <p>Hora de fim _____</p> <p><b>2. Dados do entrevistado</b></p> <p>Nome: _____</p> <p>Área de atuação/Setor responsável: _____</p>
<b>PERGUNTAS</b>
<b>1. Como você percebe a presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares?</b>
<b>2. Quais são os mecanismos oferecidos para uma maior inclusão de estudantes com deficiência?</b>
<b>3. Quantas salas de recursos estão em funcionamento no município?</b>
<b>4. O município tem meios que possibilitem a permanência de estudantes com deficiência? Quais e, quais as dificuldades para que isso aconteça?</b>
<b>5. Sobre a Escola Lulo Ferreira de Araújo, que outros fatores você considera que têm contribuído para a permanência desses alunos na escola?</b>
<b>6. O projeto “Café com inclusão” contribui para inclusão e permanência de estudantes com deficiência na escola? O que você sabe sobre ele?</b>
<b>7. Você considera que um estudante com deficiência possa ter êxito em sua formação profissional? Por que? De que maneiras ele pode conseguir isso? Como a escola contribui para isso?</b>
<b>8. Você considera necessária alguma formação específica para trabalhar com</b>

<b>alunos com deficiência?</b>
<b>9. Os professores receberam ou recebem algum tipo de apoio para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de apoio?)</b>
<b>10. Você percebe alguma dificuldade por parte dos professores para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de dificuldade?)</b>
<b>11. Existe carência de profissionais capacitados/qualificados para o AEE?</b>
<b>12. Há apoios oferecidos à escola para o atendimento desses alunos? Quais? São suficientes?</b>
<b>13. A prefeitura fornece material especializado para alunos com deficiência? Quais?</b>
<b>14. Existe alguma ação municipal ou verba destinada à inclusão de estudantes com deficiência?</b>
<b>15. A municipalidade apresentou ou prevê alguma ação de inclusão na escola?</b>
<b>16. Você sabe que a sua escola é a escola municipal com maior número de estudantes com deficiências? Por que você acha que isso acontece?</b>
<b>17. Existe um direcionamento desses estudantes para essa escola?</b>
<b>18. Você considera necessário um estudo aprofundado para identificar as causas do significativo número de estudantes com deficiência na escola em questão? Tem alguma hipótese sobre possíveis causas?</b>
<b>19. Você acha que o “café com inclusão” é suficiente para atender a demanda dos estudantes com deficiência? Independentemente da deficiência?</b>
<b>20. Existem benefícios na presença de estudantes com deficiência na escola? Quais?</b>
<b>21. Qual a importância da educação/ escola para pessoas com deficiência?</b>

**Como você acha que isso influencia na vida delas?**



**APÊNDICE II**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DA ESCOLA**

**1. Dados da entrevista**

Data \_\_\_\_\_

Hora de Início \_\_\_\_\_

Hora de fim \_\_\_\_\_

**2. Dados do entrevistado**

Nome: \_\_\_\_\_

Área de atuação/Setor responsável: \_\_\_\_\_

**PERGUNTAS**

**1. Como você percebe a presença de estudantes com deficiência na sua escola?**

**2. A partir da implementação da sala de recursos, você percebeu uma maior inclusão de estudantes com deficiência? Por quê?**

**3. Você considera que existam obstáculos para o ingresso de estudantes com deficiência na sua escola? (Se sim, quais os principais obstáculos?)**

**4. Se a resposta anterior for positiva, é desejável superar tais obstáculos para assegurar o ingresso de um maior número de estudantes com deficiência na? (Se sim, de que formas?)**

**5. A escola tem meios que possibilitem a permanência de estudantes com deficiência? Quais as dificuldades para que isso aconteça? Que fatores têm contribuído para a permanência desses alunos?**

**6. O projeto “Café com inclusão” contribui para inclusão e permanência de estudantes com deficiência em sua escola? Você pode nos contar um pouco sobre ele?**

**7. Você considera que um estudante com deficiência possa ter êxito em sua formação profissional? Por que? De que maneiras ele pode conseguir isso?**

**Como sua escola contribui para isso? Há apoios oferecidos à escola para o atendimento desses alunos? Quais?**

**8. Há repercussões, na escola, decorrentes do ingresso desses alunos? Segundo sua apreciação, como tem sido a postura dos professores, em relação à presença desses alunos? Há conflitos, resistências, manifestações de insatisfação?**

**9. Como percebe a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares em geral? As demandas desses estudantes em relação ao currículo, à avaliação da aprendizagem, ao uso de tecnologias assistivas, à organização do material didático, são atendidas? Existem formas de organização específicas das aulas para atender às demandas do estudante com deficiência juntamente com a turma?**

**10. Você considera necessária alguma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência? Os professores receberam ou recebem algum tipo de apoio para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de apoio?)**

**11. Você percebe alguma dificuldade por parte dos professores para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de dificuldade?)**

**12. Existem benefícios na presença de estudantes com deficiência na escola? Quais?**

**13. Qual a importância da educação/ escola para pessoas com deficiência? Como você acha que isso influencia na vida delas?**

**14. O que você entende por “educação inclusiva”? Você acha que esse seu entendimento contempla a sua escola?**

**15. Qual o papel do laudo médico nesse processo?**

**16. Há necessidade de mudanças estruturais? Quais?**

**17. Como você considera a família no processo de inclusão escolar?**

**18. Você sabe que a sua escola é a escola municipal com maior número de**

**estudantes com deficiências? Por que você acha que isso acontece?**

**APÊNDICE III**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES**

<p><b>3. Dados da entrevista</b></p> <p>Data _____</p> <p>Hora de Início _____</p> <p>Hora de fim _____</p> <p><b>4. Dados do entrevistado</b></p> <p>Nome: _____</p> <p>Área de atuação/Setor responsável: _____</p>
<b>PERGUNTAS</b>
<b>1. Qual sua área de formação/atuação?</b>
<b>2. Qual a série em que você atua?</b>
<b>3. Já participou de algum curso sobre Educação Especial?</b>
<b>4. Você recebeu alguma orientação para receber alunos com deficiência?</b>
<b>5. Quais as maiores barreiras que você enfrenta para desenvolver seu trabalho em sala de aula com esses alunos e como você trabalha essa dificuldade?</b>
<b>6. Quais os progressos alcançados por seu aluno?</b>
<b>7. Como acontece o convívio desse aluno com deficiência com os outros alunos em sala de aula?</b>
<b>8. Como você lida com a questão da inclusão deste aluno em relação a aprendizagem?</b>
<b>9. Como você avalia o trabalho desenvolvido em conjunto com o projeto na sala de recursos?</b>
<b>10. Como a questão da estrutura física da escola interfere no acesso dos</b>

**alunos com deficiência a mesma?**

**11. Quais são os fatores que favorecem a permanência dos alunos com NEE à classe regular de ensino?**

**12. Qual a sua opinião sobre a inclusão em escolas públicas no município?**

**13. Como você percebe a presença de estudantes com deficiência na sua escola?**

**14. A partir da implementação da sala de recursos, você percebeu uma maior inclusão de estudantes com deficiência? Por quê?**

**15. Você considera que existam obstáculos para o ingresso de estudantes com deficiência na sua escola? (Se sim, quais os principais obstáculos?)**

**16. Se a resposta anterior for positiva, é desejável superar tais obstáculos para assegurar o ingresso de um maior número de estudantes com deficiência na? (Se sim, de que formas?)**

**17. A escola tem meios que possibilitem a permanência de estudantes com deficiência? Quais as dificuldades para que isso aconteça? Que fatores têm contribuído para a permanência desses alunos?**

**18. O projeto “Café com inclusão” contribui para inclusão e permanência de estudantes com deficiência em sua escola? Você pode nos contar um pouco sobre ele?**

**19. Você considera que um estudante com deficiência possa ter êxito em sua formação profissional? Por que? De que maneiras ele pode conseguir isso? Como sua escola contribui para isso? Há apoios oferecidos à escola para o atendimento desses alunos? Quais?**

**20. Há repercussões, na escola, decorrentes do ingresso desses alunos? Segundo sua apreciação, como tem sido a postura dos professores, em relação à presença desses alunos? Há conflitos, resistências, manifestações de insatisfação?**

**21. Como percebe a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares em geral? As demandas desses estudantes em relação ao currículo, à avaliação da aprendizagem, ao uso de tecnologias assistivas, à organização do material didático, são atendidas? Existem formas de organização específicas das aulas para atender às demandas do estudante com deficiência juntamente com a turma?**

**22. Você considera necessária alguma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência? Os professores receberam ou recebem algum tipo de apoio para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de apoio?)**

**23. Você percebe alguma dificuldade para trabalhar com esses alunos? (Se sim, qual tipo de dificuldade?)**

**24. Existem benefícios na presença de estudantes com deficiência na escola? Quais?**

**25. Qual a importância da educação/ escola para pessoas com deficiência? Como você acha que isso influencia na vida delas?**

**26. O que você entende por “educação inclusiva”? Você acha que esse seu entendimento contempla a sua escola?**

**27. Como você considera a família no processo de inclusão escolar?**

**28. Você sabe que a sua escola é a escola municipal com maior número de estudantes com deficiências? Por que você acha que isso acontece?**

**APÊNDICE IV**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS**

<p><b>1. Dados da entrevista</b></p> <p>Data _____</p> <p>Hora de Início _____</p> <p>Hora de fim _____</p> <p><b>2. Dados do entrevistado</b></p> <p>Nome: _____</p> <p>Área de atuação/Setor responsável: _____</p>
<b>PERGUNTAS</b>
<b>1. Para você, qual a importância da escola na vida do seu filho?</b>
<b>2. E a importância do projeto?</b>
<b>3. Qual tipo de apoio você recebe do projeto?</b>
<b>4. A localização e a estrutura física da escola, interferem no acesso do seu filho à escola?</b>
<b>5. Quais as dificuldades apresentadas para que seu filho permaneça na escola?</b>
<b>6. A existência do projeto contribui para que o seu filho permaneça na escola? Como?</b>
<b>7. Notou alguma mudança de vida depois da entrada no projeto?</b>
( ) sim      ( ) não
<b>8. Em caso afirmativo, justifique.</b>
<b>9. Como ocorre a interação entre família e escola?</b>
<b>10. Qual a satisfação pelas atividades do projeto?</b>

**11. O que você mudaria no projeto?**

**12. Você considera que participar nas atividades da escola possa ajudar no desenvolvimento do seu filho?**

**13. Na sua opinião, além das orientações dadas pela assistente social , e o trabalho desenvolvido pelas professoras, têm contribuído de forma a enfrentar as dificuldades na sociedade?**



## APÊNDICE V



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
 CCH – CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de participação em pesquisa, na condição de sujeito desta, que fui devidamente esclarecido sobre o que consiste a pesquisa em desenvolvimento na dissertação intitulada **Desafios e possibilidades da educação inclusiva: uma análise sobre acesso, permanência e êxito de crianças com deficiência nos anos iniciais em escola pública de Campos dos Goytacazes/rj**, desenvolvido por **Maria José Gomes da Silva Castro**, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob a orientação do Prof. Dr. **Gerson Tavares do Carmo**, quanto aos seguintes aspectos:

- a) A pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão educacional de crianças com deficiências no ensino regular em escola pública de Campos dos Goytacazes/RJ na perspectiva dos gestores, professores e pais.
- b) Serão realizadas entrevistas que devem durar em torno de 01 (uma) hora, as quais serão gravadas mediante consentimento dos entrevistados. Após a gravação será feita a transcrição para posterior análise. As fitas deverão ser mantidas por um período de dois anos, após essa análise, antes de serem destruídas.
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando-lhes absoluta privacidade.
- d) A sua participação é voluntária, isto implica que você não receberá nenhum tipo de remuneração pelos dados fornecidos. Se você concordar colaborar voluntariamente com a pesquisa e se não tiver nenhuma dúvida, gostaríamos que você assinasse o presente termo. Mesmo assinando este termo, você poderá recusar e/ou deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum ônus para você.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me (nos) foi explicado, consinto voluntariamente (em participar/que meu dependente legal participe) desta pesquisa.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 DECLARANTE